

**SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES PORTUGUESES  
ESTRUTURAS, MISSÕES E RECURSOS**

**César Henrique Morgado Rodrigues**

**Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais  
Área de Especialização em Estudos Estratégicos e de Segurança**

**Fevereiro, 2015**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Mestre em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor  
António Horta Fernandes

## **AGRADECIMENTOS**

As minhas primeiras palavras de agradecimento são dirigidas ao Professor Doutor António Horta Fernandes, por ter aceitado orientar esta dissertação. Os seus vastos conhecimentos na matéria, a sua dedicação e o incentivo no desenvolvimento de um tema tão exigente e por mim nunca explorado, foram essenciais ao longo deste processo de investigação e reflexão.

Quero igualmente agradecer ao Professor Doutor Heitor Barras Romana pela sua abertura e disponibilidade em debater comigo vários temas associados a esta tese. Dentro daquilo que lhe foi possível, a sua partilha de conhecimento especializado em muito permitiu acrescentar perspectivas qualificadas ao esforço de investigação que pretendi levar a cabo. Num domínio compreensivelmente tão hermético, foi um privilégio poder contar com essa importante mais-valia.

A todos os Professores, colegas e amigos que comigo partilharam experiências e conhecimentos, que muito enriqueceram as minhas competências para realizar esta tese.

Ao Thierry Dias Coelho, pelo encorajamento e empenhado acompanhamento metodológico que me proporcionou desde o primeiro momento.

E à Sofia, um obrigado especial pelo incansável apoio no último ano, nos momentos fáceis e difíceis, e por ter estado presente nesta longa jornada desde o primeiro momento, com toda a inspiração e alento que isso trouxe. Esta tese também é para ela.

# SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES PORTUGUESES

## ESTRUTURAS, MISSÕES E RECURSOS

**César Henrique Morgado Rodrigues**

As Informações são um instrumento essencial para a salvaguarda da segurança nacional dos Estados e no apoio ao processo de tomada de decisão dos agentes governativos. Em Portugal, o regime democrático vigente não é excepção, tendo a partir de 1984 sido instituído o SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa – volvidos apenas dez anos sobre o 25 de Abril de 1974 e a experiência opressiva da PIDE/DGS. No meio académico, poucos estudos têm sido publicados neste campo, tornando difícil o seu conhecimento aprofundado. A presente tese visa suprir algumas lacunas e proporcionar um contributo científico para uma melhor compreensão das Informações no actual regime democrático, propondo-se a analisar estruturas, recursos e missões dos serviços portugueses.

Procede-se primeiramente ao estudo do percurso histórico do SIRP, para constatar o seu lento processo de consolidação institucional na orla do Estado, fruto das sucessivas alterações orgânicas. A impopularidade das Informações junto da classe política e da sociedade civil é identificada nesse processo, verificando-se que o seu enquadramento legal é prudente, restritivo e orientado pelo primado dos direitos, liberdades e garantias em detrimento das necessidades de carácter funcional. A segunda parte da dissertação efectua uma análise de carácter empírico-descritivo a algumas dimensões estruturantes dos serviços (chefias, recursos financeiros e missões). Verifica-se que apesar de o SIRP corresponder a uma estrutura de *Intelligence* de pequena dimensão cujo desenvolvimento não foi fácil, os serviços portugueses desempenham as suas missões com eficiência e reconhecida qualidade, não obstante a desfavorável cultura de Informações que os envolve.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Intelligence*, Portugal, SIRP, Segurança, Cultura de Informações.

# **PORTUGUESE INTELLIGENCE SERVICES**

## **STRUCTURES, MISSIONS AND RESOURCES**

**César Henrique Morgado Rodrigues**

Intelligence services play a key role within states in what comes to supporting decision-making processes and the safeguard of national security. In the Portuguese case, the contemporary democratic regime is not an exception, having created the SIRP – *Sistema de Informações da República Portuguesa* – ten years after the carnation revolution in April 25<sup>th</sup> 1974 and the previous oppressive experience of the PIDE/DGS, the dictatorship's political police. Few academic studies have been published on this particular case, with almost no references being addressed towards its comprehensive understanding. This essay aims to provide a scientific survey on the subject, through the analysis of the structures, resources and missions of Portuguese Intelligence services.

The first part discusses the historical path of the SIRP, taking note of its slow and difficult institutional development. The widespread unpopularity within the political class and civil society in what regards the existence of Intelligence services is identified in this process, from which we verify the prudent and restrictive nature of their legal framework. The second part aims to provide a descriptive-empirical analysis on several structural dimensions of Portuguese Intelligence services. It is found that although the SIRP's profile corresponds to a small Intelligence structure whose development was not easy, the Portuguese services succeed in the effective fulfilment of their missions, despite their legal and material limitations and also the unfavourable surrounding Intelligence culture.

**KEYWORDS:** Intelligence, Portugal, SIRP, Security, Intelligence culture.

# ÍNDICE

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 1   |
| 1. <i>INTELLIGENCE</i> – ESTADO DA ARTE.....                                | 6   |
| 1.1 A literatura internacional .....  | 7   |
| 1.2 A literatura nacional.....  | 12  |
| 2. <i>INTELLIGENCE</i> – QUADRO CONCEPTUAL.....                             | 16  |
| 2.1 Informação vs Informações.....  | 16  |
| 2.2 A Recolha e o Tratamento de Dados.....                                  | 17  |
| 2.3 O Ciclo das Informações.....  | 23  |
| 2.4 Enquadrantes e Componentes Funcionais das Informações.....              | 24  |
| 2.5 Modelos Organizacionais e Cultura de Informações .....                  | 25  |
| 3. INFORMAÇÕES EM PORTUGAL – PERCURSO HISTÓRICO.....                        | 28  |
| 3.1 A Lei Quadro de 1984 e o aparecimento do SIRP (1984-1995) .....         | 32  |
| 3.2 A Lei Quadro de 1995 e as primeiras alterações no SIRP (1995-2004)..... | 35  |
| 3.3 O impacto do 11 de Setembro e a Lei Quadro de 2004 (2004-2014).....     | 38  |
| 3.4 O SIRP decorridos trinta anos (1984-2014).....                          | 40  |
| 4. INFORMAÇÕES EM PORTUGAL – CONTEXTO INSTITUCIONAL-LEGAL .....             | 42  |
| 4.1 Legislação, Segurança e Informações .....                               | 42  |
| 4.2 Legislação específica .....   | 47  |
| 4.3 Informações em Portugal – síntese legal.....                            | 52  |
| 5. INFORMAÇÕES EM PORTUGAL – ESTRUTURAS, RECURSOS E MISSÕES .....           | 55  |
| 5.1 Análise dos Cargos Dirigentes .....                                     | 55  |
| 5.2 Estudo dos Recursos Financeiros.....                                    | 64  |
| 5.3 Exploração dos Recursos Técnicos .....                                  | 74  |
| 5.4 O Quadro Operacional e Missões .....                                    | 86  |
| 6. ANÁLISE CRÍTICA .....  | 101 |
| 7. CONCLUSÃO .....  | 117 |
| 8. BIBLIOGRAFIA .....   | 122 |
| LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS UTILIZADOS.....                            | 133 |
| LISTA DE FIGURAS .....  | 134 |
| ANEXOS.....   | 136 |
| ANEXO 1 – Tabela de comparação entre as várias Leis Quadro do SIRP .....    | 137 |
| ANEXO 2 – Tabela de comparação entre as Leis Orgânicas do SIS.....          | 140 |
| ANEXO 3 – Tabela de comparação entre as Leis Orgânicas do SIED/M.....       | 143 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CF SIRP – Conselho de Fiscalização do SIRP  
CFD – Comissão de Fiscalização de Dados  
COMINT – Communications Intelligence  
CRP – Constituição da República Portuguesa  
CSI – Conselho Superior de Informações  
EO – Execução Orçamental  
GEOINT – Geospatial Intelligence  
HUMINT – Human Intelligence  
IMINT – Imagery Intelligence  
LQ SIRP – Lei Quadro do SIRP  
LSE – Lei do Segredo de Estado  
LSI – Lei de Segurança Interna  
MAI – Ministro da Administração Interna  
MDN – Ministro da Defesa Nacional  
OE – Orçamento de Estado  
OSINT – Open-source Intelligence  
PM – Primeiro-ministro  
RASI – Relatório Anual de Segurança Interna  
SG SIRP – Secretário-geral do SIRP  
SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa  
SIEDM – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares  
SIGINT – Signals Intelligence  
SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa  
SIS – Serviço de Informações de Segurança

## INTRODUÇÃO

Os Serviços de Informações desempenham um papel de incontornável importância junto dos Estados. A sua função de informar, materializada numa especialização de metodologias, processos e desígnios, encontra-se patente no papel de acompanhamento próximo e qualitativamente distinto tido como essencial para a tomada de decisão esclarecida por parte não só dos actores políticos, como também, no seu ideal, para toda a acção otimizada do aparelho Estatal (Bispo 2004, 77–80; P. Cardoso 2004, 146–151). Destas disposições decorre que as Informações (ou *Intelligence* na acepção anglófona do termo)<sup>1</sup> detenham uma importância estratégica de carácter incontornável, relativamente à qual se requer, por parte dos destinatários, uma responsável e apurada cultura de Informações.

No caso português, o Sistema de Informações em vigor remonta a uma arquitectura estabelecida alguns anos após o 25 de Abril de 1974, remodelada por várias vezes ao longo das últimas décadas, e que obedece a uma lógica de relacionamento próximo com os fundamentos institucionais, legais e ideológicos sobre os quais o regime democrático se encontra sustentado. Falamos, mais concretamente, de um conjunto de afectações e sensibilidades, com especial destaque para a experiência histórica da PIDE/DGS, que para a actividade nacional de Informações tem resultado não só num percurso de adversidade e inconstância, como também na sua sistemática despromoção para uma das últimas prioridades do poder político e da sociedade civil. Aliás, o próprio conhecimento objectivo do que é a *Intelligence*, da sua finalidade e da forma como está estruturada em Portugal, é algo que tradicionalmente tem suscitado pouca receptividade (Graça 2004, 436–437; J. A. T. Pereira 2002, 164; R. C. Pereira 2004, 517–518; Vegar 2007, 135–137).

Matéria para diversos debates, o tema dos Serviços de Informações nacionais afigura-se relativamente pouco explorado nos estudos de âmbito científico, cuja abordagem é apenas pontual e pouco aprofundada. Do ponto de vista bibliográfico, os tópicos habitualmente cultivados pautam-se na sua maioria por perspectivas seleccionadas sobre o objecto das Informações, com especial destaque para a análise legalista. Com efeito, ainda que efectuadas com rigor, acabam por não privilegiar uma discussão integrada do tema nas suas várias dimensões. O trabalho empírico é pouco aprofundado, se não mesmo muitas vezes simplesmente descurado, pelo que pouco se sabe para lá daquilo que é vertido nessas análises ou pela

---

<sup>1</sup> Itálicos nossos. Ao longo do texto serão alternadamente utilizados os termos *Intelligence* e *Informações*, referindo-se ambos ao mesmo conceito, conforme definição proposta no capítulo conceptual.



informação institucional. Ademais, as poucas tentativas de abordagem geral são por sua vez orientadas por um registo jornalístico que carece de sistematização e ordenamento de conteúdos, pelo que acabam por não fornecer uma perspectiva sistemática sobre essa realidade. Por último, deve também ser referido que o acompanhamento mediático dos serviços se apresenta frequentemente desfavorável (Simões 2002, 120, 149, 150), o que não contribui para a projecção de um conhecimento fiel ao seu quotidiano.

Em suma, as Informações em Portugal são um tema sobre o qual não apenas se sabe pouco, como também as visões apresentadas incidem regularmente sobre temáticas relativamente circunscritas. A presente dissertação propõe-se, assim, a suprir essa lacuna ao apresentar um contributo construtivo para o conhecimento científico do SIRP e respectivos serviços, partindo de uma perspectiva exterior à sua realidade. Pretende-se, pois, efectuar a sua caracterização, recorrendo, para tal, a vários conceitos de referência, aos elementos histórico-institucionais e ainda ao levantamento de conteúdos empíricos adicionais. Mais concretamente, visa-se responder à seguinte questão: *quais as estruturas, missões, e recursos dos serviços de Informações portuguesas?*

Optou-se por seguir uma abordagem descritiva-ideográfica do objecto de estudo, na medida em que o exame das estruturas, missões desempenhadas e recursos variados se oferece à observação externa como um campo essencialmente exploratório. Com efeito, num campo em que as fontes são escassas, e onde, pelo menos no contexto académico, apenas é possível realizar uma interpelação desta natureza, dificilmente se poderia ir além de uma análise exterior complementada por uma reflexão crítica. Para mais, tratando-se de um caso de estudo, o carácter descritivo assume-se incontornável para a aquisição formal do objecto de estudo, tanto mais que, como é frequentemente sublinhado pela literatura especializada, a *Intelligence* é por definição uma área que resiste à abordagem académica (Warner 2009a, 17).

No sentido de dar resposta à questão de partida, a dissertação encontra-se estruturada em seis partes. Num primeiro momento, proceder-se-á a uma revisão da literatura com vista à identificação das principais linhas seguidas neste domínio, perscrutando as zonas temáticas e conceptuais que têm sido adiantadas pelos autores e estudos de referência, nacionais e internacionais.

O segundo capítulo procede a uma apresentação do quadro conceptual que envolve o universo das Informações, essencial para a nossa investigação. Nele incluem-se as definições principais, os processos de recolha, tratamento e análise de dados, a tipologia das fontes, assim como os enquadrantes e componentes funcionais ulteriores. É igualmente dedicado espaço à

questão dos modelos organizacionais dos aparelhos de *Intelligence* e ainda ao conceito de cultura de Informações.

A terceira parte da dissertação procederá a uma resenha histórica do percurso das Informações nacionais no período que medeia o 25 de Abril de 1974 e o momento actual. Serão analisados os anos que precederam a formação do SIRP (marcados pelo clima de insegurança e pela ausência de Informações), seguindo-se uma explanação do lento e atribulado processo de concretização institucional do SIRP, assim como dos principais acontecimentos vividos ao longo desse trajecto.

O quarto capítulo dedicar-se-á à dimensão legal. Procurou-se dissecar toda a legislação produzida nos últimos trinta anos no domínio específico das Informações, e identificar as principais inovações, no sentido de obter uma síntese do edifício legal em causa, do seu significado e dos seus principais efeitos. Serão para isso considerados dois níveis distintos: as Leis gerais do Estado, a Constituição da República Portuguesa (CRP) e a Lei de Segurança Interna, por um lado; as Leis específicas com os vários diplomas relativos às Informações, como sejam as Leis Quadro do SIRP e as Leis Orgânicas dos serviços, por outro lado.

Num quinto momento, serão analisadas de perto quatro dimensões inexploradas na literatura até hoje produzida em Portugal sobre a matéria: os quadros dirigentes, os recursos financeiros, os recursos técnicos e o produto operacional. O objectivo será proporcionar uma caracterização exploratória que até hoje nunca foi efectuada sobre os serviços de Informações, tão abrangente e detalhada quanto possível. Trata-se, como já aqui foi referido, de uma secção essencialmente descritiva, porquanto a reunião e análise destas dimensões empíricas, a par do levantamento histórico-legal e dos conceitos de referência, proporciona um conjunto de vectores concorrentes para a caracterização final das Informações em Portugal.

Finalmente, no último capítulo proceder-se-á à sistematização dos conteúdos anteriormente explorados, produzindo uma reflexão crítica sobre a totalidade do objecto de estudo, através de uma leitura sistematizada e integrada daquilo que as fontes disponíveis sobre os serviços de Informações portuguesas permitem saber. Neste contexto, procurar-se-á igualmente deduzir aquilo que, à luz dessas considerações, sobressai como sendo a cultura de Informações nacional. A ideia subjacente a este passo final, é a de proporcionar o encontro entre conceitos, história, legislação e realidade empírica, com vista a obter um conhecimento pluridimensional da realidade da *Intelligence* nacional, produzir o seu retrato e, assim, responder à pergunta de partida.

## *Metodologia e fontes*

O processo envolvido na elaboração desta dissertação implica um trabalho descritivo abrangente, em que a exploração de terreno desconhecido e a pesquisa empírica assumem um papel importante<sup>2</sup>. Nesse sentido, o modelo metodológico utilizado baseou-se numa estratégia de identificação e levantamento de informação disponível, tendo sido recolhidos dados relevantes através de diversas fontes escritas (biografias, artigos de *media*, currículos oficiais e informais, Diários da República, etc.) para completar o melhor possível os vários passos percorridos. Adicionalmente, aplicou-se um método analítico essencialmente constituído por técnicas quantitativas (estatística descritiva) e técnicas qualitativas (análise de fontes primárias, prosopografia, entrevistas), a partir do qual foi possível não apenas mapear as zonas temáticas desconhecidas, como também obter as suas principais dinâmicas, tendências e relações, e, dessa forma, constituir a matéria que é posteriormente utilizada na síntese final.

Deve, contudo, ser mencionado que, apesar dos esforços de pesquisa empreendidos, nem sempre foi possível obter dados mais completos sobre os tópicos propostos. Tal situação explica-se, desde logo, pelo carácter classificado e secreto que envolve toda a área das Informações, mas deve-se igualmente à frequente ausência de referências bibliográficas relevantes, à distância temporal de muitos dos elementos analisados e ainda à dificuldade em obter respostas por parte de entidades competentes face a algumas das solicitações efectuadas, naturalmente de natureza académica.

O período de Informações considerado será aquele que medeia a formação do SIRP e o momento actual, ou seja, desde 1984 até 2014. O intervalo de 1974 a 1984, caracterizado pela ausência de Informações civis internas e externas após a extinção da PIDE/DGS, e com a ocupação desse vazio tomada por parte dos serviços de informações militares, encontra-se portanto fora do âmbito deste trabalho, em conformidade com distinção efectuada por alguns dos

---

<sup>2</sup> Poderá colocar-se aqui a questão de saber se a presente dissertação se reveste – ou não reveste – de um carácter excessivamente descritivo. A este respeito, o debate metodológico em torno das especificidades dos estudos de caso não é pacífico. Num artigo publicado em meados da década de setenta, o politólogo holandês Arendt Lijphart (1971) apontou diversas limitações a este tipo de abordagens, a começar pela inexistência de alicerces teóricos sólidos. Por outro lado, o mesmo autor considerou que tais abordagens dificilmente conseguem ultrapassar o plano da descrição (“descriptive-ideographic approaches”), na medida em que raramente são apresentadas conclusões passíveis de produzir generalizações de escopo teórico. Dito isto, apesar da validade dos comentários tecidos por este autor, o consenso não existe no seio da academia. Com efeito, também é válida a ideia contrária, segundo a qual os casos de estudo permitem, como nenhuma outra abordagem, identificar especificidades (Eckstein 1975), levantar hipóteses de causalidade passíveis de serem testadas em investigações comparativas (Della Porta and Keating 2008), e, sobretudo, proceder a retratos minuciosos dificilmente concretizáveis em investigações menos aprofundadas. Assim, importa desde já sublinhar que a presente dissertação é necessariamente descritiva à partida. Contudo, é precisamente no carácter ideográfico da análise que radica o conhecimento detalhado do objecto de estudo (os serviços de Informações em Portugal), assim como o conjunto das reflexões críticas que foram formuladas uma vez concluído o processo descritivo.

principais autores aqui contemplados (P. Cardoso 2004; Gouveia 2007). Optou-se também por manter a exclusão dos serviços de informações militares por uma questão temática e metodológica, que embora se encontrem incluídos em alguns documentos legais desde 1984, são aparelhos exteriores ao escopo civil a que a presente dissertação se pretende restringir<sup>3</sup>.

#### *Delimitação da análise e caracterização do objecto de estudo*

Cabe aqui também prestar alguns esclarecimentos adicionais relativamente ao recorte do objecto de estudo. Em primeiro lugar, deve ser assinalado que a presente dissertação não visa produzir uma análise adstrita aos conceitos das Informações, nem estabelecer um debate de teor ensaístico sobre o papel que o sector desempenha na generalidade dos Estados. Tão pouco se pretende, também, assumir posições predefinidas relativamente às Informações em Portugal, em particular as de carácter político-ideológico, porquanto os objectivos que movem este estudo estão necessariamente circunscritos ao domínio da esfera académica. O objectivo da presente dissertação é, assim, o de proporcionar um retrato integrado dos serviços de Informações nacionais a partir de uma perspectiva exterior e à luz das suas várias dimensões estruturantes, reunir os elementos actualmente dispersos pelas várias referências, investigar sectores temáticos inexplorados e, dessa forma, produzir um todo coerente.

Por último, a fim de desambiguar a denominação nacional do termo anglófono de *Intelligence*, adoptar-se-á o vocábulo *Informações* para melhor permitir a manutenção do registo na língua portuguesa e, ainda, para manter a distinção do vocábulo *informação*, que denomina dados em sentido lato (Bispo 2004, 8).

---

<sup>3</sup> A única excepção será o braço militar incluído no SIEDM, entre 1995 e 2004.

## 1. *INTELLIGENCE* – ESTADO DA ARTE

O universo das Informações constitui há vários anos um campo de abrangente e diversificada produção bibliográfica. Desde a dimensão histórica, política ou diplomática, até aos aspectos operacionais, táticos e tecnológicos, vários têm sido os trabalhos que ao longo das últimas décadas abordam o fenómeno e a actividade dos serviços de Informações como objecto de estudo, conduzidos por autores de perfil diversificado, desde académicos, pessoal das Informações e profissionais do universo da segurança, até jornalistas e outros contribuidores não especializados (Marrin 2013, 67). A presença das Informações faz-se sentir em várias áreas científicas consolidadas, como a Ciência Política, a História ou os Estudos Militares, onde regularmente se apresentam enquanto entidade que intervém nos acontecimentos, ou enquanto variável de sistemas teóricos e analíticos (Wheeler 2014). Aliás, a própria exposição mediática que as Informações têm junto das sociedades, materializada numa extensa cultura popular fortemente focada na actividade da espionagem e da vigilância, muito tem contribuído para o avolumar de atenções relativamente ao tema, e para a formação de uma mitologia própria associada à respectiva comunidade (Marrin 2013).

Todavia, o tratamento isento e objectivo da *Intelligence* é um facto bastante mais circunscrito e especializado do que aquilo que a extensão de referências avulsas oferece à primeira vista. Enquanto domínio científico próprio e autónomo, com um objecto de estudo susceptível de mapeamento e sistematização conceptual, as Informações aparecem estudadas pela literatura internacional apenas a partir do final dos anos 70, através de algumas obras de teor histórico e de perspectiva diplomática (Wheeler 2014), produzindo-se uma verdadeira expansão científica a partir do final da Guerra Fria e, sobretudo, após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, no que se apresentam desde então como um domínio central para a compreensão dos desafios de segurança contemporâneos. Tal expansão em muito tem sido beneficiada pela multiplicação de plataformas e agentes de divulgação, tais como *websites* especializados, publicações científicas de referência, assim como pelo maior grau de abertura das agências e serviços de Informações à sociedade civil (Wheeler 2014).

A produção científica de referência, dotada de apreciação autorizada e crítica, é pois um fenómeno recente, resultado do aparecimento de literatura emitida não apenas por autores *externos* à actividade, em particular os académicos, como também por membros da comunidade das Informações (Warner 2009a; Wheeler 2014). Do encontro das duas esferas deste universo, a que se associa a crescente importância e pertinência do tema na realidade

contemporânea, tem resultado, nos últimos anos, um vasto leque de obras que se debruçam sobre os vários aspectos que constituem o âmbito concreto das Informações, aproximando-as em rigor científico e objectividade (Warner 2009a). Embora tais obras gravitem, essencialmente, em torno da produção anglo-saxónica, em particular a norte-americana, as mesmas apresentam-se, todavia, não apenas como as referências mais presentes no repositório internacional, como também aquelas que congregam uma maior e mais aprofundada variedade temática referente às Informações e seus assuntos adjacentes (Wheeler 2014).

Num esforço de sistematização da bibliografia disponível, é possível fazer uma separação inicial entre aquilo que são as referências internacionais, de maior disseminação geral, e as referências nacionais, cujo volume é mais reduzido mas com maior potencial de aplicação a contexto específico português.

### **1.1 A literatura internacional**

Começando pelo primeiro conjunto, mais vasto e abrangente, vários são os autores e obras, datadas sobretudo das últimas duas décadas, que podem ser consideradas para a aquisição de referências consolidadas sobre as Informações, seus conceitos, práticas, e modelos de funcionamento.

Começam por merecer destaque as obras de Sherman Kent (1949) e Allen Dulles (1963), ex-directores da CIA e dois dos principais precursores da *Intelligence* norte-americana, que em duas obras basilares se referem de forma pioneira à importância das Informações no plano da tomada de decisão, e ao papel que as mesmas poderiam desempenhar no caso americano. Este plano de debate foi pontualmente considerado (Betts 1978; Farago 1954; Felix 1963; Kent 1949), mas manteve-se regra geral, como foi já afiançado, um objecto de estudo pouco representativo durante largos anos.

Na viragem da década de 1970 assistiu-se, contudo, ao surgimento de um interesse generalizado pelos temas da *Intelligence*, a que não são estranhos, entre outros factores, a redescoberta de acontecimentos históricos como os da II Guerra Mundial e Guerra Fria, a desclassificação de documentação associada, a legação de memórias de antigos protagonistas, e até mesmo um entusiástico fascínio público por histórias de espionagem (Wheeler 2014) em muito estimulados pelo cinema e literatura. Do ponto de vista bibliográfico, este contexto veio reflectir-se no aparecimento de novos padrões temáticos e na produção continuada de obras de referência.

Trabalhos como os de Winterbotham (1974) , David Khan (1967, 1978), R. V. Jones (1978), Basil Collier (1982) e Katz (1989), que exploram em profundidade a actividade de *Intelligence* britânica, norte-americana e alemã durante a II Guerra Mundial, situam-se naquela que foi talvez a primeira dessas tendências - a dos estudos históricos de *Intelligence* – sendo igualmente possível acrescentar a compilação de artigos dirigida por Ernest May (1984) relativamente a esse tipo de actividades no período entre guerras. Alguns anos mais tarde, Martin Alexander (1998) edita uma compilação de ensaios relativos à espionagem entre nações aliadas durante a primeira metade do século XX, debruçando-se assim sobre o plano recôndito das Informações, que considera ser “a dimensão oculta” dentro de uma actividade já por si encoberta. Esta linha de investigação é posteriormente elevada a um novo plano analítico através da introdução dos primeiros estudos de âmbito transversal e comparativo, que procedem à identificação do nexos dinâmico que historicamente associou *Intelligence*, diplomacia e a condução dos acontecimentos.

Começam por se destacar, nesse domínio, as proeminentes obras de Christopher Andrew, que num primeiro título essencial vem perspectivar as Informações enquanto dimensão oculta da política e das Relações Internacionais (Andrew 1984), e que num segundo nos traz como que a história da *Intelligence* britânica contemporânea e sua genealogia (Andrew 1985). Andrew introduz-se ainda, em duas obras subsequentes, nos bastidores do *policy-making* soviético (Andrew e Gordievsky 1990, 1991) e norte-americano (Andrew 1995), assim como na relação íntima entre Informações e a cena política através do exame aos célebres arquivos de Vasili Mitrokhin (Andrew e Mitrokhin 1999, 2005), naquele que foi considerado um dos mais completos e extraordinários casos de captura de *Intelligence* de sempre. O contexto soviético mereceu também um especial enfoque por parte de John Barron, jornalista e ex-oficial de *Intelligence* da marinha norte-americana, que em duas publicações populares (Barron 1974, 1984) descreve a evolução histórica do KGB e dos seus métodos operacionais, e revela a partir de casos reais a alargada trama de espionagem e acções clandestinas por parte dessa organização, o seu funcionamento quotidiano e a sua agenda. Ainda nesta senda temática, também Loch K. Johnson (1989) apresenta uma importante contribuição que, relativamente ao caso concreto norte-americano, conduz uma análise que enquadra a respectiva comunidade de Informações de acordo com uma perspectiva histórica, institucional e política, discutindo o papel desempenhado pelas agências de Informações dentro do respectivo enquadramento democrático, debatendo ainda o compromisso existente entre as prioridades da segurança nacional e a salvaguarda dos direitos civis.

A literatura sobre Informações experimentará, entretanto, um grande salto qualitativo a partir de finais da década de 1990. Michael Herman, provavelmente um dos principais autores de referência na actualidade, formula no seu *Intelligence Power in Peace and War* (1996) aquilo que propõe ser a primeira tentativa de delimitação dos enquadrantes conceptuais do objecto da *Intelligence*, com as suas definições e generalidades. Herman considera a *Intelligence* o sector menos teorizado do universo das Relações Internacionais, e que a maioria da bibliografia disponível se concentra na identificação de um conjunto de nexos de *outputs* assim como as relações com a diplomacia e a *policy-making*. Recuando conceptualmente para um nível mais abstracto, encara as Informações como um conjunto sistémico de processos e procede ao exame dos modelos de Informações modernos através da delimitação dos seus componentes e limites, dos racionais da eficiência e da técnica, e ainda do papel optimizador que se pretende como finalidade última. Também em conformidade com esta linha temática, Mark Lowenthal (2000, 2009, 2014) apresenta através de uma perspectiva norte-americana uma importante contribuição para o mapeamento conceptual das Informações, ao sistematizar, por um lado, definições para os seus principais conceitos, processos, funções e efeitos, e, por outro, ao discutir sucintamente os principais compromissos e dinâmicas face à acção política, à sociedade e à segurança nacional.

A acrescentar a estes importantes contributos, Berkowitz e Goodman (2002) elaboram uma importante reflexão sobre as consequências e implicações da *Era da Informação* no domínio das Informações, referindo-se aos efeitos e transformações causadas pela amplificação exponencial dos campos da comunicação, informática e *media*, apreciando, assim, os problemas relacionados com a adaptação aos desafios que lhes estão inerentes. Intimamente relacionado com os adventos técnicos mencionados, o processo de análise no trabalho de Informações é também matéria de estudo para alguns académicos (Bruce e George 2008; Fingar 2011; Herman 2001; Johnson e Wirtz 2004; Treverton 2003), sendo meios como os de vigilância, obtenção, processamento e criptografia, regularmente examinados (Johnson 2009; McDowell 2009; Todd e Bloch 2003), à medida que o seu rápido desenvolvimento tecnológico vai abrindo espaço para renovadas problematizações.

Mais recentemente, as tendências bibliográficas em *Intelligence* têm passado pela discussão de vários assuntos perenes da actualidade, assim como pela apresentação de novos enquadrantes e ramificações conceptuais relativamente ao tema. Embora o modelo bibliográfico tenha frequentemente passado pelo formato de compilação, no qual ensaios autorados por vários especialistas são reunidos (Andrew, Aldrich, e Wark 2009; Dover, Goodman, and Hille-



brand 2013; Fingar 2011; Gill, Marrin, e Phythian 2009; Johnson 2009, 2010; Scott, Hughes, e Alexander 2011), é de mencionar o constante aparecimento de novas obras de autor (Beebe e Pherson 2012, 2012; P. H. J. Davies 2004; Jensen III, McElreath, e Graves 2012; McDowell 2009; Scott, Hughes, e Alexander 2011; Steiner 2014), assim com o cada vez maior envolvimento de revistas científicas, associações e centros de estudos variados<sup>4</sup>.

Assim, para além dos tópicos clássicos das Informações como o enquadramento conceptual, as modalidades de recolha e análise ou a relação funcional com a tomada de decisão política e a segurança dos Estados, um outro conjunto de perspectivas tem recentemente adquirido protagonismo no palco do debate académico das Informações. O primeiro desses planos é o das novas ameaças de segurança, como a proliferação de armas de destruição massiva (WMD), terrorismo, crime transnacional e cibersegurança (Clemente 2013; Gill 2013; Pollard e Sullivan 2013; Shiraz e Aldrich 2013; Wirtz 2013), que renovadamente têm merecido a atenção de diversos especialistas, à medida que os modelos tradicionais de Informações são repensados e conduzidos à adaptação. Também associados às perturbações do *status quo* actualmente vivido nesta esfera, está o debate das novas subdisciplinas de *Intelligence*, designadamente as das finalidades económicas e da exploração das fontes de informação abertas (*open source*) (P. Davies 2013; Fingar 2012; Gibson 2013; Luong 2009; Mercado 2009; Schaurer e Störger 2013; Steele 2009), que têm ganho um franco protagonismo em face da incontornável relevância que a sua capitalização implica para os serviços de Informações.

Por outro lado, as relações de ordem ética e legal entre a actividade de Informações e os quadros jurídico-institucionais, quer de ordem interna quer de ordem supranacional, em que os mesmos estejam inscritos, são objecto de aprofundadas reflexões por parte de diversos autores (Aldrich 2011; Andregg 2009; Born e Wetzling 2009; Born e Wills 2012; Bruneau 2004; Gill 2003; Godfrey Jr. 2004; Hastedt 2010b; Herman 2009; Hillebrand 2013; Leigh 2009; Frederic F. Manget 2004; Fred F. Manget 2009; Omand 2009; Ransom 2004; Scott e Hughes 2011; Wark 2009). O ónus da fiscalização, transparência e responsabilização (*accountability*) típico das democracias liberais ocidentais é, pois, ponderado, e um cruzamento com os racionais da

---

<sup>4</sup> A par de documentos e relatórios oficiais, estas organizações agregam na sua orla especialistas e profissionais da área cuja contribuição, frequentemente produto de experiências em primeira mão, tem um valor incontornável e dificilmente proscriuto para o entendimento prático da área. Mencione-se, a título de exemplo, a *Association of Former Intelligence Officers* (AFIO), a *International Intelligence History Association* (IIHA), o *Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces* (DCAF), assim como a *Federation of American Scientists* (FAS). Já no campo das publicações referidas, são também vários os títulos a elencar, contando-se entre as mesmas o *International Journal of Intelligence and Counterintelligence*, o *Security and Intelligence Studies journal*, as revistas *The Intelligence* e *Intelligence and National Security*, assim como a *Studies in Intelligence* da CIA.

política, soberania, segurança nacional e técnica é efectuado no sentido de produzir um balanço sobre os principais dilemas e compromissos que estão em causa nos dias de hoje.

Um outro plano de teorização que se constata emergente é o da comparação das culturas de Informações entre os vários países. Com efeito, a maioria das obras internacionais de referência são de origem anglo-saxónica e versam, regra geral, sobre os respectivos contextos, desafios e experiências nacionais, no que a transposição para os casos de outros países se afigura difícil, senão mesmo impossível por vezes (Hastedt 1991; Herman 1996; Johnson 2013; Wheeler 2014). Assim, o estudo comparativo sobre estruturas de *Intelligence* de outros países<sup>5</sup> tem ganho algum espaço nas referências mais recentes (Arcos 2013; Daun 2013; Johnson and Wirtz 2004; Kemp 2004, 2004; Kotani 2013; Lethier 2013; Pringle 2004; Todd e Bloch 2003), e tem sido igualmente projectado um plano conceptual daquilo que se pode denominar por *culturas de Intelligence* (Bruneau 2004; Hamrah 2013; Phythian 2013; Swenson e Lemozy 2009), isto é, uma ferramenta conceptual que comporta a combinação do contexto político, social, estratégico e organizacional de cada país para a aquisição do comportamento de cada nação face e dentro das Informações.

Finalmente, a complementar o conjunto de referências apresentadas, há a considerar as obras do tipo enciclopédico que foram surgindo ao longo dos vários anos (Becket 1986; Carlisle 2004; Hastedt 2010a; Lerner e Lerner 2003; O'Toole 1988; Palmer e Allen 1996; Seth 1972), sem as quais um correcto reconhecimento bibliográfico da *Intelligence* não estaria completo. Constituídas no campo das Informações como sendo importantes repositórios para a menção sumária de conteúdos, estas obras encerram em si vastas listagens de definições, terminologias, nomenclaturas, datas e acontecimentos, porquanto permitem dessa forma uma sua rápida aquisição.

Deste conjunto de referências, as obras que se retêm no contexto da presente dissertação, são sobretudo aquelas que permitem a aquisição de um quadro conceptual mais consolidado, que encerre as definições e categorias necessárias para o posterior trabalho de análise. Nesse sentido, serão também particularmente úteis as referências que digam respeito aos desafios associados ao contexto contemporâneo, com âmbitos de debate mais especializados.

---

<sup>5</sup> Designadamente países como a China, o Japão, o Canadá, a Índia ou Espanha.

## 1.2 A literatura nacional

De certa forma em contracorrente com a tendência internacional, em Portugal a literatura sobre Informações revela-se pontual e geralmente pouco aprofundada. Embora tenham sido produzidas, sobretudo na última década, algumas reflexões sobre actividade dos serviços portugueses e a importância da *Intelligence* para o contexto nacional, verifica-se todavia a ausência de uma bibliografia consolidada e sistematizada sobre o tema, contando-se apenas com um limitado conjunto de trabalhos de âmbito geral, cuja extensão e grau de complexidade dificilmente é comparável ao das referências congêneres internacionais.

Delimitando a oferta nacional, é possível dividir a literatura disponível em duas categorias bibliográficas principais. A primeira é a que abarca as Informações enquanto objecto de estudo e é composta por monografias e contribuições pontuais em publicações científicas, nas quais o tema é abordado de acordo com uma óptica objectiva e especializada, através das quais se procede a reflexões e análises sobre vários dos principais aspectos que caracterizam a *Intelligence* nacional, designadamente à luz de eixos como os das relações internacionais, segurança e defesa. Já o segundo grupo é composto por publicações de natureza mais informal, onde se incluem algumas contribuições monográficas de teor jornalístico e sem carácter científico, sustentadas numa narrativa que pretende caracterizar os serviços nacionais e retratar o seu *modus vivendi* interno.

Observando com maior profundidade a primeira categoria, merece desde logo destaque a obra desenvolvida pelo General Pedro Cardoso, edificada em vários fascículos nos anos após o 25 de Abril e sistematizada no volume *As Informações em Portugal* (1980), que é consensualmente reconhecida como sendo uma publicação basilar para a cultura das Informações ao nível nacional (Moreira 2004; R. M. Pinto 2004; Vegar 2007, 14) ao retomar, poucos anos depois da mudança de regime e da extinção da PIDE/DGS, o debate em torno da importância do sector, alertando para a sua necessidade nas demais áreas da vida política e estratégica nacional. Esta obra está, aliás, na origem dos subsequentes estudos de homenagem realizados através do Instituto de Defesa Nacional e sob a coordenação do Professor Adriano Moreira (2004), que reúne importantes contribuições por parte de juristas, militares, académicos, ex-funcionários de Serviços de Informação e outros profissionais do universo da segurança e defesa, relativamente à teorização da *Intelligence*, sua história em Portugal, e ainda alguns dos principais debates jurídicos, técnicos e políticos que lhe estão associados.

Ainda dentro deste campo, há a considerar os volumes coordenados por Bacelar

Gouveia e Rui Pereira (2007, 2012), que captam importantes trabalhos de âmbito académico relativamente ao domínio geral da segurança, contributos essenciais para a caracterização dos serviços de informação nacionais, sua história e seu contexto, por parte de autores reputados do mundo académico e profissional relacionado. Esta obra tem a virtude de, pela sua alocação primordial à área do Direito, elucidar com abrangência os limites e moldes legais dos serviços de informação, articulando-os com as circunstâncias da democracia portuguesa, e reflectindo sobre quais os compromissos em causa no Estado de Direito. Por outro lado, mencione-se, no plano institucional, o livro de divulgação publicado pelo Serviço de Informações de Segurança (1998), que tem por objecto a difusão transparente dos elementos que estruturam essa organização, assim como a missão e o papel desempenhado pela área das Informações em Portugal. A acrescentar a este breve mas importante conjunto bibliográfico, há ainda o universo de publicações científicas nacionais da especialidade da segurança e defesa<sup>6</sup>, na sua maioria órgãos de imprensa adscritos a estruturas estatais, que cumprem um importante trabalho editorial de divulgação, debate e reflexão sobre diversos assuntos capitais em sectores como o militar, a administração interna, os negócios estrangeiros, entre outros.

Dentro deste conjunto de referências são portanto várias as questões afloradas pelos respectivos autores. Porventura, a primeira e mais colegial dessas questões é a da história dos serviços de Informações nacionais, isto é, o estabelecimento de uma linha cronológica e o seu preenchimento com os acontecimentos e efemérides que consubstanciam o seu percurso. Na bibliografia nacional, esse esforço é frequentemente empreendido de acordo com uma narrativa essencialmente centrada na evolução institucional dos serviços, em próximo paralelismo com os próprios documentos legais que estabelecem a sua orgânica, missões, meios, entre outras disposições (Carvalho 2009b; Ferreira 2007; Melo 2005; Nogueira and Fernandes 2005; J. Pereira 2012b). Todavia, é de salientar que outros contributos têm já sido feitos no sentido de preencher um pouco melhor o vazio narrativo, contando-se algumas reflexões por parte de autores com percurso de primeira mão nas Informações, destacando-se talvez aquelas que se reportam à formação dos serviços e à sua génese histórica no contexto do pós-25 de Abril (V. Cardoso 2007; Monteiro 2004; R. M. Pinto 2004).

Um outro âmbito de reflexão consideravelmente presente no referente bibliográfico nacional, é o dos conceitos relacionados com as Informações, que embora tipicamente se apresente expresso através de publicações científicas curtas e sintéticas, revela uma apreciável

---

<sup>6</sup> Publicações como as revistas *Nação e Defesa*, *Estratégia*, *Revista Militar* ou o *Boletim do IESM* estão entre as referências mais profícuas no debate e na transmissão de ideias em torno das Informações.

concentração qualitativa cuja importância deve ser considerada. Tais contribuições passam, assim, pela apresentação das Informações nos seus aspectos conceptuais e taxonómicos, a identificação das principais tipologias e processos de *Intelligence*, assim como a explanação do nexo funcional que une as Informações ao processo de tomada de decisão política, não faltando, ainda, a identificação formal entre os sistemas de Informações e o contexto político, social e estratégico em que se inserem (Bispo 2004; Carapeto 2010a; Dias 2012; Graça 2004; J. Pereira 2012b; R. M. Pinto 2001; Romana 2008, 2013). Aliás, em estreita relação com esta linha de conteúdos, inserem-se os debates em torno das ameaças contemporâneas do novo ambiente estratégico, nos se enunciam questões como o terrorismo, cibersegurança e globalização, e presumíveis implicações para os modelos dos serviços de Informações (Carvalho 2006; Garcia 2008; Matos 2012; J. Pereira 2007, 2012a, 2012b; J. A. T. Pereira 2002; R. C. Pereira 2004; Pinheiro 2008; Rodrigues 2002; Romana 2004, 2005, 2013).

Finalmente, ainda dentro das referências de teor científico, há a considerar as análises produzidas em torno das principais questões jurídico-legais relacionadas com a actividade de *Intelligence* nacional. Revelando-se um dos mais profícuos e pertinentes campos de dissertação no universo das referências nacionais, os eixos traçados pelos diversos autores do ramo localizam-se sobretudo na apreciação dos conteúdos dos vários diplomas legais que dão forma ao Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), com respectivos serviços e estruturas adjacentes, a que se acrescentam algumas reflexões sobre as suas prerrogativas, missões e atributos funcionais.

É nesse campo efectuado o escrutínio da evolução legal e institucional do SIRP desde 1984 (Reis e da Silva 2007), com especial enfoque aos fluxos de poder, a discussão das variações dos modelos orgânicos sucessivos até à mais recente introdução da figura do Secretário-Geral (Carvalho 2007a; Ferreira 2007; Nogueira and Fernandes 2005), e ainda para com as estruturas de fiscalização (Carapeto 2010b; Carvalho 2007b; Gouveia 2007; R. C. Pereira 1998). Por último, no domínio das modificações produzidas pelo novo ambiente estratégico internacional e as novas ameaças ao campo da segurança e defesa, o 11 de Setembro e o fenómeno do terrorismo associado, são considerados e ponderados face ao dispositivo de Informações português (Carvalho 2009a; J. Pereira 2010b; J. A. T. Pereira 2002; R. C. Pereira 2004; Rodrigues 2002, 2003), sendo aferidos os principais compromissos e desafios a assumir entre o papel dos serviços e o quadro legal vigente.

A segunda categoria que se adiantou relativamente às referências nacionais, prende-se

com as obras de autor, de abordagem tendencialmente mais aberta e informal. Uma primeira menção a considerar, embora ainda no domínio do trabalho metodológico dirigido à academia, é o trabalho de Pedro Simões (2002) que com o propósito de explorar a presença estatística dos serviços nacionais, procede igualmente à adição de material histórico e legal sobre Informações e *media*, para no final avançar uma multiplicidade de impressões e comentários por parte de vários intervenientes dessas duas esferas. Já no domínio genérico, Paula Serra (1998) reporta-se à estrutura antecessora do SIRP, a 2ª Divisão do CEMGFA (DINFO), e procura através da sua obra estruturar uma narração do das missões desenvolvidas entre o final da década de 1970 e início de 1980, recorrendo ao depoimento de antigos agentes e à exploração de casos operacionais expostos enquanto verídicos. Mais tarde, este modelo é retomado relativamente ao período posterior à formação do SIRP (2007), onde se procede a um registo genérico sobre o trabalho quotidiano dos serviços portugueses, que de resto se prende ao guião da obra do General Pedro Cardoso, assim como à sua própria memória. Estas obras, de pendor jornalístico e abundantemente sustentadas em situações particulares ou casos mediáticos, apresentam-se susceptíveis de transmitir alguma propriedade relativamente ao interior das Informações nacionais. Todavia, os conteúdos apresentados não são fortalecidos por dados empíricos, assim como não é indicada a utilização de qualquer método científico.

Exploradas as principais referências nacionais e internacionais relativamente à área das Informações, importa apresentar algumas breves conclusões relativamente a este balanço literário. A primeira prende-se com a diferença quantitativa verificada entre a literatura nacional e internacional, não surpreendente atendendo à diferença de escala, mas que de resto confirma que a produção nacional sobre *Intelligence* se constringe a uma medida mais modesta. Em segundo lugar, constata-se que no plano conceptual a maioria das referências existentes assumem a forma de publicações curtas, como artigos ou apresentações, não se verificando em Portugal a existência de uma monografia conceptual sobre Informações. Finalmente, verifica-se que, sobre os serviços de Informações da República Portuguesa, nenhum estudo foi propriamente efectuado no sentido de analisar as suas estruturas, missões e recursos, tanto do ponto de vista empírico como conceptual. Deste modo, o presente ensaio visa, nos capítulos seguintes, abordar essas dimensões de análise e, no sentido de explorar este campo até agora por desenvolver, propõe-se a colmatar essa lacuna particular, na expectativa de que seja possível constituir um mapeamento do caso concreto das Informações em Portugal.

## 2. *INTELLIGENCE* – QUADRO CONCEPTUAL

As referências anteriormente apresentadas permitem enquadrar em termos bibliográficos aquilo que de mais actual, e porventura mais relevante, tem sido publicado em relação ao tema das Informações, tendo sido efectuada uma separação entre o escopo abrangente e abundante das referências internacionais, e o da literatura temática nacional, mais circunscrito e localizado. Tal oferta bibliográfica contém em si não apenas um sólido conjunto dos vários conceitos envolvidos na compreensão das Informações, como se constata igualmente um profícuo debate em torno de várias outras questões que lhes estão associadas. As próximas linhas serão dedicadas à explanação do quadro conceptual a ter em conta na abordagem ao tema das Informações. Proceder-se-á, nesse sentido, à localização de conteúdos temáticos identificados como mais nítidos e pertinentes, retirados tanto da literatura internacional de referência, como também, por motivos de perspectiva e síntese, de várias referências nacionais.

### 2.1 Informação vs Informações

Conforme sugerido no início desta secção, os Serviços de Informações desempenham um papel vital na acção dos Estados contemporâneos e são parte integrante dos mesmos. Todavia, o seu âmbito de actividade, isto é, o que habitualmente se denomina por *Intelligence*, constitui um domínio temático cujo mapeamento e delimitação oferece algumas dificuldades, sendo recorrentemente sublinhado que não existe, ainda, uma definição estanque para a mesma (Warner 2009b, 17). Os seus conceitos dependem da forma como forem perspectivados, e a sua caracterização varia de acordo com a escala de profundidade que for considerada, começando por ser, desde logo, o conhecimento e a percepção dos vários sectores que estruturam a realidade estratégica (McDowell 2009, 10–11).

Contudo, e partindo de uma definição essencial do seu objecto, importa começar por fazer uma primeira distinção entre *informação*, na acepção geral do termo, e *Informações* ou *Intelligence*, enquanto sector de actividade e conhecimento especializados. Porquanto que *informação* pode avulsamente ser qualquer tipo de dado, de qualquer natureza, momento ou suporte, o conceito de *Informações* constitui-se num patamar superior, a jusante, que se materializa através de um processo de compreensão da informação relacionada, organizada e contextualizada, à qual é dada um sentido (Bispo 2004, 78). É um processo proactivo que inclui componentes de recolha, análise e interpretação, e que requer a utilização de métodos e

processos especializados (Graça 2004, 430). Tal enunciação, ao ser traduzida para a actividade geral dos Estados, caracteriza-se pela implementação de serviços dedicados à recolha, processamento e tratamento de informação, e pelo encaminhamento das suas linhas de acção no sentido de servir agendas superiormente definidas pela actividade política, designadamente no domínio da diplomacia, da segurança, da economia, entre outros (P. Cardoso 2004). Numa definição alargada de Informações, estas corresponderão assim ao conhecimento de elementos estáticos e dinâmicos de utilidade na escolha, regulação, orientação, monitorização e antecipação de medidas e acções consideradas como estruturantes ou axiais para o planeamento da condução política dos programas governativos (Romana 2008, 98).

Mais do que um banco de dados, os Serviços de *Intelligence* são, portanto, órgãos especializados na pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação de informações úteis para a acção dos Estados (P. Cardoso 2004, 150–151). A finalidade da *Intelligence* enquanto actividade de Informações reside, pois, no seu papel assistencial. É uma função de suporte dos decisores políticos, utilizada no sentido de acompanhar os acontecimentos, prever dificuldades e melhorar a tomada de decisão (P. Cardoso 2004, 149–150). E se, como afirma Michael Herman, esta for uma actividade tão antiga como a existência dos próprios Estados (Herman 1996, 15), é justificada, como prossegue posteriormente o autor, pela inegável utilidade do seu efeito otimizador (Herman 1996, 155). Destes princípios resulta, por sua vez, uma característica basilar no mundo da *Intelligence*, que é a discrição e o secretismo da sua actividade. Com efeito, encontrando-se os serviços de Informações sujeitos a pressões particulares, resultantes da sua natureza específica, os mesmos adoptam um grau de secretismo desejável relativamente à pesquisa, análise e divulgação de resultados, a fim de garantirem o cumprimento dos seus objectivos, e a salvaguarda da sua segurança (Bispo 2004, 81).

## **2.2 A Recolha e o Tratamento de Dados**

O sucesso da actividade de *Intelligence* dependeu desde sempre da recolha e tratamento de informação (Todd and Bloch 2003, 35), realidade que, pela evidente complexidade, envolve um conjunto abrangente de tipologias. A dialéctica existente entre a multiplicidade de fontes e a panóplia de métodos de obtenção dos respectivos dados é de difícil e intrincada delimitação taxonómica, não sendo possível expor o fenómeno enquanto um sistema operante contínuo e univocal. Dessa forma, o ponto de partida para a compreensão das categorias que envolvem a *Intelligence* deve situar-se na sua unidade mais simples, a informação, para assim se evoluir através complexificação de processos, e à sua sucessiva



gradação qualitativa. Nesse sentido, parte-se de um conjunto consensual de categorias que na comunidade das Informações permitem classificar, por um lado, as fontes de informação e, por outro, os meios ou processos de obtenção da mesma.

O primeiro conjunto considerado, que denomina o tipo de fontes, que são aliás a principal matéria-prima da *Intelligence*, situa-se num patamar essencial da praticabilidade, e pode ser apresentado em três categorias principais (Graça 2004, 431–433):

- a) *Fontes cobertas*, não disponíveis abertamente, que estão envoltas num manto de reserva e secretismo, não sendo penetráveis sem a utilização de métodos invasivos ou clandestinos. Ou seja, no sentido de obter respostas por parte de uma fonte coberta, isto é, um *outro* que não está disponível para ceder a informação desejada, é necessária a mobilização de processos que ultrapassem essa restrição, designadamente, dentro de um quadro ético e processual aceite como admissível (Bispo 2004, 81);
- b) *Fontes abertas*, que conforme o nome indica são fontes disponíveis publicamente, libertas de segredo. Nelas se incluem todo o tipo de referências, dados e informações para as quais o acesso é livre, e apesar de o alvo dessa recolha não estar necessariamente consciente disso, a recolha não envolve metodologias de recolha intrusivas. Dentro desta categoria é possível destacar, por exemplo, publicações bibliográficas, periódicas e *media*, documentos oficiais e dados estatísticos, assim como os conteúdos daquela que é porventura a plataforma com maior potencial de recolha, a *internet*;
- c) *Serviços Congéneres*, categoria que expressa a informação que pode ser obtida através de serviços de Informações de outros Estados, mediante canais de comunicação constituídos formal ou informalmente para o efeito. Trata-se portanto dos proveitos da cooperação entre serviços, que através do contacto repetitivo assente na confiança recíproca procedem ao pedido de informações, à troca de relatórios ou outro tipo de mutualidade;

Já no que concerne aos processos de obtenção de informação, há a considerar a uma tipologia internacionalmente consolidada, que deriva da terminologia anglófona de *Intelligence*. Denominadas por disciplinas de recolha de dados, esta é uma nomenclatura que compreende

todo o espectro de modalidades de obtenção de informação. Tornam-se aliás bastante patentes, através desta lista, as soluções técnicas envolvidas nesses processos, numa estreita relação com a natureza das fontes e com as finalidades que são determinadas superiormente. São assim considerados os seguintes tipos de recolha principais, enquanto práticas de *Intelligence* (FBI 2014):

- HUMINT (*Human Intelligence*), que designa essencialmente a informação obtida através de fontes humanas, isto é, através do contacto com pessoas que podem transmitir informação de interesse. A população de fontes possíveis na HUMINT é abrangente, e abarca vários níveis de sensibilidade, qualidade e quantidade. A um nível mais baixo incluem-se fontes como indivíduos em viagem, homens de negócios ou refugiados, e a um nível mais intermédio são já incluídos os casos dos prisioneiros de guerra, informadores e individualidades políticas. No topo desta gradação, e ao nível mais elevado de valor e sensibilidade, estão os casos especializados de agentes no terreno, informadores infiltrados ou desertores de entidades de interesse (Herman 1996, 61–66).
- SIGINT (*Signals Intelligence*), categoria que se refere a comunicações, sinais, e emissões electrónicas de qualquer tipo, sobre as quais se aplicam processos interceptação, captação e monitorização. À semelhança da HUMINT, também na SIGINT há uma enorme variação entre sensibilidade, quantidade e qualidade relativamente aos dados que são recolhidos. O nível mais básico de SIGINT é o da métrica e da medição, onde os sinais captados podem ser encarados como indícios, direcções ou pistas para algo, e a um nível intermédio há a considerar por exemplo o tratamento analítico de padrões de tráfego e a detecção de fluxos de informação. Já ao nível mais elevado de acuidade e especialização situa-se a interceptação dedicada e a descriptação, com o seu potencial de acesso directo a informações de elevada importância (Herman 1996, 69–72). Recorrendo tipicamente a um complexo aparato tecnológico onde se incluem satélites, antenas, aeronaves, plataformas informáticas e outros dispositivos análogos, a SIGINT é uma modalidade de *Intelligence* que inclui outros acrónimos como a ELINT (*electronic Intelligence*) e a COMINT (*communications Intelligence*). Deve-se notar, contudo, que nem toda SIGINT implica necessariamente a utilização de técnicas activamente intrusivas, uma vez que grande parte dos seus processos se podem dar pela aquisição passiva de dados. Em todo o caso, importa assinalar que as

plataformas SIGINT são bastante dispendiosas, e encontram-se regra geral apenas ao alcance das principais potências mundiais (Lowenthal 2009, 71–72, 107).

- GEOINT (*geospacial Intelligence*), que actualiza a denominação clássica de IMINT (*Imagery Intelligence*), denomina toda a informação respeitante a objectos – naturais ou artificiais – que possam ser observados ou referenciados graficamente, em particular através da imagem (Lowenthal 2009). Por vezes também denominada por PHOTINT (*Photo Intelligence*), a observação visual e a interpretação de elementos gráficos são a base da GEOINT, que recorre à captura dos respectivos objectos através de instrumentos como a fotografia, vídeo, radar, ou outros suportes análogos a fim de proporcionar a visualização de elementos de interesse (Richelson 2009). À semelhança da SIGINT, também a GEOINT requer habitualmente uma abrangente plataforma de meios técnicos especializados, como satélites, aeronaves ou material electrónico diverso (Lowenthal 2009, 82–84).
- OSINT (*Open-Source Intelligence*), referente a todo o âmbito de informação aberta e disponível publicamente, desde notícias e *media* (jornais, televisão, rádio, etc.), documentos oficiais e registos públicos (informação estatística, debates parlamentares, orçamentos públicos, relatórios de contas, etc.), publicações académicas e produção científica (conferências, associações especializadas, publicações académicas, especialistas, etc.) até ao universo infindável dos diversos conteúdos da *internet* e do ciberespaço (Lowenthal 2009). A OSINT apresenta-se actualmente como uma das linhas de actividade mais proeminentes no trabalho de *Intelligence*, em correlação directa com a “revolução da informação” que se deu a partir da década de 1990, e subsequente multiplicação exponencial da disponibilidade de dados de livre acesso (Berkowitz and Goodman 2002, 12–29), pois esta é uma realidade que permite aos serviços de Informações o acesso imediato a infindáveis acervos de informações sobre os mais variados temas, ao facultar uma base de pesquisa inicial de extrema importância e utilidade. Aliás, se já no final da Guerra Fria a proporção entre informações de fontes abertas face às restantes se cifrava, respectivamente, numa proporção de 20-80%, a evolução sentida neste domínio até à actualidade foi de tal ordem que esse é um rácio que se encontra já praticamente invertido (Lowenthal 2009, 104). Sustentando-se em informação disponível sem restrições, a OSINT assenta em métodos não invasivos,

e recorre a processos de depuração e análise de tráfego semelhantes à SIGINT. Os modelos de pesquisa OSINT e o respectivo tratamento especializado assumem assim, actualmente, uma importância central e incontornável.

O cruzamento de categorias entre tipos de informação e meios de recolha, abre espaço para um elemento classicamente associado à *Intelligence* e aos Serviços de Informação: a espionagem. Classificando-se essa prática como sendo a obtenção de informação através metodologias intrusivas e invasivas, regra geral por via do ilícito e da clandestinidade (TCEIS 2001, 25–26), a espionagem e outras actividades clandestinas reportam-se essencialmente aos casos em que o grau de abertura do *outro* não é suficientemente satisfatório para a obtenção de informação sem ser por via encoberta (Bispo 2004, 81). Existe, em todo o caso, uma premissa relativa a essa prática de que aproximadamente 90% das informações de *Intelligence* são obtidas por via aberta, dos quais sobram, portanto, cerca de 10% que têm de ser obtidas por via clandestina (Dias 2012, 117).

Sobre o espectro de recolha de informações variadas, obtidas através dos diversos meios, há a acrescentar o processo de análise, componente-base de todo o esquema de *Intelligence* (Romana 2004, 264–265). Com efeito, todo o volume de informação obtida através dos processos de recolha de pouco serve se, a um nível ulterior, não houver um esforço concertado que lhe confira sentido, e, conseqüentemente, utilidade (Bispo 2004, 78; P. Cardoso 2004, 150). Existe assim, no trabalho de *Intelligence*, um processo subsequente de avaliação e interpretação de conteúdos (Herman 1996, 100), de propósito proactivo, dotado de carácter científico e sujeito a um conjunto de parâmetros metodológicos que visam proporcionar ao decisor político um produto directamente ligado aos assuntos sobre os quais eles têm interesse (Dias 2012, 136; Lowenthal 2009, 87–88). O trabalho de análise é diverso e complexo, e várias são as categorias que o quadro conceptual das Informações encontra para a identificação taxonómica das suas tipologias principais (McDowell 2009, 22–27).

Um primeiro plano de categorização na análise é o da classificação dos seus produtos, isto é, os *outputs*. Com base no espaço temporal e no nível de conhecimento, há a considerar os seguintes dois tipos principais (Dias 2012, 135–136):

- *Análise descritiva*, com níveis de interpretação e avaliação reduzida, e em que o material recolhido é organizado de forma a possibilitar um aproveitamento posterior;

- *Análise inferencial*, dotada de um nível de interpretação e avaliação mais aprofundada, onde a conjectura e a leitura dos acontecimentos é projectada para a compreensão dinâmica e multifacetada das situações.

Já um outro plano de caracterização do trabalho de análise pode ser localizado no tipo de técnicas utilizadas. Efectivamente, as técnicas de análise visam a sistematização integrada das informações recolhidas, estruturando o pensamento, estimulando a criatividade e auxiliando a gestão da incerteza (Dias 2012, 138), recorrendo para isso à utilização de modelos e cenários (Graça 2004, 430). Mais concretamente, o conjunto de técnicas elencadas podem ser agrupadas de acordo com a sua finalidade (Dias 2012, 137–140):

- Técnicas de *análise de diagnóstico*, que utilizam dados para justificar e argumentar as diferentes situações;
- Técnicas de *verificação*, que desafiam o argumento apresentado anteriormente, e fiscalizam as interpretações e as conclusões apresentadas em análise anterior;
- Técnicas *criativas*, que recorrem a diferentes e diversas perspectivas, delineando e propondo cenários e resultados alternativos sobre determinada situação.

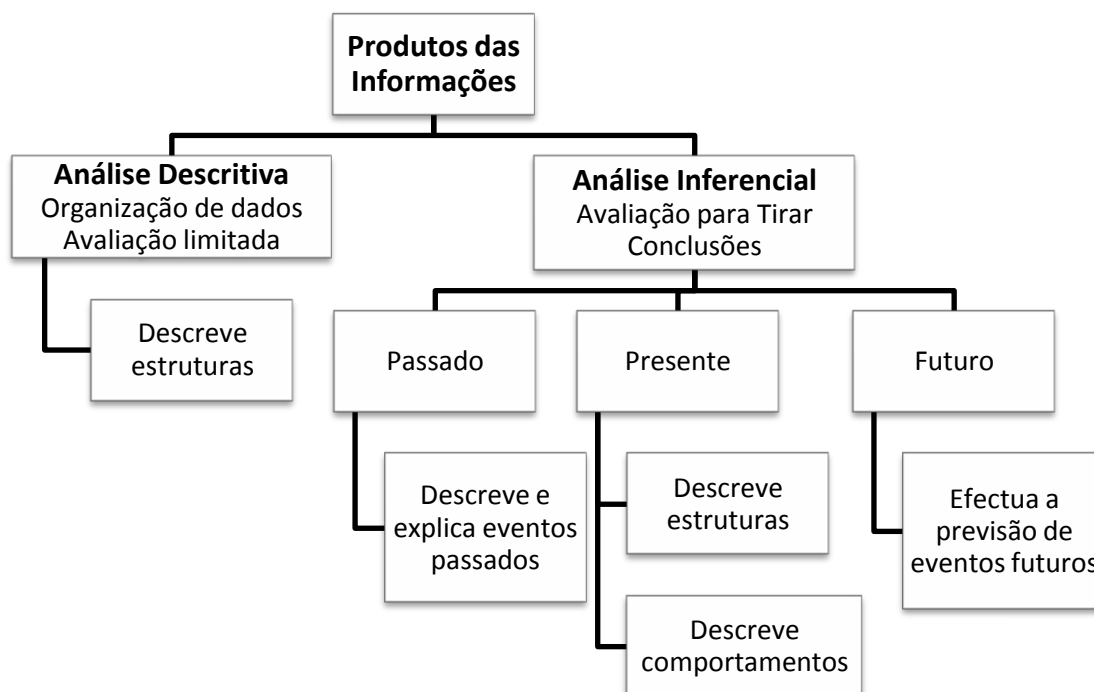


Fig. 1- Taxonomia da Análise<sup>7</sup>

<sup>7</sup>Tabela reproduzida de Anselmo Dias (2012, 137).

Após o processo de análise pretende-se que as informações produzidas sejam, em toda a linha, adequadas aos intuítos propostos. As informações devem pois ser adequadas, oportunas e bastante precisas (P. Cardoso 2004, 150), assim como devem ser compiladas e sintetizadas de acordo com as necessidades e características do consumidor final, isto é, o decisor (Lowenthal 2009, 147). Aliás, um dos problemas decorrentes dos paradigmas securitários do pós 11 de Setembro prende-se com a impermanência dos modelos e padrões que orientam o acompanhamento das ameaças por parte dos serviços de Informações, no que o esforço de minimização dos erros de avaliação e interpretação passa, imperiosamente, pela revisão do papel do analista, tendencialmente reconfigurado para uma postura mais operacional e multifacetada (Dias 2012, 131–132; Romana 2004, 264–268, 2013, 91–93).

### 2.3 O Ciclo das Informações

Este trajecto efectuado entre a obtenção da informação, o seu processamento e análise, e a sua entrega ao consumidor final, perfila um macro processo que em *Intelligence* é habitualmente denominado por *ciclo das Informações* (Lowenthal 2009, 65), um conceito ilustrativo e organizador que, através de um conjunto de passos, apresenta as tarefas sucessivamente desempenhadas pelas agências de Informações desde a atribuição dos objectivos até à entrega dos resultados ao decisor político. Numa versão mais frequentemente preconizada<sup>8</sup>, o ciclo compreende habitualmente cinco etapas principais, que podem ser sucintamente apresentadas através da seguinte enumeração (CIA 2013):

1. *Planeamento* das tarefas a desempenhar após atribuído um objectivo superiormente;
2. *Recolha* de informação e dados, designadamente através das categorias de métodos anteriormente apresentadas;
3. *Processamento* da informação recolhida, que consiste na depuração e reconversão dos dados de tal forma que se tornem consumíveis para ulterior análise;
4. *Análise*, onde as informações em bruto são transformadas, avaliadas e integradas, resultando como *output* um produto final útil e qualitativamente superior;

---

<sup>8</sup> Este é, porém, um conceito construído academicamente, e a especificação concreta das etapas é alvo de debate, sendo possível, entre as várias fontes, encontrar esquematizações que compreendem quatro (Michael Herman), cinco (CIA), seis (FBI) ou até sete etapas (Mark Lowenthal) do ciclo das Informações, numa variação que se explica pela diversidade de perspectivas que os vários autores e instituições têm relativamente à simplificação ou até mesmo metaforização desse todo processual.

5. *Disseminação* do produto final, que é assim distribuído às entidades que dele necessitem, em particular as que tenham dado início ao próprio ciclo.

Embora esta seja uma esquematização que teoricamente encerre em si, o circuito de produção de Informações, importa mencionar que este não é necessariamente unidireccional e, sobretudo, que o encadeamento das etapas não é linear e sucessivo (Lowenthal 2009, 66–67). Na verdade, o ciclo das Informações *real*, embora vedado à observação exterior, é pautado por constantes comunicações entre os vários intervenientes, num constante mecanismo de *feedback*, reajuste e aperfeiçoamento (Herman 1996, 100). Considerando a lógica de *input* e *output* subjacente a este quadro de funcionamento, assim como ao enorme complexo organizacional e institucional envolvido, as Informações podem consequentemente ser perspectivadas de três maneiras distintas (Lowenthal 2009, 9; Romana 2008, 99):

- Enquanto *processo*, isto é, de acordo com a lógica de laboração através da qual as Informações são produzidas;
- Enquanto *produto*, ou seja, como o resultado desse mesmo processo;
- E finalmente, enquanto *organização*, onde se considera as Informações, ou *Intelligence* na acepção anglófona, podem ser encaradas como uma estrutura institucional e funcional que desempenha determinadas funções.

Assim, é possível afirmar-se que um serviço de Informações não apenas produz *Intelligence*, como é igualmente válida a afirmação de que este possui *Intelligence* enquanto activo, e que a própria comunidade ou organização são a *Intelligence* do meio em que se insere (Lowenthal 2009, 8; McDowell 2009, 11–12).

## 2.4 Enquadrantes e Componentes Funcionais das Informações

Para além desta enunciação múltipla, as Informações podem também ser divididas em componentes operacionais dependendo da sua funcionalidade e propósito, havendo pois a considerar dois tipos principais de Informações: de *segurança* e *estratégicas* (Romana 2008, 99–100).

As Informações de segurança apresentam um quadro conceptual dirigido para a identificação e contextualização de ameaças ao Estado e à sociedade, e estão vocacionadas para o estudo de cenários de ameaças e para a avaliação de vulnerabilidades, tanto de origem interna como externa (Romana 2008, 99), incluindo-se neste conto o trabalho de *counterintelligence*, isto é, a prevenção e combate à penetração e disrupção dos próprios serviços por parte de

entidades terceiras (Lowenthal 2009, 151). Constituindo-se a partir de uma natureza essencialmente situacional, as Informações de segurança são, na sua estrutura e objecto, defensivas, e podem assumir várias formas quanto às funcionalidades que a sua análise produz (Carvalho 2009b, 9; Romana 2008, 99):

1. Informações *táticas*, que ajudam a definir e a perceber os contornos das ameaças;
2. Informações *situacionais*, que permitem a leitura factual sobre determinadas ameaças;
3. Informações *preventivas*, de análise às implicações presentes e futuras de uma ameaça à segurança interna;
4. Informações *preemptivas*, relativas a cenários de antecipação e neutralização de ameaças, cruzando-se aqui como domínio estratégico.

As Informações estratégicas, por seu turno, identificam-se na sua relação com determinados assuntos considerados sensíveis para os interesses políticos, económicos, diplomáticos, culturais e militares do Estado (Romana 2008, 99–100). Ou seja, as Informações estratégicas são aquelas que se relacionam com a concepção e execução de uma “grande estratégia” por parte dos Estados, considerada assim pelo alcance dos seus efeitos mas também pela sua permanência no tempo (Romana 2008, 99–100). Daqui decorre, consequentemente, que este seja um tipo de Informações essencialmente proactivo e prospectivo, porquanto as suas linhas de acção e objectos se dão pela positivação ao invés da reacção (Romana 2008, 99–100). Importa, todavia, fazer notar que a delimitação entre os domínios das Informações de segurança e as Informações estratégicas não é rígida, e está sujeita a alguma interpenetração porquanto a natureza dinâmica e fluída das ameaças não obedece necessariamente a esta distinção geográfica e operacional (Herman 1996, 47–49).

## **2.5 Modelos Organizacionais e Cultura de Informações**

Em estreita relação com o desempenho de funções de natureza diversa, a comunidade de Informações de determinado Estado pode estar disposta no plano institucional sob diversos modelos ou arranjos orgânicos. É pois possível verificar, através das várias nações e ao longo do tempo, fórmulas distintas para o estabelecimento e institucionalização de agências e serviços de Informações (Carvalho 2007a) – desde os serviços inteiramente fundidos, inteiramente compartimentados, mistos, ou então unos mas dotados de “braços” especiais – com consequências óbvias ao nível dos compromissos entre eficácia, coordenação, custo financeiro,



gestão política, visibilidade social, entre outros factores a ter em conta num determinado *status quo* político e social. De resto, a um nível mais essencial e abstracto, uma distinção mais comumente aceite entre os diversos tipos de serviços de Informações assenta sobretudo na distinção que se pode elaborar entre serviços externos, serviços internos, serviços militares, Informações criminais, e, em último lugar, centros ou equipas de coordenação especiais (DCAF 2006).

A caracterização institucional da comunidade de Informações de um determinado país pode ainda ser encarada de acordo com o seu grau de autonomia e poder, com correlação directa às variáveis do controlo político, presença de mecanismos de fiscalização e ainda o nível de penetração na sociedade, num espectro de possibilidades que pode oscilar entre um serviço transparente, uma polícia política, ou até mesmo um aparato securitário inteiramente independente (P. Cardoso 2004, 156; Phythian 2013). Estas variáveis, acopladas a outras complementares como o das lideranças dos serviços, as dotações orçamentais, as prescrições legais e a evolução orgânica das estruturas formais, são ainda relevantes para a apreciação das comunidades de Informações em termos de governação.

Por outro lado, o relacionamento das comunidades de Informações com o meio político e social envolvente, associado à sedimentação da própria identidade dos serviços conduz a um plano ulterior de análise que se pode denominar por *cultura das Informações* (Romana 2008, 100–101). O conceito de cultura aplicada às Informações parte da ideia de que, apesar de todos os Estados partilharem as mesmas finalidades essenciais relativamente à *Intelligence* – a produção de Informações de utilidade para os decisores –, as práticas e modalidades escolhidas para a prossecução dessa finalidade podem ser diversas (Phythian 2013). Essa variedade ocorre enquanto resultado de diferentes combinações entre vários factores que em determinado país confluem para a formação de um todo particular, designadamente o seu percurso histórico, a sua condição geográfica e contexto estratégico, as percepções de elites e da sociedade, o tipo de regime vigente, entre outros. Deste alinhamento de variáveis heterogéneas, bastante presentes e incontornáveis, resulta um conjunto de quatro dimensões principais a considerar para a avaliação da cultura de Informações, a saber, as dimensões estratégica, política, organizacional e societária (Phythian 2013), sendo que ao nível concreto dos serviços a estruturação dessa cultura inclui, por seu turno, a consolidação de valores, símbolos e modelos organizacionais que contribuam para o reforço da sua identidade (Romana 2008, 101).

A apresentação deste conjunto de conceitos tem por objectivo fornecer uma base de fundamentos conceptuais que permita enquadrar os serviços de Informações portugueses de

acordo com as noções particulares do mundo da *Intelligence*. Os conteúdos a ser abordados nos próximos capítulos irão centrar-se em vários domínios das Informações nacionais, onde se explorarão aspectos histórico-institucionais assim como algumas dimensões empíricas, aspectos para os quais a invocação dos conceitos revistos se apresentará útil. Por fim, o quadro conceptual explanado será uma vez mais reunido no momento da reflexão final, que, sucintamente resumida, servirá de base conceptual para a ponderação crítica do trabalho efectuado.

### 3. INFORMAÇÕES EM PORTUGAL – PERCURSO HISTÓRICO

As aproximações históricas ao tema dos serviços de informação da III República Portuguesa parecem, quase unanimemente, começar por radicar-se na viragem de regime produzida pelo 25 de Abril de 1974 e subsequente extinção da PIDE/DGS, para explicar o difícil processo de criação de um aparelho de Informações no país, assim como a sua subsequente evolução ao longo das quatro décadas seguintes (Carvalho 2009b, 12; R. C. Pereira 2013). Esta é uma localização histórica plena de significação, pois não apenas é o momento cronológico a partir do qual se principiou um novo ciclo no *status quo* político e social na nação, como é igualmente uma fronteira a partir da qual para a maioria dos sectores da sociedade o paradigma valorativo dirigido às Informações se altera radicalmente.

Após o golpe militar da revolução de Abril, a Junta de Salvação Nacional (JSN) decretou a extinção imediata da polícia política do regime deposto<sup>9</sup> (R. M. Pinto 2004, 482), que à data se constituía como o principal órgão encarregue de várias funções de Informações a nível interno e externo, como a prevenção e combate às ameaças de segurança do Estado ou a correspondência com os serviços congéneres de outros países<sup>10</sup>. Embora a PIDE/DGS não fosse um serviço de Informações propriamente dito, e a sua acção fosse dirigida ao controlo e perseguição dos opositores políticos (Carvalho 2009, 12; Gouveia 2007, 176; Duarte 2012)<sup>11</sup>, a extinção da PIDE/DGS redundava, ainda assim, no integral desmantelamento da estrutura existente, assim como a dispersão caótica dos seus extensos arquivos a par da fuga generalizada de muitos dos seus quadros mais experientes, muitos deles rapidamente aproveitados pelos serviços de *Intelligence* de outros países<sup>12</sup> (R. M. Pinto 2004, 482).

Para colmatar a abrupta supressão funcional que se fazia sentir, toda a responsabilidade de produção de Informações internas e externas é na altura temporariamente atribuída a uma Repartição do Secretário Geral da Defesa Nacional, sendo pouco tempo depois substituída por

---

<sup>9</sup> Com excepção das funções desempenhadas nas colónias africanas, onde essa organização exercia uma função essencial para o esforço de guerra.

<sup>10</sup> Todavia, nos territórios ultramarinos estas funcionalidades de *Intelligence* eram já empreendidas por outros órgãos, como é o caso do pelo Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA) e os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI).

<sup>11</sup> Pedro Serradas Duarte, ex-chefe operacional da DINFO, afirma que o papel da PIDE/DGS enquanto serviço de Informações não era especializado, e os seus relatórios nesse domínio tinham fraca qualidade.

<sup>12</sup> Nomes como Óscar Cardoso, Barbieri Cardoso ou Casimiro Monteiro entre outros, estão entre os membros da polícia política que se radicaram no exterior do país. Este tópico tem sido abordado em algumas investigações jornalísticas, sendo que obras como “*Histórias Secretas da PIDE/DGS*” por Bruno Oliveira Santos, “*História da PIDE/DGS*” por Irene Pimentel ou “*A Bem da Nação*” de Nuno Vasco proporcionam algumas indicações nesse sentido.

uma recém-criada 2ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) encarregue do cumprimento dessa missão (R. M. Pinto 2004, 482). A 2ª Divisão começou a ser constituída em princípios de Julho desse ano de 1974, sob o comando do então Coronel Pedro Cardoso, e contava com a ligação às Informações dos três ramos das Forças Armadas. No sentido de estruturar minimamente os seus braços funcionais foram criados um Gabinete de estudos e Planeamento, três Repartições (Informações internas, externas e contra-informação), um Centro de Instrução e um Conselho Administrativo a que se juntou uma Secção de Apoio para pesquisa interna (R. M. Pinto 2004, 482).

Porém, o arranque do novo órgão revelou-se difícil e o trabalho de recuperação das Informações encontrou as primeiras adversidades à medida que o Processo Revolucionário em Curso (PREC) foi-se desenvolvendo (R. M. Pinto 2004, 482). Apesar do esforço empreendido na 2ª Divisão no sentido de estruturar um verdadeiro serviço de Informações constituído e organizado, e tendo-se mesmo iniciado uma interlocução construtiva com forças como os partidos políticos e sindicatos, assim como com os serviços de Informações estrangeiros, o contexto de adversidade vivido na altura, em concreto a acção oportunista de diversos grupos que também desenvolviam actividades de Informação (algumas mesmo com vinculada orientação partidária do PCP e com apoio superior das cúpulas do poder revolucionário) deu origem a uma situação de anarquia que impossibilitou a concentração e consolidação da actividade de Informações (R. M. Pinto 2004, 482–483). O regime de desconfiança generalizada, gizado na constante luta política entre partidos políticos e respectivas facções militares, não permitia portanto a transmissão imediata da actividade para o novo serviço (P. Cardoso 2004, 289).

Após os acontecimentos do 11 de Março a situação perturba-se definitivamente. O Brigadeiro Vasco Gonçalves, à altura Primeiro-ministro e amplamente apoiado pelos sectores mais revolucionários dos poderes em concorrência, decreta a extinção da 2ª Divisão e ordena a constituição de um novo serviço na dependência do Conselho da Revolução – o Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI) –, criado a 23 de Maio e na dependência do Conselho da Revolução (R. M. Pinto 2004, 483) sob o alegado desígnio de promover um melhor encontro entre a produção de Informações e as necessidades directivas do poder governativo (P. Cardoso 2004, 289; R. M. Pinto 2004, 482–483).

O SDCI teria, porém, a duração de apenas seis meses. Fortemente conotado com as forças políticas da extrema-esquerda, o serviço transformara-se num fórum de reuniões político-militares, promovia acções de detenção e interrogatório de pessoas, e rejeitava os

quadros que não compactuavam com a situação, pelo que ganhou um carácter incompatível com a pretensão democrática do regime. Inoperante e rapidamente esvaziado de uma acção técnica coordenada, o SDCI tem o seu fim ditado após o golpe de 25 de Novembro de 1975, tendo rapidamente sido substituído pela 2ª Divisão do EMGFA, que a partir de 1977 adoptaria o nome de Divisão de Informações (DINFO) (R. M. Pinto 2004, 483).

A 2ª Divisão encontrava-se assim, uma vez mais, na responsabilidade de assegurar em exclusivo a produção e gestão de Informações internas e externas. Em princípios de 1976, é criado um órgão de pesquisa designado por destacamento técnico (DTEC), e dinamizam-se as relações entre este serviço e outros órgãos centrais da segurança e defesa nacional, como as repartições de Informações dos três ramos das Forças Armadas, os Serviços de Estrangeiros<sup>13</sup>, e as Forças de Segurança com especial enfoque para a Polícia Judiciária (R. M. Pinto 2004, 485). Porém, as condições operacionais e conjunturais da 2ª Divisão permaneciam adversas devido à falta de pessoal técnico treinado e isento, como também pela ausência de uma Lei de Informações que enquadrasse e definisse com clareza das suas funções, oferecendo enormes resistências à tarefa de erguer uma estrutura de Informações praticamente a partir do zero (P. Cardoso 2004, 290–294).

Face a esse quadro de vazio de Informações, o Presidente da República, General Ramalho Eanes toma em Maio de 1976 a iniciativa de incumbir um grupo de trabalho chefiado por Pedro Cardoso com a tarefa de estudar a legislação e a organização de um serviço de Informações civil de coordenação e centralização, a nível nacional, isto é, conceber um modelo legal e organizacional para o estabelecimento de uma *Intelligence* nacional (Monteiro 2004, 460). Durante mais de dois anos, o grupo prepara um total de dezanove versões distintas para a criação de um modelo orgânico e legal de Informações nacionais. Entre as propostas produzidas, a mais conhecida era a que propunha a criação, na dependência da Presidência da República, de um serviço único com a designação de Serviço de Informações da República (SIR), paralelo à DINFO (Monteiro 2004, 460). Contudo, não obstante o esforço laborioso de Pedro Cardoso e da sua equipa, nenhuma das propostas avançadas conseguiu ser aprovada. As forças políticas não se disponibilizaram para manusear o tópico da criação dos serviços em virtude de impopularidade eleitoral inerente a uma tal agenda, assim como pelo desgaste que a promulgação de tal legislação presumivelmente acarretaria, facto a que não eram estranhos os estigmas herdados do anterior regime político. A falta de condições subjectivas favoráveis à criação dos Serviços de Informações civis, vocacionados para a defesa de um Estado de direito

---

<sup>13</sup> O Serviço de Estrangeiros passou, a partir de 1986, a ter a designação actual de Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

e à semelhança do que sucedia nos demais países de regime democrático, conservava indefinidamente um vazio sistémico nesse sector (Monteiro 2004, 460; Vegar 2007, 135–136).

A realidade do terrorismo vivida em Portugal nos anos seguintes à revolução de Abril e até ao início da década de 1980 veio, no entanto, alertar para a vulnerabilidade securitária do país, assim como para a inexistência de uma estrutura de *Intelligence* habilitada a prevenir, controlar e combater esse tipo de ameaças. Os atentados provocados pela denominada “Rede Bombista do Norte”, a prolongada actividade das FP25<sup>14</sup>, juntamente com as acções terroristas executadas em Portugal por organizações estrangeiras<sup>15</sup> perturbaram fortemente a opinião pública e pressionaram o Governo, então presidido por Mário Soares, a elencar soluções para o seu efectivo combate e prevenção (Monteiro 2004, 460–461). Por iniciativa do Ministro da Administração Interna de Soares, Eduardo Pereira, foram solicitados relatórios relativamente à actividade terrorista em Portugal vivida desde a revolução de 25 de Abril, assim como perspectivas quanto à sua possível evolução. As conclusões retiradas desse estudo de situação conduziam à conclusão de que era necessária a criação de um aparelho de *Intelligence*, retomando das propostas preconizadas nos anos anteriores (Monteiro 2004, 462).

Uma comissão governamental encarrega-se a partir de então de conceber o edifício legal do futuro Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), sendo em Janeiro de 1984 finalmente apresentada à Assembleia da República uma proposta de Lei nesse sentido. Tal proposta visava a criação de um aparelho de Informações em moldes semelhantes aos que vigoravam nos países democráticos europeus, isto é, dotados de um quadro de prerrogativas e funções análogas, direccionados para as componentes interna, externa e militar, e ao mesmo tempo adscritos ao escrutínio e fiscalização patentes nos Estados de Direito democráticos (Monteiro 2004, 463). Pretendia-se, na altura, que a aprovação do diploma em causa ocorresse em simultâneo com a aprovação da nova Lei de Segurança Interna (LSI), uma vez que a mesma viria a ser importante na atribuição das funções de segurança cometidas aos serviços de Informações a ser criados. Com efeito, atribuíra-se na proposta de Lei de Segurança Interna competência para a execução do controlo das comunicações (designadamente escutas telefónicas) mediante autorização judicial, à semelhança do que acontece em serviços homólogos de nações amigas, facto que na Assembleia da República gerou fortes reacções

---

<sup>14</sup> Referimo-nos, naturalmente, às “Forças Populares 25 de Abril”, organização que actuou durante as décadas de 1970 e 1980.

<sup>15</sup> Dois atentados foram levados a cabo pela ARA (Exército Revolucionário Arménio): o primeiro em Julho de 1982, no qual foi assassinado um diplomata turco; o segundo em Julho de 1983, na Embaixada Turca em Lisboa, do qual resultaram dois mortos. Um terceiro foi levado a cabo pela Organização Terrorista de Abu Nidal, sediado na Líbia, no Hotel de Montechoro, no Algarve. Dessa acção resultou a morte de Issam Sartawi, um representante da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

negativas por parte da oposição e mesmo de alguns deputados da força política no poder, com a correspondente ressonância nos meios de comunicação social (Monteiro 2004, 463). A polémica suscitada fez concentrar a atenção dos deputados mais radicais no debate da LSI, de tal modo que o diploma sobre a criação dos serviços de Informações, considerado inicialmente o mais sensível, acabou por ser aprovado na generalidade e na especialidade sem ter sido alvo de reparos substanciais. Já a LSI, ao invés, não chegou a passar da fase de apreciação na generalidade, tendo sido aprovada apenas três anos depois, em 1986, durante o primeiro Governo Cavaco Silva (Monteiro 2004, 463–464).

Estava pois criada a Lei nº 30/84 de 5 de Setembro (Lei-Quadro) que formava o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP). Pelo caminho ficava, entretanto, aquilo que muitos responsáveis consideram actualmente como sendo uma importante insuficiência funcional dos serviços: a possibilidade de estes procederem à interceptação de comunicações (Monteiro 2004, 463–464; J. A. T. Pereira 2002, 163–164; R. C. Pereira 2004, 517–518).

### **3.1 A Lei Quadro de 1984 e o aparecimento do SIRP (1984-1995)**

A Lei-Quadro do SIRP estabeleceu as bases gerais das Informações em Portugal e definiu as regras relativas ao funcionamento, direcção e controlo de todos os respectivos órgãos (SIRP 2014). Para além de criar serviços de Informações, a Lei procedeu ao seu enquadramento de acordo com um fluxo de poder e dependência tutelar, assim como determinou a sujeição dos mesmos a estruturas de fiscalização, sendo ademais enunciadas as missões, deveres e responsabilidades para cada uma das partes, em particular os serviços propriamente ditos<sup>16</sup>. Figuras genéricas como o segredo de Estado, o dever de sigilo e o regime de fiscalização foram também incluídos neste diploma (Ferreira 2007, 67). Formalmente, o SIRP definia-se como *estrutura orgânica de serviços públicos que tem por incumbência, em regime de exclusividade e no quadro democrático do Estado de Direito, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia de segurança interna* (Ferreira 2007, 67).

---

<sup>16</sup> Lei nº 30/84, de 5 de Setembro, Lei Quadro do SIRP (LQ SIRP).

De um ponto de vista orgânico, a LQ-SIRP de 1984 previa a criação de três serviços de Informações, duas estruturas de fiscalização, um órgão coordenador e um órgão consultivo, a saber<sup>17</sup>:

- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), dependente directamente do Primeiro-Ministro mas susceptível de delegação noutro membro do Governo, incumbido da *produção das informações necessárias a garantir a independência nacional e a segurança externa do Estado Português*<sup>18</sup>;
- Serviço de Informações de Segurança (SIS), dependente do Ministro da Administração Interna, incumbido da *produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido*<sup>19</sup>;
- Serviço de Informações Militares (SIM), constituído pelos *departamentos incumbidos da produção de informações militares necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas, incluindo a garantia de segurança militar*<sup>20</sup>, dependente do Ministro da Defesa Nacional através do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, coordenado pelo Conselho de Chefes do Estado-Maior<sup>21</sup>;
- O Conselho Superior de Informações, órgão interministerial de direcção superior, consulta e coordenação em matéria de informações, presidido pelo Primeiro-Ministro<sup>22</sup>, e Comissão Técnica, órgão de assessoria permanente do Conselho Superior de Informações, composta pelos dirigentes dos três serviços e dirigida por um Secretário-Geral<sup>23</sup>;
- O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, eleito pela Assembleia da República e com a missão de assegurar a fiscalização externa dos serviços de informações<sup>24</sup>, e a Comissão de Fiscalização dos Centros de Dados, dependente da Procuradoria-Geral da República e encarregue da fiscalização da actividade dos Centros de Dados dos serviços de Informações<sup>25</sup>.

---

<sup>17</sup> Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro; Lei Quadro do SIRP (LQ SIRP), Cap. III, Secções I e III.

<sup>18</sup> Art. 19.º da LQ SIRP.

<sup>19</sup> Art. 21.º da LQ SIRP.

<sup>20</sup> Art. 20.º, ponto 1, LQ SIRP.

<sup>21</sup> Art. 20.º, ponto 2, LQ SIRP.

<sup>22</sup> Art. 18.º da LQ SIRP.

<sup>23</sup> Art. 22.º da LQ SIRP.

<sup>24</sup> Art. 8.º da LQ SIRP.

<sup>25</sup> Art. 26.º da LQ SIRP.



O General Pedro Cardoso, principal impulsionador das Informações nacionais, toma em 1985 posse do cargo de Secretário-Geral da Comissão Técnica do Sistema de Informações da República Portuguesa, posição que ocuparia durante cerca de vinte anos com reconhecida dedicação e competência (Graça 2004, 436–437; R. M. Pinto 2004, 482–485; Vegar 2007, 129–137). Um ano mais tarde, em 1986, é criado através do Decreto-Lei 225/85, de 4 de Julho, o Serviço de Informações de Segurança<sup>26</sup>, para cuja direcção é escolhido Ramiro Ladeiro Monteiro, antigo funcionário do SCCI<sup>27</sup> de Angola antes do 25 de Abril, e à data Director do Serviço de Estrangeiros. Também nessa altura tomam posse os primeiros membros da Comissão de Fiscalização do SIRP e é criado o Gabinete de Apoio ao Secretário-Geral da Comissão Técnica, a partir do qual Pedro Cardoso desenvolveria toda a sua actividade coadjuvante de observação e assessoria em Informações até ao dealbar do século XXI (SIS 2014c).

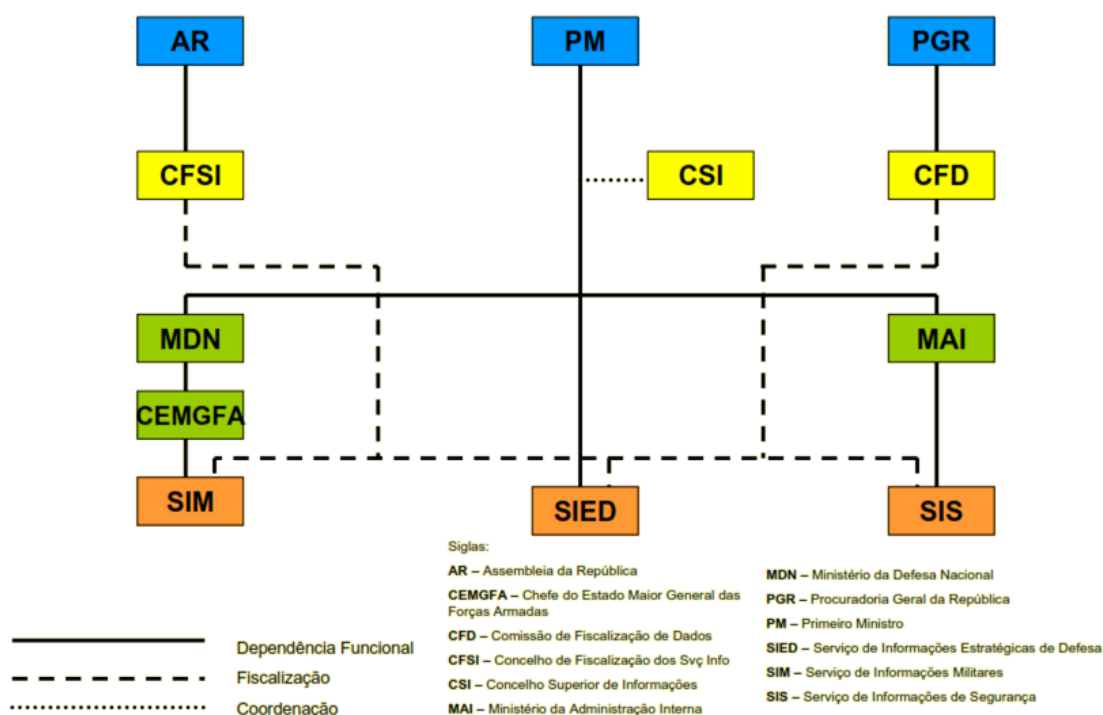


Fig. 2 - Organograma segundo a primeira LQ SIRP, datada de 1984<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> O SIS começa a operar na Rua Alexandre Herculano, em Lisboa. Mais tarde, em 2008, move-se para o Forte da Ameixoeira, nos arredores da capital. Ao longo da década seguinte iria abrir postos nas regiões autónomas, Porto e Faro. Informação disponível em: <http://www.sis.pt/ondeestamos.html> [site consultado a 22/3/2014].

<sup>27</sup> O SCCI era o Serviço de Coordenação e Centralização de Informações, um órgão de apoio às Informações nas antigas colónias.

<sup>28</sup> Esquemas da autoria do Tenente-General Vizela Cardoso, *As Informações em Portugal (resenha histórica)*, in Estudos de Direito e Segurança, Almedina, Coimbra, 2007. Informação disponível em: <http://www.cfsirp.pt/Geral/historia.html> [site consultado a 5/3/2014].

A prossecução prática deste organograma não chegou, todavia, a completar-se inteiramente. Logo na primeira reunião do Conselho Superior de Informações, realizada em Junho de 1986, é abordado o problema da estruturação do SIS e do SIED em simultâneo, tendo-se concluído que a instalação do SIED não podia arrancar enquanto o SIS não obtivesse um nível organizativo satisfatório para iniciar operações, o que viria a acontecer em 1987 (Monteiro 2004, 464). A formação do SIED, suspensa temporariamente, acaba mesmo por não ter concretização nos anos seguintes, mesmo apesar de a sua respectiva Lei Orgânica ter sido emitida ainda em 1985, através Decreto-Lei nº 224/85. À excepção do SIM, de existência meramente formal uma vez que mais não era que a DINFO com uma nova designação, o SIS seria mesmo o único serviço de Informações civil a ser efectivamente erigido na sequência da Lei-Quadro de 1984.

De resto, a polémica relacionada com as atribuições dos meios e poderes atribuídos aos serviços instalou-se em definitivo na génética das Informações nacionais. Em concreto, a possibilidade de realização de escutas de telecomunicações, ferramentas utilizadas há décadas por serviços análogos na observância da respectiva cobertura legal, estabelecem-se como elemento central na disrupção da cultura de informações nacionais, vulneráveis à susceptibilidade social e política do estigma histórico que esta transporta (Carvalho 2009b, 12–13; R. C. Pereira 2004, 515–518; Vegar 2007, 264–265). À margem das atribuições conferidas pelo legislador, e em submissão ao primado do respeito pelos direitos, liberdades e garantias, este tornou-se num obstáculo que desde então nunca foi ultrapassado nos vários momentos em que se possibilitava uma nova atribuição de capacidades e recursos (Vegar 2007, 149), apesar do crescendo de directrizes relativas a outro tipo de disposições, como a classificação de documentos<sup>29</sup>, gestão dos centros de dados<sup>30</sup>, ou ainda o segredo de Estado<sup>31</sup>.

### **3.2 A Lei Quadro de 1995 e as primeiras alterações no SIRP (1995-2004)**

Em Maio de 1989, numa reunião do Conselho Superior de Informações, o modelo do sistema de Informações prosseguido através do SIRP é pela primeira vez reflectido e repensado. Considera-se que o sistema de três estruturas de Informações consagrado na Lei-quadro de 1984, aliás não inteiramente concretizado, era apenas seguido pelas grandes potências, sendo que para o caso Português se deveria equacionar uma redução para apenas duas estruturas, tal como acontecia em alguns países amigos de possibilidades mais modestas

---

<sup>29</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88.

<sup>30</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/88.

<sup>31</sup> Lei n.º 6/94, de 7 de Abril, Lei de Segredo de Estado.

(Monteiro 2004, 465). No entanto, face à possibilidade de efectivar uma modificação dessa natureza, foi expressado, na generalidade dos comentários, que não haveria interesse em provocar confrontos na Assembleia da República na condução de um processo dessa natureza, sendo ao invés encaminhados os esforços no sentido de, ao longo dos anos subsequentes, se preparar uma nova Lei-Quadro para o SIRP que contemplasse o reajuste do número e natureza dos serviços (Monteiro 2004, 465).

Esse novo arranjo estrutural é conferido em 1995 através de uma nova Lei-Quadro, a Lei 4/95, de 21 de Fevereiro. O documento reorganiza a orgânica do SIRP no sentido de concentrar a produção de Informações em apenas dois serviços, indo ao encontro da ideia de que o modelo tripartido anterior se desadequava pela sua complexidade e custo face à dimensão nacional (Monteiro 2004, 464–465). O SIS é assim mantido inalterado e o SIM formalmente extinto, transferindo este último a sua componente para uma recém-criada Divisão de Informações Militares no seio das Forças Armadas (DIMIL)<sup>32</sup> e para o SIED, renomeado a partir de então como o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM)<sup>33</sup>. Por outro lado, ao nível das dependências hierárquicas, o SIEDM transita da dependência directa do Primeiro-Ministro e passa a estar adscrito ao Ministério da Defesa Nacional. Duas outras introduções legais, constantes nos diplomas 15/96, de 30 de Abril, e 75-A/97, de 22 de Julho, vêm ainda produzir alterações na parte dos órgãos de fiscalização, reforçando os seus poderes, e agilizando os seus mecanismos de eleição (Gouveia 2007, 185–191; R. C. Pereira 2004, 515–516).

A criação do SIEDM é consagrada com o Decreto-Lei nº 254/95, de 21 de Fevereiro, que aprova a sua Lei Orgânica em moldes institucionais semelhantes ao do SIS<sup>34</sup>. Em adição à *salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português*<sup>35</sup>, o novo espírito da LQ SIRP de 1995 faz verter sobre o SIEDM também as missões da segurança militar e o apoio ao cumprimento das missões das Forças Armadas<sup>36</sup>. Da junção das informações estratégicas militares resultava assim, a favor do SIEDM, uma mais-valia na prospecção estratégica, apesar de se manter, ainda, um certo grau de sobreposição

---

<sup>32</sup> Em 1993, na sequência da reorganização do Ministério da Defesa Nacional, do EMGFA e dos três ramos das Forças Armadas, o SIM tinha sido na prática substituído por uma Divisão de Informações Militares (DIMIL), operação legal da qual resultava que o serviço original, previsto na LQ SIRP de 1984, existia apenas institucionalmente, sem objecto.

<sup>33</sup> Nesse processo a DINFO é extinta através do Decreto-lei nº 158/98 de 24 de Junho, uma vez que se fazia substituir pela DIMIL.

<sup>34</sup> O SIEDM, que mais tarde retoma a designação original de SIED, encontra-se sediado desde 2002 no Forte do Alto do Duque, em Lisboa. Informação disponível em: <http://www.sied.pt/forte.html> [site consultado a 30/9/2014].

<sup>35</sup> Art. 2º, ponto 1, DL 254/95, de 30 de Setembro.

<sup>36</sup> Art. 2º, ponto 1, DL 254/95, de 30 de Setembro.

relativamente à DIMIL, também com responsabilidades na área das Informações externas e militares. (Monteiro 2004).

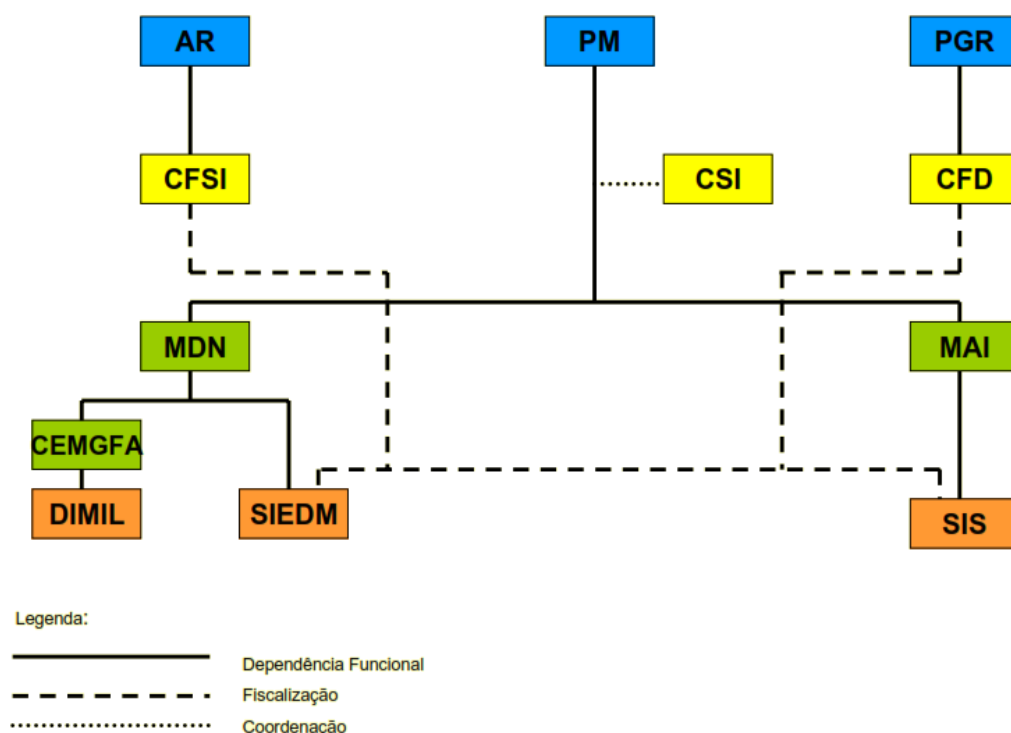


Fig. 3- Organograma segundo a LQ SIRP de 1995<sup>37</sup>.

A formação do SIEDM é iniciada em Maio de 1997 através dos trabalhos da sua Comissão Instaladora, sendo ainda nesse ano designado o Embaixador António Monteiro Portugal para o primeiro cargo de Director do serviço, e no ano seguinte o General Vizela Cardoso para o de Director Adjunto. O SIEDM demora quase dois anos a formar, preparar e entrar em actividade, e, apesar de envolvido em contratempos mediáticos durante esse período<sup>38</sup>, logra estabelecer-se na orla do SIRP enquanto organismo funcional, ao contrário do que havia sucedido durante a Lei-Quadro anterior (R. M. Pinto 2004, 486).

<sup>37</sup> Esquemas da autoria do Tenente-General Vizela Cardoso, *As Informações em Portugal (resenha histórica)*, in Estudos de Direito e Segurança, Almedina, Coimbra, 2007. Informação disponível em: <http://www.cfsirp.pt/Geral/historia.html> [site consultado a 5/3/2014].

<sup>38</sup> O serviço é obrigado a remoeçar todo esse processo de novo, quando no ano de 1999 se vê envolvido num escândalo de proporções mediáticas no qual a lista de vários dos seus funcionários e agentes é revelada em sede de Assembleia da República, provocando até a demissão do Ministro da Defesa, Veiga Simão. Esta notícia foi originalmente publicada pelo semanário *O Independente* na edição de 28 de Maio de 1999, páginas 2 e 3. Mais recentemente o jornal *i*, na edição de 2 de Setembro de 2009, página 24, disponibiliza uma síntese sobre o caso.

### 3.3 O impacto do 11 de Setembro e a Lei Quadro de 2004 (2004-2014)

Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, e as decorrentes alterações no plano da segurança internacional, vieram relançar o debate sobre o papel dos Serviços de Informações nas sociedades democráticas, assim como sobre qual o modelo ou configuração desejável para os mesmos na sua prossecução securitária, estratégica e política (J. A. T. Pereira 2002). No debate gerado na Assembleia da República pouco depois dos atentados, a 31 de Outubro de 2001, o Primeiro-Ministro António Guterres expôs um conjunto de ideias relativamente àquilo que referia ser a *evolução desejável do Sistema de Informações da República* à luz das aparentes novas exigências colocadas à estrutura de Informações nacional (J. A. T. Pereira 2002; R. C. Pereira 2004, 515–521)<sup>39</sup>. Esta narrativa reformista continha um conjunto de intenções relativas à melhoria da condução superior dos serviços, e à aproximação entre as suas actividades e o acompanhamento político. Porém, apesar das intenções proactivas, as intervenções concretas não se traduziram na altura em mudanças estruturais efectivas no sentido de melhorar a obtenção e a produção de Informações com mais eficácia e celeridade (Vegar 2007, 167–168). Mais concretamente, a introdução da interceptação de comunicações como meio de actuação, ou a reorganização da orgânica do sistema no sentido de concentrar as Informações numa unidade mais coesa ficou-se pela fase de projecto, no que era prolongada a desactualização do SIRP face às intensas mudanças conjunturais que se haviam feito sentir não apenas após os atentados de 2001, como também, e não menos relevante, desde o final da Guerra Fria (J. A. T. Pereira 2002, 163–164; R. C. Pereira 2004, 515–517).

Não obstante o SIRP se ter mantido imutável do ponto de vista orgânico e legal após o pacote de medidas pretendido por António Guterres, o intuito de estabelecer a montante dos serviços de Informações uma entidade hierárquica superior que executasse um papel de direcção e condução superlativa, viria a estar na origem de uma nova remodelação estrutural no Sistema.

Com efeito, a orgânica do SIRP sofre a sua terceira transformação, quando em 2004 a Lei Quadro nº 4/2004, de 6 de Novembro, introduz modificações substanciais no Sistema com vista a melhorar a eficiência da produção de informações, reflectindo ainda o entendimento que vinha sendo reforçado após o 11 de Setembro de 2001, de que a actividade da *Intelligence*

---

<sup>39</sup> Referia-se, para isso, dois princípios restritivos basilares a ser respeitados – o da não concentração de poderes através da fusão dos dois serviços, e o da não actuação enquanto organismo policial – e um caminho de reforma a ser seguido doravante, o de que a unidade de comando hierárquico deveria ser fortalecida através da dependência dos dois serviços face a autoridade coordenadora e directiva a montante, dependente exclusivamente do Primeiro-Ministro.

deveria ser encarada com mais determinação e, talvez sobretudo, que os constrangimentos anímicos herdados das décadas anteriores pudessem começar a ser ultrapassados (Gouveia 2007, 168–169; J. A. T. Pereira 2002). Desse documento legal, que organiza o SIRP na forma mantida até hoje, destacam-se as seguintes introduções:

- A centralização da coordenação da actividade de Informações – até então tutelada pelos Ministros dos respectivos serviços – no cargo recém-criado do Secretário-Geral do SIRP, que responde directamente ao Primeiro-Ministro e é pelo mesmo nomeado e exonerado;
- A subordinação hierárquica do SIS e do SIED ao órgão único do Secretário-Geral do SIRP, que os encabeça e coordena em proximidade;
- A supressão da Comissão Técnica do Conselho Superior de Informações, cujas funções passam a ser asseguradas pelo Gabinete do Secretário-Geral do SIRP;
- A exclusão das informações militares do SIRP, de onde retoma o SIEDM a sua nomenclatura original (SIED), conforme previsto na Lei-Quadro de 1984;

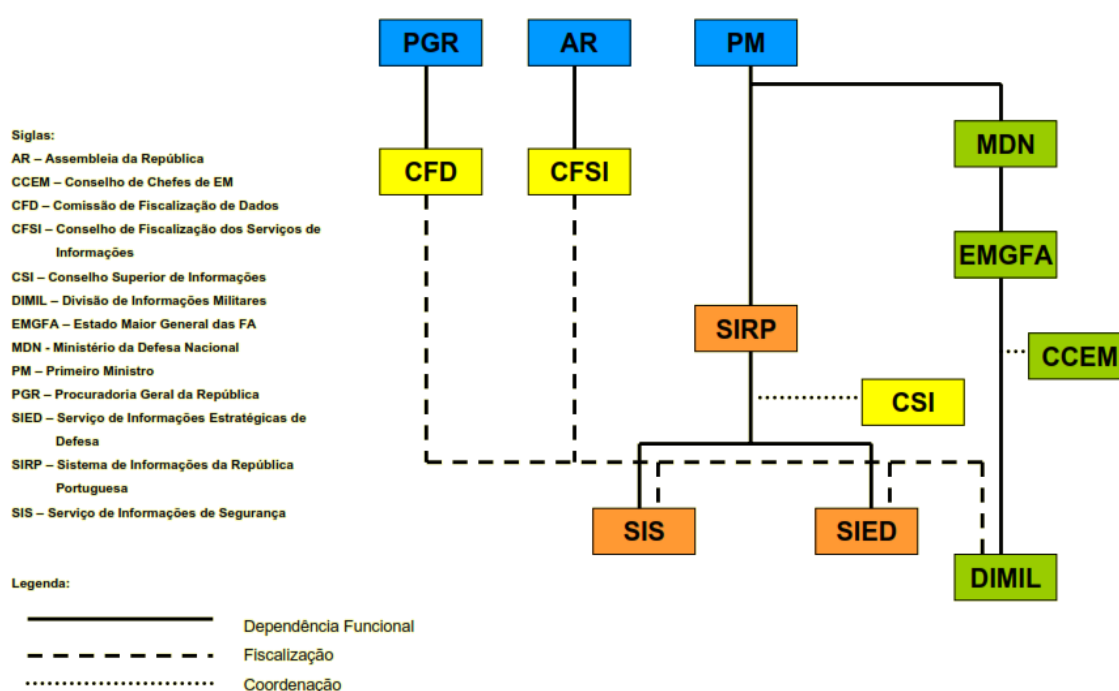


Fig. 4 - Organograma segundo a segunda LQ SIRP, datada de 1995<sup>40</sup>

<sup>40</sup>Esquemas da autoria do Tenente-General Vizela Cardoso, *As Informações em Portugal (resenha histórica)*, in Estudos de Direito e Segurança, Almedina, Coimbra, 2007. Informação disponível em: <http://www.cfsirp.pt/Geral/historia.html> [site consultado a 5/3/2014].

A Lei Quadro de 2004 foi na altura aprovada com os votos favoráveis do Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD) e Centro Democrático Social – Partido Popular (CDSPP), no que se expressava um consenso alargado quanto ao teor dos seus objectos e finalidades (Reis e da Silva 2007). As modificações logradas permitiam a obtenção de ganhos claros de eficiência e de coordenação na actuação dos Serviços de Informações, propiciados por uma direcção superior. Ademais, a Lei nº 9/2007, de 19 de Fevereiro, viria a criar quatro estruturas comuns a ambos os serviços, designadamente nas áreas de recursos humanos, finanças e apoio geral, e tecnologias de informação e segurança, consagrada através de um novo quadro orgânico específico para o Gabinete do Secretário-Geral do SIRP e para os dois serviços, o SIED e o SIS (SIRP 2014). Mais recentemente, uma nova alteração à Lei Quadro de 2004 (Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de Agosto) veio reforçar os instrumentos de fiscalização, em particular a fiscalização interna aos próprios serviços. Actualmente, o cargo do Secretário-Geral do SIRP é ocupado, desde 2005, pelo magistrado Júlio Pereira, após uma curta antecedência de Domingos Jerónimo, cuja permanência durou apenas alguns meses em 2004.

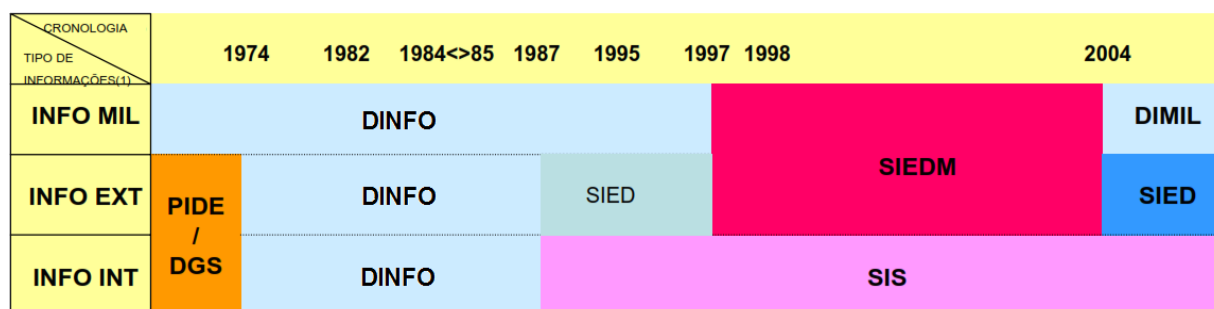


Fig. 5 - Diagrama cronológico da evolução dos serviços de Informações nacionais<sup>41</sup>

### 3.4 O SIRP decorridos trinta anos (1984-2014)

O percurso histórico dos serviços de Informações nacionais, que totaliza um total de quatro períodos distintos na cena das Informações nacionais em cerca de quarenta anos (1974-1984, 1984-1995, 1995-2004, e 2004 até ao presente ano), ilustra o ritmo difícil que a criação e a maturação de um tal dispositivo levou a implantar-se (Gouveia 2007, 176), com prejuízo

<sup>41</sup> Esquemas da autoria do Tenente-General Vizela Cardoso, *As Informações em Portugal (resenha histórica)*, in Estudos de Direito e Segurança, Almedina, Coimbra, 2007. Informação disponível em: <http://www.cfsirp.pt/Geral/historia.html> [site consultado a 5/3/2014].

evidente para o aparecimento de uma cultura de Informações efectiva entre os seus vários intervenientes (J. A. T. Pereira 2002, 157; Vegar 2007, 135,138).

A experiência da polícia política junto da sociedade portuguesa, na origem de um trauma político e histórico (Gouveia 2007, 176) começa por resultar, durante uma década, na disrupção da actividade integrada de Informações, como induziu no novo regime um sentimento de hostilidade e indiferença generalizada a qualquer actividade dessa natureza, que se mantém até aos dias de hoje (Graça 2004, 436–437). Aliás, a concorrência entre duas correntes distintas sobre a matéria, isto é, aquela que foi inicialmente preconizada por Ramalho Eanes e a posteriormente prosseguida por vários líderes políticos, configuram um conflito de visões sobre as Informações que ainda hoje não se encontra inteiramente resolvido (Vegar 2007, 147), com consequências vertidas ao nível dos propósitos, missões e capacidades dos serviços.

A lentidão com que posteriormente se concretizaram as primeiras Lei-Quadro, a prudência do legislador na atribuição de meios e recursos (R. C. Pereira 2004, 515), e a actualização orgânica em parte descompassada da evolução dos tempos fica igualmente patente no percurso histórico das Informações nacionais. Mesmo com os progressos orgânicos de 2004, que em muito melhoraram o arranjo sistémico do SIRP, considera-se frequentemente que a actividade das Informações em Portugal permanece remetida para a periferia do sistema político, porventura sem nunca corresponder inteiramente aos desígnios preconizados pelos respectivos mentores (P. Cardoso 2004; R. C. Pereira 2004, 515–518; Vegar 2007, 263–267). Como se poderá explicar esta realidade? Quais os níveis de causalidade envolvidos? Em que medida este contexto se traduziu em consequências ao nível dos meios, recursos e missões desempenhadas? Os próximos capítulos procurarão dar respostas a estas perguntas, e dessa forma convergir para um quadro reflexivo final que permita compreender as Informações portuguesas de uma forma mais integrada.



## **4. INFORMAÇÕES EM PORTUGAL – CONTEXTO INSTITUCIONAL-LEGAL**

Uma das dimensões principais para a caracterização e análise das Informações em Portugal é a sua inscrição no plano legal. Não apenas porque a legalidade é o instrumento de formalização incontornável nos Estados de Direitos democráticos, como é também através da documentação legal que se torna possível o acompanhamento e a identificação de preceitos, normas e disposições variadas a partir das quais o aparelho de *Intelligence* é efectivamente instalado. Mais concretamente é possível percorrer uma gradação sucessiva entre aquilo que são, sucessivamente e através de vários níveis, as orientações gerais emanadas da fundação do regime político, as opções legais fundamentais em matéria de segurança e, numa camada mais específica, as disposições precisas em matéria de *Intelligence*. Impõe-se assim, como essencial, uma abordagem cuidada à forma como as Informações se têm radicado no panorama legal português.

No sentido de conduzir uma análise ajustada à perspectiva temática do caso nacional, serão considerados neste capítulo dois planos de abordagem legal distintos: um primeiro, dedicado às linhas orientadoras constantes nos principais documentos legais da República Portuguesa relacionados com o tema, como a Constituição e a Lei de Segurança Interna. Num segundo plano, mais circunscrito, será abordada a matéria legal que desde 1984 tem sido especificamente consagrada às Informações portuguesas, designadamente sob a forma das Leis Quadro do Sistema e das Leis Orgânicas dos Serviços de Informações, no sentido de extrair as suas principais tendências e particularidades

### **4.1 Legislação, Segurança e Informações**

É no âmbito das leis gerais que residem as menções temáticas iniciais relativas à inserção legal e conceptual das Informações, tanto no plano da acção do Estado como nas respectivas instituições. É, pois, através dos diplomas de natureza generalista que se enunciam os elementos matriciais que fazem preceder, a montante, a justificação das Informações e a sua estruturação orgânica.

A primeira instância que neste domínio começa por merecer atenção é desde logo a Constituição da República Portuguesa (CRP), Lei fundamental da nação, na qual são enunciados os princípios essenciais por que se rege o Estado Português. Nesse documento, o

*direito à liberdade e à segurança* apresenta-se fixado no art. 27º<sup>42</sup>, em estreita relação com o domínio axial das tarefas fundamentais a ser desempenhadas, primordialmente enunciado através art. 9º em dois pontos centrais:

- *Garantir a independência nacional e criar condições políticas, sociais e culturais que a promovam*<sup>43</sup>;
- *Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático*<sup>44</sup>;

Este enunciado, que investe o Estado de um conjunto de obrigações no domínio da segurança, tem em si implícito o dever de empreender os esforços necessários à sua prossecução. Tal preceituado resulta, ao longo da CRP, na definição dos atributos para as instituições a isso consignadas, tais como a Polícia<sup>45</sup> e as Forças Armadas<sup>46</sup>, no que é aliás efectuada uma distinção entre a esfera interna e externa do ponto de vista securitário (Gouveia 2007, 174–175). A segurança do Estado está assim presente em diversos preceitos e opções constitucionais, comprovando a importância atribuída pelo legislador a esse desígnio (Gouveia 2007, 174).

No domínio concreto das Informações, nem sempre a Constituição do regime democrático vigente incluiu no seu texto menções relativas a essa realidade. Com efeito, a actividade de Informações, encarada como instrumento de segurança do Estado, é incluída no documento apenas em 1997 aquando da aprovação da IV revisão constitucional (Gouveia 2007, 175), momento a partir do qual se determinou que a produção da legislação relativa ao tema é uma competência exclusiva da Assembleia da República<sup>47</sup>.

Um segundo nível da ordem legal relativamente à segurança é o da Lei de Segurança Interna (LSI)<sup>48</sup>, diploma aprovado pela primeira vez em 1987, e sujeito mais recentemente, em 2008, a uma profunda reestruturação dos seus conteúdos sob a forma de um novo diploma<sup>49</sup>. A LSI da primeira versão, enquanto documento primaz que exprime as principais opções políticas e organizacionais em matéria de segurança interna, começa por definir as suas principais finalidades e princípios, e localiza de seguida os fluxos institucionais e os atributos específicos que competem aos actores políticos e às forças e serviços de segurança.

---

<sup>42</sup> Art. 27º da CRP.

<sup>43</sup> Art. 9º da CRP.

<sup>44</sup> Art. 9º da CRP.

<sup>45</sup> Art. 272º da CRP.

<sup>46</sup> Art. 275º da CRP.

<sup>47</sup> Art. 164º da CRP.

<sup>48</sup> Lei n.º 20/87, de 12 de Junho, Lei de Segurança Interna (LSI).

<sup>49</sup> Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, Lei de Segurança Interna (LSI).

Começando pela primeira parte, a redacção original de 1987 revela desde logo como mais claras as enumerações positivadas neste domínio, com uma elevada susceptibilidade de correspondência do seu objecto por parte das Informações:

- Define-se segurança interna como sendo *a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática*<sup>50</sup>;
- Afirma-se que a finalidade da LSI é especialmente a de *proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática contra a criminalidade violenta ou altamente organizada, designadamente sabotagem, espionagem ou terrorismo*<sup>51</sup>.
- É salvaguardado o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos na actividade de prevenção de crimes, incluindo os crimes contra a segurança do Estado, assim como na actividade de segurança interna em geral<sup>52</sup>;

Do ponto de vista orgânico, a LSI prevê o conjunto de forças e serviços de segurança que concorrem para a prossecução da segurança interna (onde se incluem as polícias, serviços de segurança e outros órgãos de autoridade territorial)<sup>53</sup>, a par de dois órgãos de assessoria e coordenação (Gabinete Coordenador de Segurança, de composição técnica especializada<sup>54</sup> e o Conselho Superior de Segurança Interna, de âmbito interministerial<sup>55</sup>). Do ponto de vista do poder legislativo, da fiscalização e do acompanhamento, são remetidas atribuições à Assembleia da República, ao Governo e ao Primeiro-Ministro<sup>56</sup>.

Este arranjo institucional foi, contudo, objecto de uma profunda reestruturação em 2008, como se adiantou inicialmente. Os reflexos do novo documento traduziram-se, sobretudo, numa nova visão estrutural do aparelho securitário do país, a partir da qual é criado o Sistema de Segurança Interna (SSI), encabeçado por um Secretário-Geral encarregue da

---

<sup>50</sup> Art. 1, da LSI (1987).

<sup>51</sup> Art. 1, da LSI (1987).

<sup>52</sup> Art. 2, da LSI (1987).

<sup>53</sup> Art. 14º. da LSI (1987).

<sup>54</sup> Art. 12, da LSI (1987).

<sup>55</sup> Art. 10º da LSI (1987).

<sup>56</sup> Art. 7º, 8º e 9º da LSI (1987).

coordenação de todas as forças e serviços de segurança, assim como em relação aos órgãos de assessoria e consulta já existentes, e ainda outros grupos de trabalho especializados<sup>57</sup>.

No que concerne ao domínio das Informações, ambas as versões da LSI (1987 e 2008) consagram espaço para a sua existência, inscrevendo as respectivas estruturas no segmento das *forças e serviços de segurança interna* ao dispor do Estado português<sup>58</sup>, assim como a outros pontos de ligação no fluxo orgânico e institucional do diploma. Em concreto, o serviço de Informações constante nessa ordem de forças, e, como tal, implicitamente investido de deveres no esforço conjunto, é, em ambas as versões da LSI, o Serviço de Informações de Segurança, porquanto se apresenta como a única entidade de *Intelligence* vocacionada para a segurança interna, com competência territorial a tal circunscrita. Adicionalmente, o SIS é também integrado nos órgãos de assessoria e coordenação, integrando a sua composição e intervindo dessa forma nos trabalhos aos mesmos consignados.

Já relativamente ao SIED, serviço imbuído de atribuições e competências na esfera das Informações externas, este surge na LSI de 2008 representado não na qualidade análoga à do SIS, disposta no preceito legal anterior, mas sim enquanto entidade com assento no Conselho Superior de Segurança Interna, através da presença do respectivo Director<sup>59</sup>. Ou seja, embora o SIED não integre a estrutura de segurança interna enquanto organismo operante, a sua participação por intermédio da presença dos quadros dirigentes nos órgãos de coordenação e assessoria constitui-se como uma forma de integrar a perspectiva e os conhecimentos desse serviço, resultando pois em valor acrescentado no processo de gestão de topo.

Por outro lado, em virtude da reestruturação do SIRP em 2004, a presença da esfera das Informações no Sistema de Segurança Interna criado em 2008, obedece a uma outra inserção, diferenciando-se da estabelecida no modelo anterior. Com efeito, é o Secretário-geral do SIRP, na qualidade de figura de topo do aparelho de Informações nacionais, quem assume a presença principal junto das novas estruturas de segurança interna, superiorizando-se hierarquicamente à presença dos directores dos serviços que comanda, exercendo directamente a ligação com os restantes órgãos do SSI. O arranjo do SIRP conseguido com a orgânica de 2004 e associado à implementação do Sistema de Segurança Interna, resulta no fortalecimento da presença das Informações face às missões que as mesmas se propõem desempenhar e, reciprocamente, num maior grau de cooperação no plano geral da segurança do Estado e da nação.

---

<sup>57</sup>Art. 14º da LSI (2008).

<sup>58</sup>Art. 14º da LSI (1987) e Art. 25º da LSI (2008).

<sup>59</sup>Art. 12º da LSI (2008).

Finalmente, ainda no domínio da LSI, em ambas as versões refira-se como de importância primacial a questão do controlo de comunicações, designação que compreende, naturalmente, a interceptação de comunicações e a extracção dos respectivos conteúdos, como sendo da exclusiva competência da Polícia Judiciária, e a ser prosseguida mediante autorização judicial<sup>60</sup>. Os serviços de Informações estão assim, por expressa determinação legal, impedidos de desenvolver actividades que configurem este tipo de procedimentos, situação aliás vertida na legislação específica dedicada ao SIRP, como se analisará posteriormente.

Outra moldura legal a ter em conta na actividade dos serviços de Informações em Portugal é o segredo de Estado, codificado na Lei nº 6/94, de 7 de Abril, e mais recentemente na Lei Orgânica nº 2/2014, de 6 de Agosto. Estes diplomas, que regulamentam o que se designa, justamente, como sendo o Regime do Segredo de Estado (RSE), têm como objectivo enquadrar e definir os termos e as condições a partir dos quais as matérias, documentos e informações de importância vital para a integridade e interesses fundamentais do Estado são protegidos e resguardados do acesso e da utilização não autorizada<sup>61</sup>, designadamente através de quadros obrigatórios de sigilo, tabelas de classificação de documentos, e ainda disposições de âmbito penal e disciplinar<sup>62</sup>.

Relativamente aos serviços de Informações, cuja actividade se localiza no escopo preconizado pelo segredo de Estado, o RSE indica que no caso das estruturas pertencentes ao Sistema de Informações a regulamentação desta natureza é remetida para a respectiva legislação específica, a qual, por seu turno, classifica explicitamente toda as actividades desenvolvidas no âmbito do SIRP e obriga à preservação de rigoroso dever de sigilo<sup>63</sup>. Adicionalmente, o RSE confere também aos directores dos serviços de Informações e, na redacção de 2014, também ao Secretário-geral do SIRP, o poder da classificação expedita de documentos em casos de urgência, na condição de essa operação ser ratificada pela tutela competente no mais curto prazo possível<sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup>Art. 18º da LSI (1987) e Art. 27º da LSI (2008).

<sup>61</sup>Art. 2º do Regime de Segredo de Estado (RSE) (1994 e 2014).

<sup>62</sup>Mencione-se ainda que a descrição da natureza, suporte físico e contexto dos materiais susceptíveis de ser abrangidos pelo Regime de Segredo de Estado são amplamente detalhados com a Lei Orgânica de 2008, passando a incluir uma malha temática consideravelmente mais apertada.

<sup>63</sup>Este aspecto é apresentado de formas diversas nas várias versões da LQ SIRP. A versão de 1984 dispõe o Art. 28º, sob a designação de “Dever de Sigilo”, sendo que nas versões de 1995 e 2004 há já a inscrição dos serviços e suas actividades no âmbito do Regime de Segredo de Estado, através do Art. 32º. A versão mais recente da LQ SIRP, de 2014, traduz-se no assinalável reforço dessa cobertura, que para além da menção ao segredo de Estado adiciona vastas disposições complementares (Art. 32º, 32º - A, 33º e 33º-A).

<sup>64</sup>Art. 2º do RSE (1994 e 2014).

Por último, e ainda com referência à moldura de classificação e sigilo que encobre a actividade das Informações, há finalmente a considerar um conjunto de quatro documentos essenciais relativos a procedimentos e normas gerais de segurança a ter em conta pelos serviços na prossecução das suas missões. Estes volumes, designados por SEGNAC, encontram-se numerados de 1 a 4, e destinam-se a cobrir e normalizar princípios e procedimentos sobre, respectivamente, matérias classificadas (SEGNAC 1), segurança industrial (SEGNAC 2), segurança das comunicações (SEGNAC 3) segurança Informática (SEGNAC 4). São documentos de utilidade para os serviços de Informações, e destinam-se, portanto, a garantir a segurança protectiva das matérias classificadas de âmbito governamental contra acções de sabotagem e espionagem e, ainda, a evitar falhas humanas susceptíveis de ocasionar comprometimentos quebras de segurança<sup>65</sup>.

## **4.2 Legislação específica**

Considerados os principais documentos legais que contextualizam as Informações na orla do Estado português, importa agora abordar a legislação específica do Sistema de Informações da República e respectivos serviços. Como foi já possível aflorar no capítulo anterior, as Informações em Portugal têm sido instituídas através da publicação de um conjunto de Leis-Quadro, complementadas com as Leis Orgânicas dos respectivos serviços. A fim de proceder à análise desta esfera mais particularizada do edifício institucional das Informações portuguesas, tomar-se-ão em consideração, ao longo das próximas linhas, os principais documentos deste tipo – Leis-Quadro do Sistema e Leis Orgânicas dos serviços – que têm composto e arquitectado o SIRP desde a sua implantação, em 1984.

A produção legal em causa tem dado, ao longo dos últimos trinta anos, espaço para diferentes configurações e arranjos institucionais do SIRP, porquanto se conta um total de 4 versões da Lei-Quadro, e ainda cerca de 7 edições das Leis Orgânicas para o conjunto dos serviços adscritos. Nesse sentido, justifica-se desde logo distinguir um conjunto de quatro períodos centrais na evolução das Informações em Portugal (Gouveia 2007, 177–178), a que se acrescenta um quinto mais recente, os quais num esforço de esquematizar o percurso efectuado nesse domínio permitem assinalar as principais diferenças qualitativas:

- *1º Período (1974-1984)*: de ausência de serviços de Informações, com a ocupação desse espaço vazio por parte dos serviços de informações militares;

---

<sup>65</sup> SEGNAC 1, pontos 1.1 e 1.1.1.

- *2º Período (1984-1995)*: de criação do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), dentro do qual se previu a criação do SIED, do SIS e do SIM, sendo que só o segundo e o terceiro casos foram efectivados;
- *3º Período (1995-2004)*: de criação de apenas dois serviços de Informações, o SIS e o SIEDM, este último dotado de atribuições no domínio militar, e ainda a adscrição de ambos a um Ministério da Tutela, respectivamente o Ministério da Administração Interna (MAI) e o Ministério da Defesa Nacional (MDN);
- *4º Período (2004-2014)*: de reconfiguração da orgânica sistémica através da criação do cargo do Secretário-geral do SIRP (SGSIRP, com respectivo Gabinete) e da hierarquização dos serviços face ao mesmo, constituindo-se assim uma unificação de topo e a desvinculação do SIS e do SIEDM das respectivas tutelas ministeriais. Adicionalmente, o SIED perde a sua componente militar, e a partir de 2007 são criadas as Estruturas Comuns do SIRP, destinadas à partilha de vários serviços e departamentos de apoio.
- *5º Período (posterior a 2014)*: no qual são feitas alterações profundas no domínio da fiscalização interna e externa, tendo sido introduzidas normas e procedimentos de prestação de contas, sem que, contudo, se tenha alterado o quadro orgânico e de missões<sup>66</sup>.

Esta periodização, grosso modo compassada em períodos de dez anos, corresponde às alterações produzidas pelas várias edições da Lei-Quadro do SIRP. Por outro lado, os organogramas resultantes de cada uma dessas fases, esquematizados anteriormente no capítulo histórico, revelaram um padrão de recorrente transformação, no qual os vários elementos legais exprimem um quadro de tendências e opções que importa caracterizar. Ao nível dos conteúdos, as Leis Quadro do SIRP encontram-se sumariamente divididas nos seguintes seis grupos (Gouveia 2007, 180):

- *Capítulo I – Princípios Gerais;*
- *Capítulo II – Fiscalização;*
- *Capítulo III – Orgânica do Sistema;*
- *Capítulo IV – Uso da Informática;*
- *Capítulo V – Deveres e Responsabilidades;*

---

<sup>66</sup>Mencione-se ainda que a mais recente Lei-Quadro do SIRP, datada de 13 de Agosto de 2014, procedeu a um conjunto de alterações, sobretudo no âmbito da fiscalização interna e externa e outros procedimentos de segurança, sem que contudo se tenham verificado alterações substanciais na orgânica e no quadro operativo dos serviços. Nessa conformidade, a periodização apresentada é passível de se manter sem trazer grande prejuízo à orgânica inaugurada em 2004 e actualizada em 2007.

– *Capítulo VI – Disposições finais.*

Embora este seja efectivamente o alinhamento temático prosseguido nos diplomas em apreço, no âmbito da presente análise optou-se por fazer uma divisão de conteúdos simplificada, a fim de circunscrever o trabalho comparativo ao seguinte conjunto de variáveis: *Generalidades, Orgânica, Poderes e Recursos e Fiscalização*. As diferenças registadas para cada uma das edições encontram-se expressas em tabelas de comparação no Anexo 1, podendo ser observada em detalhe a natureza dos conteúdos e respectivas modificações.

A primeira fase do SIRP, inaugurada com a Lei-Quadro de 1984, é caracterizada pela criação de raiz de um Sistema de Informações após um prolongado período de inexistência de Informações civis e ainda em proximidade histórica com a experiência repressiva anterior ao 25 de Abril de 1974. Do ponto de vista normativo, a Lei estabelece, com efeito, as missões e as incumbências dos serviços aos as fazer corresponder com a actividade, em exclusivo, da produção de Informações. Contudo, a esse papel de conotação proactiva, a Lei faz preceder, através dos primeiros artigos do documento, a definição pela negativa daquilo que pode ser a actividade das Informações, através de uma carga considerável de obrigações e condicionantes de carácter restritivo, radicadas no primado dos direitos, liberdades e garantias; ao mesmo tempo, não são previstas pela positiva as acções e os meios de que os serviços se podem prevalecer, ficando as suas capacidades relegadas ao que não se encontra restrito (Pereira 2004: 515-517).

Do ponto de vista orgânico, é prevista a criação de uma multiplicidade de organismos – três serviços de Informações (SIS, SIED e SIM), dois órgãos de fiscalização (CFSI e CFD) e dois órgãos de coordenação e assessoria (CSI e CT) – o que simultaneamente dispersou a produção de Informações em três serviços distintos, evitando a concentração excessiva de poderes, ao mesmo tempo que se investiu sobre o Sistema a cobertura de uma dupla fiscalização, em conformidade com carácter holístico patente na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias em detrimento de outras prioridades (Pereira 2004: 515-517). De resto, importa mencionar que tanto o SIED como o SIM não foram efectivamente erigidos, tendo o SIS sido o único serviço do SIRP verdadeiramente activo durante cerca de uma década.

A segunda versão da LQ SIRP, datada de 1995 através da Lei nº 4/9 de 21 de Fevereiro, introduz o primeiro conjunto de alterações substanciais ao Sistema. A modificação mais visível foi desde logo a extinção do SIM e a adição da componente militar ao SIED, denominado a partir de então como SIEDM, serviço este que ao contrário da tentativa anterior seria efectivado cerca de dois anos depois. Por outro lado, o fluxo de dependência orgânica do SIRP é



modificado, verificando-se a alocação delegada do SIS à tutela ministerial da Administração Interna e do SIEDM à da Defesa Nacional, com presumíveis efeitos ao nível da separação de tarefas e do distanciamento institucional (Pereira 2004: 515-517). Adicionalmente, fixaram-se mais limites à actividade dos serviços de Informações, ao mesmo tempo que se alargaram as competências do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações (Pereira 2004: 515-517; Reis e da Silva 2007), aliás ainda mais reforçadas com dois diplomas subsequentes, em 1996 e 1997<sup>67</sup>.

Em 2004, através da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro, é efectuada a última alteração estrutural na orgânica sistémica do SIRP. Desde logo merece destaque a criação da figura do Secretário-geral, integrado na Presidência do Conselho de Ministros e directamente dependente do Primeiro-Ministro, encarregue da direcção, coordenação e superintendência de ambos os serviços de Informações. O SIEDM perde a sua componente militar, retomando a designação original de SIED, sendo que a par do SIS se dá uma alteração nas dependências hierárquicas: ao invés de depender de dois Ministros diferentes<sup>68</sup>, ambos os serviços passam a subordinar-se hierarquicamente a um só órgão, no que é efectivado um modelo de fusão pelo topo que assegura a coordenação próxima entre os dois serviços (Carvalho 2007a; J. Pereira 2010a; Reis e da Silva 2007, 223–229). Outra modificação substancial trazida com a LQ SIRP de 2004 foi a provisão, na dependência do Secretário-geral, das denominadas Estruturas Comuns para as áreas de gestão administrativa, financeira e patrimonial dos serviços, com ganhos de eficiência e de coordenação na sua actuação (J. Pereira 2010a; Reis e da Silva 2007). Este diploma ampliou, também, os poderes do Conselho de Fiscalização do SIRP, o qual passa a ter a nova designação de Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações para Conselho de Fiscalização do SIRP (CF SIRP).

A mais recente versão da LQ SIRP, publicada a 13 de Agosto de 2014, vem introduzir um conjunto alterações, embora as mesmas sejam apenas no âmbito da fiscalização, deveres e responsabilidades, deixando a orgânica e o quadro de missões intactos. Embora até à data este novo texto da LQ SIRP não tenha ainda sido debatido nos meios da especialidade, porventura a principal inovação a registar sobre o mesmo é a introdução das prescrições relacionadas com os Registos de Interesses, com pendor marcadamente orientado para a idoneidade e profissionalismo dos quadros de toda a estrutura e para a prevenção de situações que representem a colisão entre os interesses dos serviços e o interesse privado.

---

<sup>67</sup> Lei n.º 15/96, de 30 de Abril e Lei n.º 75-A/97, de 22 de Julho.

<sup>68</sup> Ministro da Defesa Nacional e Ministro da Administração Interna, respectivamente.

No que diz respeito aos diplomas legais que regem concretamente os serviços, e que assumem a forma de Decreto-Lei, um outro plano de observações pode também ser elaborado. Com efeito, cada um dos serviços que integram o SIRP desde 1984 – o SIS e o SIED/M – têm sido regidos por Leis Orgânicas específicas, localizadas a jusante da LQ SIRP, que as enquadra hierarquicamente. Nesses documentos, cuja estrutura é essencialmente a mesma para ambos os serviços, são enumerados conteúdos da regulamentação interna dos serviços, constando em maior detalhe o seu quadro de missões e princípios gerais, a orgânica interior, valências e recursos, entre outras disposições.

Em ambos os serviços, os princípios gerais têm-se mantido relativamente constantes ao longo das várias edições das Leis Orgânicas, em particular nos pontos que reiteram a incumbência da produção de informações, a actuação dentro dos limites da Constituição e da Lei, a proibição de actuações que envolvam ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias. Inclusa está também a classificação de toda a actividade desenvolvida pelos serviços, a disponibilização de autonomia administrativa e financeira, e ainda a definição do âmbito territorial que, sendo fixado nos limites da soberania do Estado português para o caso do SIS, se encontra omissa no que concerne o SIEDM. A excepção principal a destacar é a das actualizações efectuadas relativamente à dependência dos serviços face à tutela, decorrente das sucessivas alterações da orgânica do SIRP, entretanto já abordadas.

Sobre a orgânica interior dos serviços, são definidos os órgãos de direcção e administração, a que se acrescenta a provisão de departamentos destinados à actividade dos serviços, e ainda um Centro de Dados para cada um deles. A organização interna, composição e competência dos serviços e respectivo pessoal são contudo reguladas por despacho classificado da tutela, não sendo possível apurar em detalhe os elementos a isso atinentes. A Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro, que estipulou a orgânica do Secretário-geral do SIRP, do SIED e do SIS, acaba por introduzir vastas modificações neste domínio. Desde então os serviços de recursos humanos, finanças e apoio geral, tecnologias de informação e o de segurança foram retirados da orla particular de cada um dos serviços, e transferidos para as Estruturas Comuns, adscritas ao Gabinete do Secretário-geral do SIRP, ficando assim em regime de partilha.

Finalmente, no que diz respeito aos meios e recursos disponibilizados, as Leis Orgânicas em apreço têm elencado um conjunto de disposições que merecem ser mencionadas. Do ponto de vista financeiro, ambos os serviços beneficiam de uma dotação orçamental disponibilizada em sede de Orçamento de Estado, sendo que as despesas efectuadas são passíveis de classificação e outras facilidades legais e fiscais, mediante autorização das

respectivas tutelas. Já relativamente aos meios técnicos, é feita menção a diversos tipos de equipamentos, como seja de electrónica e laboratório, e ainda ao uso e porte de arma, ressaltando-se, todavia, que neste último ponto a regulamentação é uma vez mais objecto de despacho classificado.

Um último reparo pode finalmente ser feito sobre o tópico da fiscalização, abundantemente presente no contexto da Lei Quadro, mas que nas diversas versões das Leis Orgânicas dos serviços não se constitui como presença primacial. Efectivamente, os elementos relativos a este domínio aparentam-se remetidos para o que se encontra fixado em sede de LQ SIRP, sobrando apenas a actuação dos órgãos de direcção na avaliação do bom funcionamento dos serviços. À semelhança do que foi prosseguido relativamente às Leis Quadro, também para o caso dos Decretos-Lei que regulamentam internamente os serviços foi aplicado um modelo comparativo assente nas mesmas quatro variáveis temáticas, cujas tabelas podem ser consultadas nos Anexos 2 e 3.

#### **4.3 Informações em Portugal – síntese legal**

A análise efectuada ao diverso material legal relativo a segurança e Informações, tanto no geral como em específico, permite denotar alguns nexos e tendências. Num primeiro nível de análise, é possível desde logo identificar a presença dos racionais da segurança nas principais instâncias legais do Estado português, designadamente na Constituição da República Portuguesa e, num nível inferior, na Lei de Segurança Interna. O aparelho de Informações inscreve-se nessa esfera como um instrumento de competências especializadas ao dispor do Estado, e justifica-se nas necessidades preventivas impostas pela prossecução da segurança colectiva da sociedade e da nação. As Informações incidem sobre actos ou ameaças que, pela sua natureza, podem pôr em causa o Estado de Direito democrático. A eficácia da detecção dessas ameaças depende, por isso, da subordinação da actividade dos serviços de Informações a esse regime (Simões 2002, 53–54), munindo-se inclusivamente do segredo de Estado e de um quadro operativo e legal especificamente talhado, para o cumprimento pleno dessas finalidades.

Relativamente ao SIRP e aos serviços que lhe estão adscritos, as principais tendências a registar são de uma ordem mais particularizada. Numa perspectiva formal, pode-se afirmar que o SIRP é legalmente estruturado por um conjunto de princípios axiais, a saber, o *princípio da legalidade e da constitucionalidade*, o *princípio da exclusividade*, e o *princípio da especialidade* (Gouveia 2007, 181), estrutura por demais evidente na observação da sequência capitular dos diplomas, que apresenta a definição negativa (isto é, restritiva) das competências

dos serviços um lugar prioritário no seu encadeamento. A orientação normativa irradiada do primado dos direitos, liberdades e garantias em detrimento de outros racionais de conotação mais operacional, é reveladora do ónus da legalidade democrática e da importância central que essa prioridade assume nas opções do legislador.

Por outro lado, a observação próxima dos conteúdos legais na sua consequência prática, e ainda da evolução do Sistema ao longo de cerca de trinta anos, permite identificar outro tipo de padrões e linhas de força.

Uma primeira tendência a assinalar é porventura a das mudanças sucessivas da orgânica sistémica do SIRP, que no intervalo de trinta anos sofreu três modificações estruturais, cada uma delas com diferentes variações ao nível da dependência hierárquica, fluxo de poder e coordenação. De notar ainda, no caso do SIED, as modificações efectuadas à sua natureza e ao seu objecto de trabalho, e ainda a inconsequência parcial da primeira formulação do SIRP, na qual dos três serviços inicialmente propostos apenas o SIS foi realmente efectivado. Mencione-se, contudo, o arranjo aparentemente estabilizado que as modificações originadas pela LQ SIRP de 2004 e pela Lei Orgânica de 2007 têm conferido ao Sistema, e que têm contribuído para uma maior fluidez e coordenação na actividade dos serviços, resgatando-os da periferia em que estavam relegados, para se constituir aquilo que pode ser entendido como uma intervenção clarificadora quanto a um modelo de longo prazo que possa ser considerado mais desejável.

Merece igualmente destaque a dinâmica de continuada ampliação dos poderes de fiscalização, patente no exame comparativo efectuado sobre cada um dos diplomas do SIRP, e que salienta a subordinação da actividade dos serviços a um estrito controlo por entidades externas (J. A. T. Pereira 2002). Por outro lado, a par dessa aparente prudência, o legislador demonstra ter sido relativamente tímido na atribuição de meios de actuação (R. C. Pereira 2004), em particular no que concerne o controlo de comunicações, valência que é recorrentemente clamada pelos vários autores que se têm debruçado sobre a matéria (Carvalho 2009b; Monteiro 2004; J. A. T. Pereira 2002; R. C. Pereira 2004; Vegar 2007). Relativamente a outro tipo de recursos técnicos, porém, são relevantes as menções à possibilidade de conferir facilidades legais e fiscais aquando da obtenção de meios e serviços, e a ainda a dispensa de publicação dos respectivos despachos.

Acompanhado o percurso histórico das Informações no actual período democrático, e escrutinados os principais conteúdos legais e institucionais, abordar-se-á ao longo das próximas páginas outros elementos de natureza mais operacional, onde através da análise dos *outputs*

disponíveis sobre a actividade dos serviços e da exploração de variáveis empíricas, se procurará completar o quadro de análise transversal inicialmente proposto.

## **5. INFORMAÇÕES EM PORTUGAL – ESTRUTURAS, RECURSOS E MISSÕES**

Ao longo dos capítulos anteriores foi possível abordar um conjunto de conteúdos considerados essenciais para a compreensão das Informações em Portugal. Primeiro, foram considerados os principais aspectos conceptuais relacionados com o tema, procurando-se concretizar o recorte do objecto e das principais categorias que compõem esse panorama. Em segundo lugar, efectuou-se uma resenha histórica do percurso efectuado pelas Informações em Portugal no presente período democrático. O terceiro passo, por seu turno, procurou caracterizar legal e institucionalmente a edificação da estrutura nacional de Informações, atendendo para esse efeito à identificação e análise as principais leis que localizam o seu papel na função securitária do Estado, assim como aos diplomas que consubstanciam o SIRP.

No sentido de constituir um quadro de caracterização material e operacional dos serviços de Informações portuguesas, passa-se agora a abordar os aspectos de natureza empírica, sendo contudo importante recordar que a análise efectuada encontra-se circunscrita e limitada às fontes disponíveis. As dimensões adiante consideradas serão expostas através dos seguintes subcapítulos:

- Cargos dirigentes, onde se pretende analisar o perfil das chefias das Informações nacionais (percursos académicos e profissionais; variáveis sociodemográficas);
- Recursos Financeiros, onde se escrutinam as dotações orçamentais atribuídas no âmbito do SIRP desde 1984, e se analisa a sua evolução temporal.
- Recursos Técnicos, dimensão que diz respeito aos meios e recursos empregues pelos serviços de Informações no desempenho operacional das suas actividades, com referência às principais categorias prescritas pelo quadro conceptual seguido.
- Quadro Operacional e Missões, em que as actividades desenvolvidas pelas Informações nacionais são revistas e sintetizadas a partir de vários documentos publicamente disponíveis, em particular alguns dos principais relatórios oficiais do Estado sobre esta matéria.

### **5.1 Análise dos Cargos Dirigentes**

Uma das dimensões institucionais consideradas para a caracterização empírica dos serviços de Informações portuguesas é a dos seus quadros dirigentes. Parte-se, pois, do pressuposto que a observação do perfil para as lideranças da *Intelligence* nacional pode ser um

passo relevante para o conhecimento da sua realidade concreta, assim como para a compreensão do inter-relacionamento em que opera face ao contexto político e institucional envolvente.

As questões levantadas através desta abordagem orientam-se pelas que geralmente se encontram nos estudos de referência sobre as elites: quem são, de onde vêm, quais as suas carreiras (Almeida, Pinto, e Bermeo 2012, 15–16; Freire 2001; Guedes 2009, 266). Na presente análise, porém, é dado um enfoque especialmente direccionado para a área da *Intelligence* aquando da escolha das variáveis de caracterização, considerando-se não apenas atributos relevantes para o retrato de tais quadros (por exemplo formação militar ou experiência prévia em Informações), como se toma ainda em linha de conta a própria dinâmica gerada por tendências verificadas ao longo dos vários períodos em apreço.

São objecto de análise os cargos de liderança relacionados com o aparelho de *Intelligence* nacional, cujo recorte se definiu com recurso aos principais diplomas consagrados ao Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), isto é, as respectivas Leis-Quadro, desde o momento da sua primeira edição em 1984 até à actualidade. Consideraram-se desses documentos legais as posições-chave reconhecidas nos respectivos organogramas, a saber: os cargos de direcção dos serviços, os cargos tutelares do Governo, os cargos consultivos, e ainda os cargos de fiscalização.

A par do segmento cronológico apenas correspondente ao período posterior a 1984, optou-se também por manter a exclusão dos serviços de informações militares por uma questão temática e metodológica, que embora incluídos em alguns documentos legais desde 1984, são aparelhos exteriores ao escopo *civil* a que se pretende restringir esta análise, e estritamente adscritos ao âmbito das Forças Armadas<sup>69</sup>.

A obtenção da amostra envolveu um trabalho de recolha de dados diversos, tendo-se reunido o máximo de casos relativos às entidades definidas pela orgânica do SIRP, para os quais foi efectuada uma distribuição dos seus elementos relevantes numa matriz de variáveis de caracterização. No que diz respeito à tipologia dos cargos de liderança, foram definidos quatro tipos distintos de posições: serviços de informações (Serviços), órgãos de fiscalização (Fiscalização), Conselho Superior de Informações com respectiva Comissão Técnica (CSI) e tutela política (Tutela). Já relativamente aos aspectos de caracterização, foram consideradas diversas variáveis qualitativas e quantitativas referentes a aspectos de natureza demográfica e ocupacional, cujos resultados foram fixados separadamente de acordo com o tipo de cargo.

---

<sup>69</sup> Com excepção do braço militar incluído no SIEDM, entre 1995 e 2004.

A disposição dos dados, assim como o seu estudo, efectua-se considerando o período de actividade do SIRP entre 1984, ano de publicação da primeira Lei-Quadro, e o início de 2014, isoladamente para cada um dos tipos de cargos. Obedecendo à lógica subjacente ao tema do presente estudo, a análise efectuada incidirá sobretudo na categoria dos serviços de informações (*Serviços*), dentro da qual é feita uma abordagem mais detalhada, aprofundando-se as principais dinâmicas e tendências no universo de variáveis definidas. Acrescentar-se-ão, ainda, algumas representações gráficas no sentido de ilustrar aspectos que do ponto de vista científico se manifestem mais relevantes. Relativamente às restantes categorias de cargos do SIRP, serão aqui consideradas a título de complementaridade e de enquadramento, enquanto dimensões de dinâmica e de comparação no que diz respeito à realidade restrita dos serviços de informações.

Iniciando-se esta análise pelo grupo dos serviços de informações (*Serviços*), os dados obtidos ajudam a compreender qual o perfil das estruturas dirigentes que encabeçaram essas organizações desde o seu aparecimento através da Lei-Quadro de 1984, conforme foi já referido. Neste conjunto, foi reunida através das fontes possíveis uma amostra total de 33 cargos de chefia, onde se contam os responsáveis máximos dos serviços, seus respectivos adjuntos, e a figura do Secretário-Geral do SIRP, presente a partir do ano 2004.

Começando pela variável do género, a prevalência de indivíduos do sexo masculino constata-se praticamente total dentro da amostra reunida, com uma maioria de 94% face a apenas 6% de representação feminina, que corresponde, em número de casos, a apenas 2 situações identificadas: a de Maria Margarida Telles de Abreu, Directora-Geral do SIS entre Janeiro de 2004 e Outubro de 2005, e de Helena Furtado de Paiva, Directora-Adjunta do SIED entre Agosto de 2008 e Julho de 2010. A presença maioritária do género masculino nas chefias das Informações aparenta assim estar em conformidade com a tendência geral das lideranças políticas e dos altos cargos públicos do Estado português, embora nestes sectores a percentagem não seja tão diminuta (Almeida, Pinto, and Bermeo 2012, 44–46; Freire 2001, 57–60; Nunes 2012, 133–137).



|   |                                   | SERVIÇOS  | FISCALIZAÇÃO | CSI        | TUTELA    |
|---|-----------------------------------|-----------|--------------|------------|-----------|
| <b>N</b>  |                                   | <b>33</b> | <b>25</b>    | <b>105</b> | <b>45</b> |
| <b>Género M/F (%)</b>                           |                                   | 94 / 6    | 80 / 20      | 96,2 / 3,8 | 100 / 0   |
| <b>Idade Média à entrada do cargo (em anos)</b> |                                   | 47        | 53           | 51         | 47        |
| <b>Militares (%)</b>                            |                                   | 21,2      | 4            | 13,3       | 0         |
| <b>Tempo médio no cargo (em anos)</b>           |                                   | 2,6       | 4,7          | 3,5        | 2,6       |
| <b>Naturalidade (%)</b>                         | Lisboa                            | 21,2      | 16           | 21,9       | 22,2      |
|   | Capitais de Distrito              | 15,2      | 16           | 16,2       | 11,1      |
|   | Resto do País                     | 18,2      | 28           | 42,9       | 33,3      |
|   | Ilhas                             | 0         | 0            | 3,8        | 2,2       |
|   | Antigas Colónias                  | 6,1       | 8            | 3,8        | 2,2       |
|   | n.d.                              | 39,4      | 32           | 11,4       | 28,9      |
| <b>Profissão (%)</b>                            | Académico                         | 3         | 32           | 7,6        | 6,7       |
|   | Advogado                          | 3         | 4            | 21,9       | 22,3      |
|   | Diplomata                         | 21,2      | 0            | 3,8        | 0         |
|   | Gestor, Economista, Administrador | 0         | 0            | 14,3       | 22,2      |
|   | Jurista                           | 6,1       | 0            | 5,7        | 4,4       |
|   | Magistrado                        | 27,3      | 44           | 10,5       | 2,2       |
|   | Militar                           | 21,2      | 0            | 13,3       | 0         |
|   | Político                          | 0         | 20           | 15,2       | 24,5      |
|   | Funcionário SI                    | 18,2      | 0            | 2,9        | 0         |
|   | Engenheiro                        | 0         | 0            | 2,9        | 2,2       |
|   | Outros                            | 0         | 0            | 0          | 4,4       |
|   | n.d.                              | 0         | 0            | 1,9        | 11,1      |
| <b>Formação Superior (%)</b>                    | Direito                           | 63,6      | 80           | 55,2       | 42,2      |
|   | Engenharia                        | 3         | 0            | 7,6        | 11,1      |
|   | Ciências Sociais                  | 9,1       | 4            | 5,7        | 6,7       |
|   | Economia, Finanças, Gestão        | 0         | 0            | 16,2       | 22,2      |
|   | Formação Militar                  | 21 *      | 4            | 13,3       | 0         |
|   | Outros                            | 0         | 0            | 1          | 2,2       |
|   | n.d. / n.a.                       | 9,1       | 12           | 5,7        | 15,6      |
| <b>Sector (%)</b>                               | Estado                            | 97        | 76           | 49,5       | 22,2      |
|   | Misto                             | 3         | 24           | 45,7       | 60        |
|   | Privado                           | 0         | 0            | 1,9        | 0         |
|   | n.d.                              | 0         | 0            | 2,9        | 17,8      |
| <b>Experiência Prévia em Informações (%)</b>    | Sim                               | 33,3      | 0            | 9,5        | 4,4       |
|   | Não                               | 57,6      | 60           | 82,9       | 77,8      |
|   | n.d.                              | 9,1       | 40           | 7,6        | 17,8      |

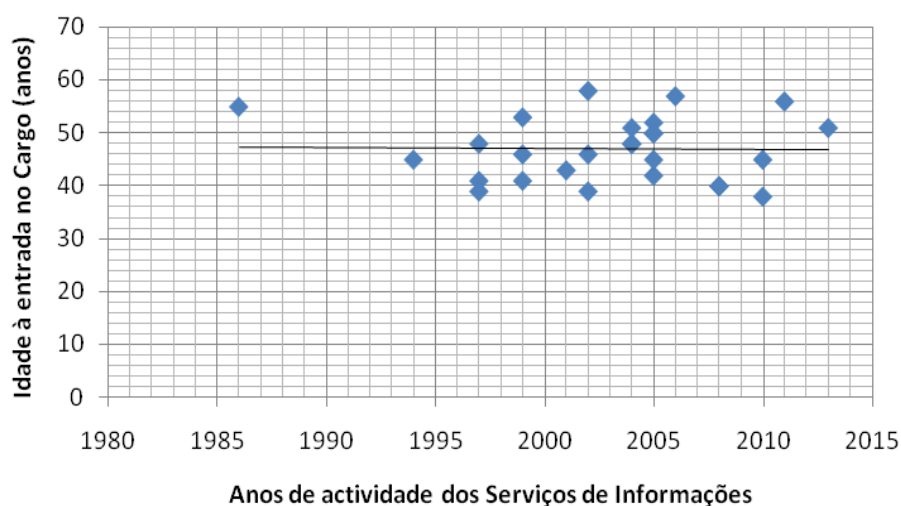
NOTAS:

1) Os resultados baseiam-se nos dados recolhidos, sendo a ausência de informação considerada como "não diz" (n.d.)

\* Alguns militares apresentam formação civil e militar

*Fig. 6– Tabela com a totalidade dos dados sociodemográficos obtidos. A escala de tons apresentada traduz as diferenças de densidade dos casos.[Fonte: elaboração própria]*

Relativamente à idade de entrada nos cargos, distribuíram-se os casos numa tabela de grupos de idade, verificando-se uma proeminência nas idades entre os 40 e os 59 anos, com maior relevo no intervalo compreendido entre os 40 e os 49. A média aritmética dos casos, calculada a partir da porção de amostra em que essa informação pôde ser obtida, localiza-se nos 47 anos, sendo de assinalar, ainda, a total inexistência de casos com idades inferiores a 30 anos e superiores a 60 anos. Esta disposição sai ainda reforçada pela observação da recta de ajuste da distribuição dos casos, que se apresenta estável e horizontal, não revelando qualquer inclinação expressiva de subida ou decréscimo da variável quando projectada no tempo. Verifica-se, assim, uma tendência para que os ocupantes dos cargos de chefia dos serviços de informações tenham uma idade tendencialmente concentrada no intervalo entre os 40 e os 60 anos, com uma probabilidade acrescida para o intervalo entre os 40 e os 50.



| Grupos de Idades | menos de 30 | 30-39 | 40-49 | 50-59 | mais de 60 | n.d. |
|------------------|-------------|-------|-------|-------|------------|------|
| Nº Casos (%)     | 0           | 10,3  | 48,3  | 27,6  | 0          | 13,8 |

*Fig. 7– Tabela de distribuição dos casos por grupos de idade e gráfico de dispersão dos mesmos em função do ano de tomada de posse. A recta desenhada no gráfico traduz a equação de ajuste, neste caso apresentada como constante. [Fonte: elaboração própria]*

Em comparação com o meio institucional envolvente, não deixa de ser interessante verificar que estes dados se correlacionam com aquilo que os principais estudos sobre as elites revelam sobre este indicador, demonstrando uma concentração etária semelhante nas elites

políticas e nos altos dirigentes do Estado (Almeida, Pinto, e Bermeo 2012, 33–35; Freire 2001, 61–66; Nunes 2012, 132). Tal facto permite levantar a hipótese de que a média idade representada por este intervalo não seja de todo uma particularidade da área das Informações, mas sim uma tendência transversal às cúpulas mais elevadas do poder estatal em Portugal.

Outro aspecto importante no universo das chefias dos serviços de Informações é a presença de pessoal militar. Os dados recolhidos apontam para uma presença minoritária face ao restante contingente civil, contando-se cerca de sete situações, o que corresponde a 21.2% da amostra total, compostos inteiramente por oficiais de alta patente, como posto de Coronel, Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Major-General. A localização de militares na orla do SIRP ocorre tanto no SIS como no SIED/M, sendo que a grande maioria das situações ocorre neste último serviço, com o cargo de Director-Adjunto. O ramo das Forças Armadas a que estes oficiais pertencem também revela particularidades, com uma maioria de cinco oficiais do Exército face a apenas um da Marinha, e uma tendência para formação especializada em tropas especiais e transmissões. Essa situação indicia uma por um perfil militar operacional dinâmico e experiente para o âmbito das Informações externas, em papel coadjuvante relativamente ao Director (Vegar 2007, 166).

Uma outra variável relevante a considerar é o tempo de permanência nos cargos. Segundo o levantamento efectuado, esta é uma área que tem revelado, desde 1986, valores pouco homogéneos. Com efeito, no espectro de quase trinta anos de actividade do Sistema de Informações da República, constata-se uma expansão e retracção constante dos ciclos de mandato dentro dos serviços, alternando-se sucessivamente situações de longas, médias, e curtas permanências nos cargos. Inaugurado pela permanência de oito anos por parte de Ramiro Ladeiro Monteiro na direcção do SIS, o percurso nos dez anos seguintes é pautado por períodos inferiores e mais instáveis, cujos casos nunca ultrapassam a marca dos quatro anos em mandato. Esta tendência é por sua vez alterada a partir do ano de 2005, altura em que as periodicidades assumem um padrão de longevidade mais sólido, sendo de destacar o caso do magistrado Júlio Pereira, Secretário-Geral do SIRP, que se mantém na posição desde 2005. Não obstante a enorme heterogeneidade dos valores, é possível fixar o tempo de permanência médio no cargo através da divisão aritmética de todos os valores, tendo o intervalo compreendido entre 1984 e 2014 sido calculado em cerca de 31 meses, aproximadamente 2,6 anos. O gráfico contido na figura 9 sugere que em alguns casos a substituição das lideranças dos serviços se possa dever aos momentos de mudança de Governo. A politização deste

processo, a ocorrer, demonstra não ser constante, sendo de admitir que a sucessão nas chefias das Informações decorre em grande medida enquanto fenómeno interno.

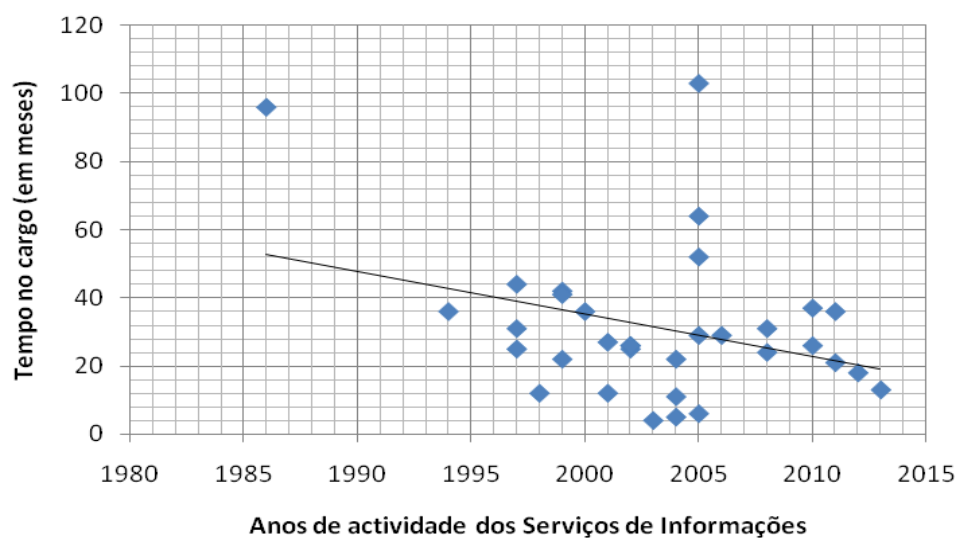


Fig. 8— Gráfico de dispersão ilustrando o tempo de permanência no cargo em meses. Os pontos são fixados no ano de entrada no cargo. A recta desenhada no gráfico traduz a equação de ajuste, neste caso apresentando-se decrescente face ao espectro cronológico global. [Fonte: elaboração própria]

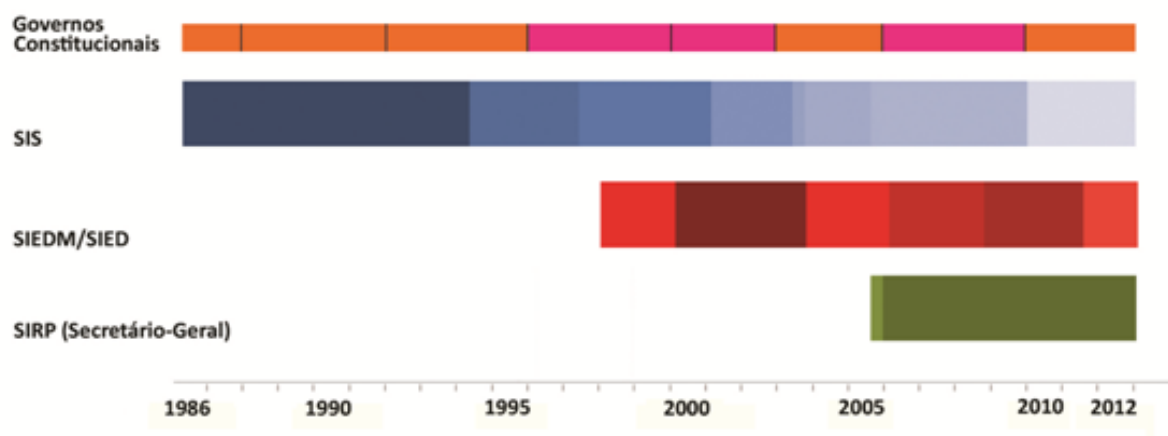
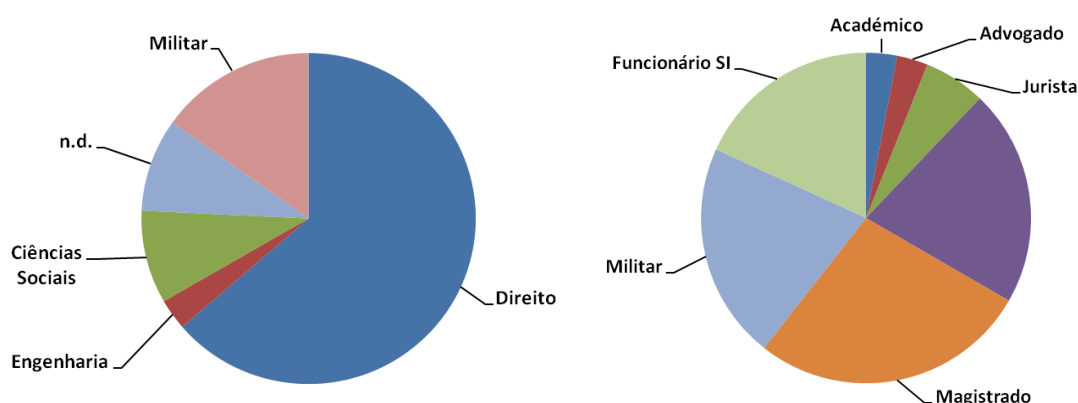


Fig. 9— Gráfico de barras horizontais que expressam a permanência dos cargos de Director dos serviços para o período entre 1986 e 2014, em comparação com os Governos Constitucionais do PS (cor-de-rosa) e PSD (laranja)<sup>70</sup>. [Fonte: elaboração própria]

<sup>70</sup> Neste gráfico não foram considerados os cargos de Direcção-Adjunta.

No que se refere ao domínio profissional, um dos mais importantes aspectos a considerar na presente análise, as estatísticas das profissões exercidas antes da entrada no cargo permitem constatar algumas particularidades. Desde logo, verifica-se que há um conjunto de apenas quatro profissões que acumula, por si só, cerca de 88% do universo total: a de Magistrado (27.3%), Diplomata (21.2%), Militar (21.2%) e Funcionário de Informações de carreira (18.2%). Os restantes 12,1% do universo em análise, distribuem-se entre as profissões de Jurista (6.1%), Advogado (3%) e Académico (3%). Esta hegemonia não só relega as actividades minoritárias da presente amostra, como denota a total ausência de outras áreas de actividade como a economia, gestão, ciências exactas, entre outras. Corrobora-se, pois, a tendência tida como recorrente e até mesmo tradicional na designação dos quadros de liderança dos serviços de Informações em Portugal: a de um magistrado à cabeça das informações internas (SIS), de um diplomata na liderança das informações externas (SIEDM/SIED), com pessoal militar e da carreira de informações na segunda posição hierárquica.



*Fig. 10– Gráficos circulares que exprimem, face ao total da amostra, a área de formação (à esquerda) e a profissão exercida (à direita) dos titulares dos cargos de direcção dos serviços de Informações. [Fonte: elaboração própria]*

A área de formação superior das chefias da *Intelligence* nacional é ainda outro aspecto caracterizador que se evidencia, aliás em relação próxima com a variável profissional. Os dados recolhidos apontam para uma localização marcadamente especializada, com uma vincada maioria de 63.6% para a área de Direito, seguida de 21% de casos para a área de formação superior militar, inerente ao cargo de oficial e às atribuições técnicas desta categoria profissional. As restantes áreas de formação, manifestamente minoritárias, radicam nas Ciências Sociais e Engenharia, com 9.1% e 3% respectivamente, sendo de referir a ausência de

casos de formação em quaisquer outras áreas de conhecimento que não as descritas<sup>71</sup>. É neste domínio que se verifica alguma divergência em relação às cúpulas do poder político, porquanto a referida concentração do Direito enquanto área de formação se mostra ainda mais marcada (Almeida, Pinto, e Bermeo 2012, 37–40; Freire 2001, 71–76). Constata-se, pois, um cenário de manifesta especificidade que, porquanto não seja diversificado, vem corresponder inteiramente à imagem profissional anteriormente traçada.

Finalmente, e ainda dentro do âmbito da caracterização ocupacional, há duas variáveis que se podem examinar no campo do percurso profissional e de padrão de carreira seguido pelos líderes dos serviços de Informações antes da tomada de posse dos respectivos cargos: o sector de actividade principal e a experiência prévia em *Intelligence*. Relativamente à primeira dimensão, mais generalista, foi considerada uma divisão entre sector estatal, sector privado, e uma categoria intermédia designada por mista. Nesta compartimentação, que separa por inerência a carreira de serviço público das carreiras de outros interesses diversificados, verificou-se que a esmagadora maioria dos casos recolhidos (97%), apresenta um percurso profissional essencialmente radicado no Estado, independentemente do sector<sup>72</sup>.

Sobre à experiência prévia em Informações, os dados disponíveis permitem constatar que um terço (33.3%) dos titulares dos cargos de direcção teve, no seu percurso profissional anterior, uma passagem por esse tipo de actividade, face a 57.6% que não contam com essa experiência, e a 9.1% sobre os quais não foi possível determinar resposta. Dos casos em que se verifica essa experiência prévia, é de referir que o antecedente mais manifesto em matéria de *Intelligence* nacional ocorre em torno do SIS, como é o caso de Jorge Silva Carvalho, Director do SIED entre 2008 e 2010, e do magistrado Horácio Pinto, actual Director do SIS, que ascendeu a partir do cargo de Director Adjunto<sup>73</sup>.

A fim de simplificar esta descrição, as tendências verificadas através deste trabalho de análise podem pois ser sintetizadas através das seguintes tabelas.

---

<sup>71</sup> Refira-se igualmente os casos de pessoal militar que em acréscimo da sua formação superior militar contam ainda com títulos académicos civis, designadamente o caso verificado de formação em Engenharia, e ainda uma percentagem de 9.1% do total de amostra para a qual não foi possível obter informações.

<sup>72</sup> Os restantes 3% da amostra correspondem, por sua vez, a um perfil de carreira mista, isto é, dividida entre o sector público e privado, não tendo sido detectados quaisquer casos de carreiras inteiramente radicadas no sector privado aquando da entrada nos serviços de informações.

<sup>73</sup> Merecem também atenção outros casos de experiência prévia em órgãos de Informações, designadamente o de Ramiro Ladeiro Monteiro, primeiro dirigente do SIS, que terá anteriormente chegado a desempenhar funções no Serviço de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI) de Angola, assim como o de José Ferreira Morgado, actual Director-Geral do SIED, que terá passado pelo Gabinete do Secretário-Geral do SIRP.

| CHEFIAS DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES |            |                        |                      |
|-------------------------------------|------------|------------------------|----------------------|
| Perfil                              |            |                        |                      |
| Masculino                           | 40-50 Anos | Qualquer parte do país |                      |
| Sector                              |            |                        |                      |
| Estado                              |            |                        |                      |
| Profissão                           |            |                        |                      |
| Magistrado                          | Diplomata  | Militar                | Carreira Informações |
| Formação Superior                   |            |                        |                      |
| Direito                             | Militar    |                        |                      |
| Experiência Anterior em Informações |            |                        |                      |
| Não                                 |            |                        |                      |
| Tempo Médio no Cargo                |            |                        |                      |
| 2,7 Anos                            |            |                        |                      |

Fig. 11– *Síntese do perfil das chefias de Informações*. [Fonte: elaboração própria]

## 5.2 Estudo dos Recursos Financeiros

Uma outra importante dimensão para a caracterização material dos serviços de Informações é a dos recursos financeiros. Importante não apenas por exprimir monetariamente a importância atribuída pela esfera política à actividade das Informações, como também pelo facto de os respectivos montantes terem associados aspectos que se correlacionam com a disponibilidade de recursos de ordem material e técnica (McDowell 2009, 59–62). Não sendo este um tópico abordado previamente nos estudos científicos ou tão pouco na literatura de âmbito jornalístico, justifica-se percorrer ao longo das próximas linhas aquilo que desde 1984 foram as dotações financeiras destinadas aos serviços nacionais, explorando para isso as principais fontes oficiais que tal permitem concretizar.

Efectuar-se-á o levantamento das dotações orçamentais atribuídas em sede de Orçamento de Estado aos serviços de Informações e aos órgãos do Gabinete do SIRP, seguindo-se uma análise longitudinal e comparativa sobre os mesmos. Os documentos que servem de base para a obtenção dos dados são os diplomas do Orçamento de Estado (OE)<sup>74</sup>, onde anualmente se descremina a alocação dos recursos financeiros do Estado. Adicionalmente, foram reunidos os valores da Execução Orçamental (EO) global para cada um dos anos considerados, comparando-se dessa forma as verbas consignadas aos serviços com o dispêndio total do Estado. Os valores das dotações orçamentais reunidos encontram-se coligidos na

<sup>74</sup> O Orçamento de Estado é publicado sob forma de Lei (Lei do Orçamento de Estado), de acordo com as normas estipuladas pelos Art. 105º e 106º da Constituição da República Portuguesa.

seguinte tabela, com o respectivo órgão e ano, complementada por uma coluna para o total das parcelas.

| Ano  | SIS          | SIED         | SG SIRP      | Total        |
|------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1987 | 1.496.394 €  |              |              | 1.496.394 €  |
| 1988 |              |              |              |              |
| 1989 | 2.392.020 €  |              |              | 2.392.020 €  |
| 1990 | 2.787.338 €  |              |              | 2.787.338 €  |
| 1991 | 3.990.383 €  |              |              | 3.990.383 €  |
| 1992 | 4.788.460 €  |              |              | 4.788.460 €  |
| 1993 | 4.683.712 €  |              |              | 4.683.712 €  |
| 1994 | 4.938.099 €  |              |              | 4.938.099 €  |
| 1995 | 5.901.279 €  |              |              | 5.901.279 €  |
| 1996 | 6.206.542 €  |              |              | 6.206.542 €  |
| 1997 | 6.923.315 €  |              |              | 6.923.315 €  |
| 1998 | 7.127.822 €  | 6.234.974 €  |              | 13.362.796 € |
| 1999 | 8.624.365 €  | 5.486.777 €  |              | 14.111.142 € |
| 2000 | 9.975.958 €  | 7.289.742 €  |              | 17.265.700 € |
| 2001 | 10.225.357 € | 7.463.513 €  |              | 17.688.870 € |
| 2002 | 12.078.703 € | 7.463.515 €  |              | 19.542.218 € |
| 2003 | 14.800.000 € | 7.545.614 €  |              | 22.345.614 € |
| 2004 | 14.800.000 € | 8.067.611 €  |              | 22.867.611 € |
| 2005 | 14.800.000 € | 8.617.149 €  |              | 23.417.149 € |
| 2006 | 15.258.445 € | 10.431.717 € |              | 25.690.162 € |
| 2007 | 14.858.000 € | 10.122.000 € |              | 24.980.000 € |
| 2008 | 17.200.000 € | 10.600.000 € |              | 27.800.000 € |
| 2009 | 11.921.140 € | 7.857.140 €  | 11.946.241 € | 31.724.521 € |
| 2010 | 11.921.140 € | 7.857.140 €  | 11.946.241 € | 31.724.521 € |
| 2011 | 11.156.794 € | 7.568.983 €  | 10.959.615 € | 29.685.392 € |
| 2012 | 9.570.957 €  | 6.616.205 €  | 11.370.948 € | 27.558.110 € |
| 2013 | 9.642.020 €  | 6.428.713 €  | 11.293.716 € | 27.364.449 € |
| 2014 | 8.774.476 €  | 5.895.806 €  | 10.473.503 € | 25.143.785 € |

Fig. 12– Tabela com as dotações orçamentais do SIS, SIED e estruturas do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP<sup>75</sup>.

<sup>75</sup> Valores conforme apresentados nos próprios Orçamentos de Estado, sem ajuste à inflação.



A atribuição dos montantes apresenta-se, como pode ser observado, diversa e heterogénea. Não apenas a introdução das verbas se inicia em diferentes momentos para cada uma das entidades, como também o valor absoluto dos montantes sofre variações diversas, algumas delas consideráveis, sugerindo a existência de factores ou dinâmicas subjacentes. Dispondo os valores em função de um eixo cronológico torna-se possível aferir com maior clareza o percurso das várias dotações orçamentais, e capturar as suas principais tendências e pontos de inflexão. Importa contudo mencionar que, em virtude dos factores de ordem macroeconómica e financeira que afectaram a realidade nacional nas últimas três décadas, mais concretamente a inflação e a mudança de moeda para o Euro, os valores obtidos são susceptíveis de leituras distorcidas que não têm em conta os efeitos produzidos na percepção do valor real dos montantes para a época a que pertencem. Para dar resposta ao primeiro problema, foi efectuado o câmbio dos montantes anteriores a 2002<sup>76</sup>, constantes ainda na moeda antiga, para Euros, ficando assim todos os valores equiparados à divisa actual. Já relativamente à inflação, factor financeiramente mais intrincado, efectuaram-se ajustes matemáticos paralelamente à extracção dos valores originais contidos em Orçamento de Estado, cujos resultados se encontram expostos nas próximas linhas em adição aos dados originais, proporcionando uma perspectiva melhorada sobre a evolução em apreço<sup>77</sup>.

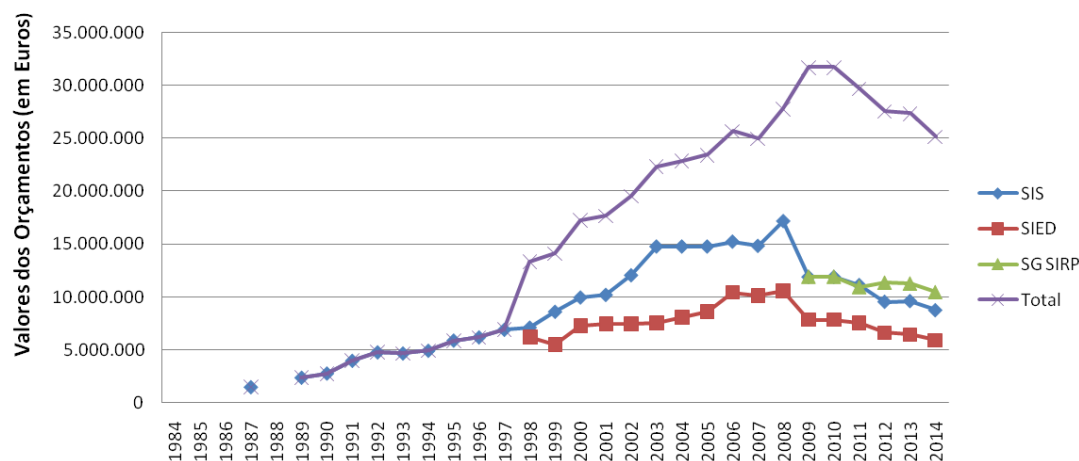


Fig. 13— Representação gráfica da evolução das dotações orçamentais do SIS, SIED e estruturas do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP<sup>78</sup>. [Fonte: elaboração própria]

<sup>76</sup> A taxa de câmbio utilizada foi a de 1€ = 200,482\$.

<sup>77</sup> Os valores de inflação anual registados ao longo de todos os anos em apreço foram tidos em conta, com destaque para as décadas de 1980 e 1990, cuja elevada inflação distorce a correcta percepção do peso dos montantes atribuídos. Foi assim efectuada uma indexação de todos os montantes reunidos a preços fixos actuais, de tal forma que seja possível uma comparação fidedigna do peso relativo dos montantes. A indexação a preços fixos foi fixada no ano de 2011, sendo que os valores anuais de inflação foram obtidos através do website da PORDATA: <http://www.pordata.pt/> [consultado a 6/7/2014].

<sup>78</sup> Nos valores originais, sem ajuste à inflação.

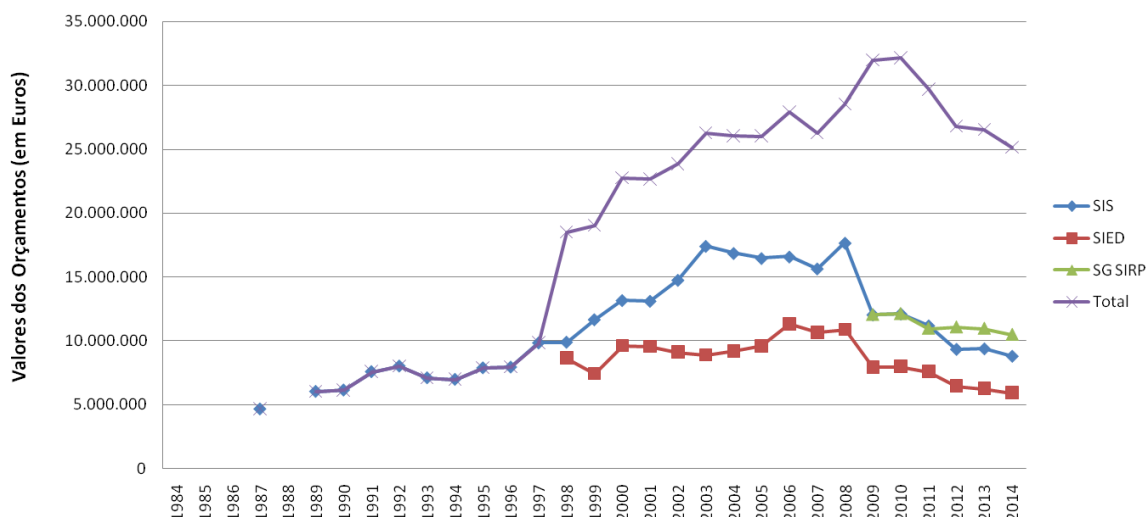


Fig. 14— Representação gráfica da evolução das dotações orçamentais do SIS, SIED e estruturas do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP, em valores ajustados à inflação<sup>79</sup>. [Fonte: elaboração própria]

A observação dos gráficos expostos permite desde logo a confirmação visual do comportamento dinâmico das dotações orçamentais ao longo dos anos. Os diferentes momentos evolutivos podem, num esforço de sistematização, ser segmentados em três períodos distintos, a saber: 1986 a 1997, 1998 a 2008, e 2009 até ao momento presente. Estes três momentos correspondem aos principais pontos de inflexão. Ao se analisar mais detalhadamente estas três fases, é possível estabelecer algumas correlações no que toca ao percurso institucional efectuado pelo no ambiente político, securitário e histórico envolvente.

*1º Período (1986-1998):* Este intervalo corresponde aos primeiros anos de actividade do SIRP, durante os quais o SIS se manteve como único serviço activo. A primeira rubrica orçamental data do ano de 1987, verificando-se até 1998 uma subida gradual dos montantes atribuídos para cerca do dobro do inicial<sup>80</sup> até ao final do período, não sem alguma flutuação negativa intermédia. Refira-se que do ponto de vista institucional este é o período em que o SIS se instala no aparelho securitário do Estado, começando a desenvolver a sua actividade nos campos operacionais da contra-espionagem, crime organizado, terrorismo e outras ameaças à segurança interna.

<sup>79</sup> Em valores ajustados à inflação.

<sup>80</sup> Segundo a perspectiva ajustada a preços fixos. A variação é naturalmente muito superior se não forem tomados em conta os efeitos da inflação.

*2º Período (1998-2008):* O segundo intervalo tem início em 1998 aquando da primeira rubrica orçamental do SIEDM, serviço criado na sequência da LQ SIRP de 1995. Dotado nesse ano de um orçamento semelhante ao do SIS, o total das verbas consignadas ao SIRP sofreu desde logo um súbito aumento de volume, atestando a plena entrada das Informações externas sob a forma do novo serviço. Seguir-se-á, ao longo dos anos subsequentes, uma dinâmica continuada de aumento do volume orçamental dedicado ao SIRP<sup>81</sup>, sobretudo entre 1999 e 2003, com destaque especial para o SIS, que atinge o ano de 2008 com quase o dobro da verba que lhe fora atribuída dez anos antes<sup>82</sup>. Em ligação a esse aumento estão, naturalmente, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, que tendo votado o panorama de segurança nacional e internacional a novas tipologias e prioridades, terão porventura resultado em maiores necessidades de financiamento (Diogo 2012, 86). O pico mais elevado do orçamento individual de cada um dos serviços terá sido atingido em 2008<sup>83</sup>, já com o arranjo orgânico da LQ SIRP de 2004 em vigor, mas ainda sem a implementação do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP e das denominadas Estruturas Comuns.

*3º Período (2009-presente):* O último período considerado diz respeito aos anos mais recentes do SIRP, e tem início num dos pontos de inflexão mais significativos na evolução dos orçamentos do SIRP. Com efeito, as transformações orgânicas induzidas pela Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro, que introduziram o Gabinete do Secretário-Geral do SIRP e as Estruturas Comuns a par do SIS e do SIED, resultaram em alterações profundas na dinâmica de dotação orçamental de todo o Sistema. Desde logo visível está, no OE de 2009, uma redução drástica dos valores alocados ao SIS e ao SIED, com um corte aproximado de 30% para ambos, e o aparecimento recíproco de uma rubrica relativa ao Gabinete do Secretário-Geral e Estruturas Comuns num valor semelhante ao subtraído aos serviços. Constatase, pois, que a transição para a nova orgânica se processou em termos orçamentais como uma operação de soma zero, porquanto o total das verbas alocadas ao total do Sistema se manteve praticamente inalterável. Contudo, a dinâmica orçamental do SIRP vai experimentar a partir do Orçamento de Estado de 2011 uma tendência negativa que se manterá até ao momento presente, observando-se entre 2010 e 2014 uma quebra de aproximadamente 20% do total das verbas consignadas. Esta tendência de redução orçamental está aliás em conformidade com a narrativa verificada nos

---

<sup>81</sup> De notar, contudo, a quebra existente no SIEDM entre 1998 e 1999 (aproximadamente 10%), que é recuperada em 2000.

<sup>82</sup> Em termos absolutos e ignorando os efeitos da inflação, o orçamento do SIS subiu de €8 624 365 em 1998 (1 729 030 contos, em moeda antiga) para 17 200 000€ em 2008. No caso do SIED/M, a transição foi de €6 234 973 (1 250 000 contos, em moeda antiga) para 10 600 000€.

<sup>83</sup> O OE previu, para o ano de 2008, uma verba de 17 200 000€ para o SIS e 10 600 000€ para o SIED. Estes valores não contêm, porém, os ajustes relativos à inflação.

relatórios oficiais relativos aos anos mais recentes<sup>84</sup>, que tomando nota dos constrangimentos sentidos fazem igualmente claras menções aos efeitos causados no quotidiano dos serviços<sup>85</sup>.

Independentemente das dinâmicas particulares de cada um destes períodos cronológicos, a observação global da evolução dos orçamentos do SIRP ao longo dos seus trinta anos de actividade demonstra que há actualmente um muito maior investimento do que no seu início. Aliás, a média do orçamento total consignado ao SIRP tem vindo sucessivamente a aumentar, não obstante as verbas atribuídas ao SIS e ao SIED terem sido objecto de flutuações mais frequentes, com uma quebra assinalável nos últimos anos em detrimento do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP e das Estruturas Comuns.

| Intervalo de tempo | SIS          | SIED        | SG SIRP      | Geral        |
|--------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
| 1987-1997          | 6.544.860 €  | -           | -            | 7.199.346 €  |
| 1998-2008          | 14.825.953 € | 9.529.774 € | -            | 24.355.728 € |
| 2009-presente      | 10.452.081 € | 7.005.481 € | 11.269.906 € | 28.727.470 € |
| 1987-presente      | 10.635.408 € | 8.638.847 € | 11.269.906 € | 18.973.010 € |

Fig. 15— *Média dos orçamentos atribuídos a cada um dos órgãos, em Euros e com valores ajustados à inflação.*

Embora este seja um passo importante no sentido de adquirir uma visão acertada das dotações orçamentais e suas tendências evolutivas, sucede todavia que a perspectiva desta forma obtida se restringe à verificação dos valores em absoluto, não sendo possível perceber a importância relativa dos mesmos, designadamente face ao todo estatal. Como tal, um passo metodológico adicional pode – e deve – ser efectuado no sentido de situar as despesas com o sector das Informações no quadro geral da despesa pública. Dessa forma, elaborou-se uma comparação entre as verbas alocadas ao SIRP e o total da Execução Orçamental (EO)<sup>86</sup> de cada ano, calculando-se assim a percentagem relativa que tais montantes têm representado ao longo dos vários anos.

<sup>84</sup> Designadamente o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) e os Pareceres do Conselho de Fiscalização do SIRP, que serão analisados em profundidade posteriormente.

<sup>85</sup> Os Pareceres do CF SIRP de 2009 a 2013 referem explicitamente este efeito negativo.

<sup>86</sup> A Execução Orçamental é uma base de cálculo mais adequada para o efeito pretendido uma vez que tem em consideração os valores do défice. Ou seja, ao contrário do Orçamento de Estado, a Execução Orçamental tem em consideração a despesa que foi efectivamente efectuada pelo Estado, regra geral vários pontos acima do previsto. Os seus valores foram obtidos através do *website* da PORDATA: <http://www.pordata.pt/> [consultado a 6/7/2014].

Fixando essas percentagens numa representação gráfica, e cruzando-as com a linha de evolução do total das verbas destinadas às Informações, entretanto já determinadas, é possível observar a respectiva dinâmica evolutiva e destacar os principais períodos de crescimento, estagnação e decréscimo face às despesas gerais do Estado. A comparação entre o total das dotações orçamentais do SIRP e a Execução Orçamental (EO) efectiva e o cálculo da respectiva percentagem permite, dessa forma, determinar qual o grau de importância financeira que ao longo dos anos tem sido atribuída aos serviços de Informações.

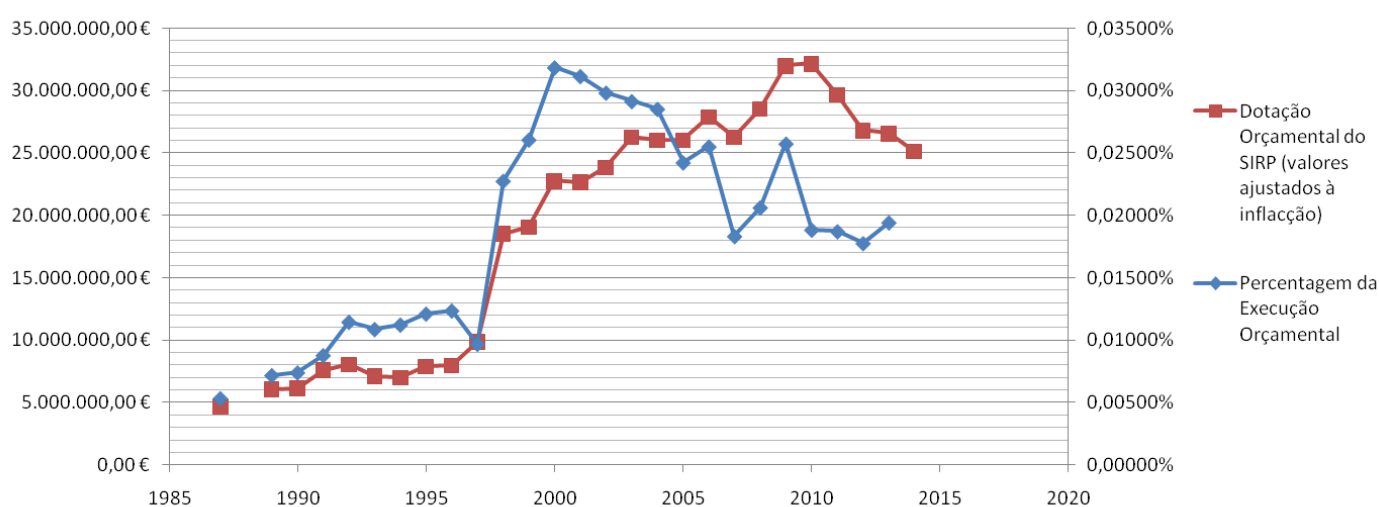


Fig. 16– *Evolução do orçamento total do SIRP face às percentagens relativas da Execução Orçamental.* [Fonte: elaboração própria]

A par dos valores orçamentais em absoluto, também a percentagem relativa da EO não foi constante ao longo dos anos, e obedeceu a períodos de flutuação susceptíveis de delimitação. Tomando em consideração os períodos cronológicos anteriormente analisados, é possível efectuar uma breve análise sobre as dinâmicas envolvidas ao longo dos últimos trinta anos e assim captar as relações existentes entre ambas as variáveis.

Começando pelo primeiro período (1987-1997), verifica-se que a evolução dos orçamentos é acompanhada por um aumento progressivo da percentagem da EO, havendo uma correspondência directa entre o aumento das verbas e a importância atribuída em sede de Orçamento de Estado ao sector. Já para o decénio seguinte (1998-2008), marcado pelo aparecimento do novo serviço e pelo advento dos novos ambientes estratégicos e securitários em consequência do 11 de Setembro de 2001, constata-se que apesar de o investimento absoluto nas Informações ter sido constantemente aumentado, a percentagem relativa da EO foi

sofrendo um declínio prolongado desde 2000<sup>87</sup>, mesmo após uma rápida subida registada nos dois anos precedentes. Finalmente, nos anos mais recentes (2009-presente), volta a registar-se uma correspondência entre a flutuação do orçamento total do SIRP e a percentagem que o mesmo ocupa na EO. Por outro lado, os efeitos das transformações orgânicas implementadas pela LQ SIRP de 2004 parecem denotar-se com o pico registado em 2009, altura em que as rubricas relativas à Lei nº 9/2007 de 19 de Fevereiro surgem pela primeira vez. Refira-se, contudo, a estabilização desta última variável nos últimos anos em face da redução continuada das dotações orçamentais, situação a que não é estranho o trabalho de reajuste financeiro realizado por toda a estrutura do Estado<sup>88</sup>.

Verifica-se pois que não obstante a existência de correspondências parciais, a evolução das percentagens relativas nem sempre acompanha a evolução dos montantes. Na verdade, em vários intervalos cronológicos se verificaram tendências inversas, não sendo possível estabelecer uma correspondência clara entre as duas linhas evolutivas. Ainda assim, as percentagens reunidas revelam que ao longo dos anos a importância atribuída em sede de Orçamento de Estado manteve-se num intervalo relativamente delimitado, situado entre os 0,005% a 0,035% da Execução Orçamental efectiva. Este intervalo, à falta de grandes rupturas positivas ou negativas sobre o mesmo, denuncia porventura um certo grau de consenso por parte dos governantes quanto à fatia da despesa do Estado que deve ser alocada às Informações, e, implicitamente, sugere algum grau de satisfação relativamente a isso.

Para uma melhor compreensão da importância orçamental das Informações à escala nacional, é possível fazer uma breve comparação entre os valores investidos no aparelho de Informações e outras rubricas contíguas no Orçamento de Estado. Tomando por base o documento relativo ao ano mais recente entre os analisados (2014), constata-se que o orçamento global do SIRP tem um volume semelhante àquele que é disponibilizado a entidades de outros sectores do Estado, como Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA, IP) para o caso da Cultura, a Empresa de Meios Aéreos (EMA) na área da aeronáutica, ou o Instituto Ricardo Jorge para o caso da Saúde, todos eles situados entre os 20 e os 30 milhões de Euros. Um exercício análogo pode ser efectuado relativamente aos serviços de Informações individualmente, cujas rubricas se situam entre os 5 e os 10 milhões de Euros<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> O ano 2000 foi o ponto máximo da percentagem orçamental atribuída ao SIRP, cifrada em 0,03186%.

<sup>88</sup> Ou seja, embora os montantes orçamentados se tenham vindo a reduzir desde 2011, o seu peso relativo mantém-se constante uma vez que toda a restante Execução Orçamental acompanham essa tendência de recuo.

<sup>89</sup> A rubrica do SIS pode por exemplo ser equiparada à do Instituto da Vinha e do Vinho ou à do Instituto Hidrográfico da Marinha. No caso do SIED, o seu orçamento é semelhante ao de entidades

Constata-se portanto que, do ponto de vista das políticas públicas, a importância atribuída às Informações é equivalente à das entidades citadas e presumivelmente a quaisquer outras que se situem em orçamentos semelhantes, entidades essas que, de resto, são comuns na Estrutura do Estado e não demonstram sobressair neste domínio.

### *Primeiras conclusões*

Ao longo das páginas anteriores foi possível fazer o levantamento dos recursos financeiros dos serviços de Informações nacionais ao longo das últimas três décadas. Por um lado, a obtenção dos orçamentos atribuídos em sede de Orçamento de Estado permitiu detectar qual o montante previsto para o seu funcionamento em cada ano, e, por outro, o cálculo da percentagem relativa que tal significava na Execução Orçamental efectiva traduziu a importância atribuída pelos governantes ao sector. Efectuado o escrutínio desses valores e conseguida a sua representação gráfica, importa sublinhar algumas reflexões adicionais relativamente ao seu significado.

Em primeiro lugar, deve ser assinalado que, de acordo com os dados obtidos, o investimento total em Informações é indubitavelmente mais avultado do que há duas ou três décadas atrás, quando, respectivamente, o SIEDM começava a tomar forma ou o SIRP dava os seus primeiros passos apenas com o SIS<sup>90</sup>. Embora a dotação orçamental de ambos os serviços se equipare actualmente ao que estes dispunham no dealbar do ano 2000, a verdade é que a adição do orçamento associado ao Gabinete do Secretário-Geral do SIRP vem elevar grandemente os montantes ao serviço da *Intelligence* nacional, porquanto esta é uma rubrica que por si só alça valores maiores que as do SIS ou do SIED. Em guisa de explicação, pode ser levantada a hipótese (cuja verificação convida à realização de estudos mais aprofundados que o do presente estudo) segundo a qual este facto poderá ser explicado pelos encargos associados às Estruturas Comuns, que, estando sob a direcção do Gabinete do Secretário-Geral, contemplam departamentos como o das Finanças, Recursos Humanos e Tecnologias de Informação<sup>91</sup>, susceptíveis de gastos avultados. Entretanto, nos anos decorridos após as mudanças produzidas

---

como o Teatro Nacional de São João, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, ou a duas vezes o orçamento atribuído à Cinemateca Portuguesa (Museu do Cinema, IP). Já a rubrica do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP, a mais elevada das três, demonstra ser inferior às verbas consignadas a instituições como a OPART – Organismo de Produção Artística ou a Universidade da Madeira, com orçamentos cifrados entre os 10 e os 20 milhões de Euros.

<sup>90</sup> Aliás, a tendência positiva verificada na década de 2000 também parece confirmar o aumento do investimento público neste sector num momento em que, como foi já referido, as prioridades de segurança nacional e internacional sofreram transformações de relevo.

<sup>91</sup> Art. 17º da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

pelo 11 de Setembro de 2001, a evolução dos orçamentos demonstrou manter um incremento anual que em pouco se manifestou diferente dos anos anteriores a esse acontecimento. Com efeito, os valores atribuídos estabilizam a partir de 2003, e constata-se que em termos de Execução Orçamental a percentagem relativa alocada às Informações chega mesmo a diminuir durante esses anos.

Nos anos mais recentes, os dados também confirmam o aumento dos constrangimentos financeiros colocados aos serviços, situação que tem vindo a ser veiculada por várias vezes, não só na comunicação social (Lourenço 2014; Marcelino 2014; Simas 2010, 2011), como também nos próprios relatórios oficiais anteriormente analisados<sup>92</sup>, situação que alegadamente está na origem de obstáculos ao regular desempenho de actividades dos serviços, ainda que sem o comprometer<sup>93</sup>.

Sobre os serviços de Informações em concreto, os valores recolhidos mostram que, dos dois serviços, é ao SIS que têm sido disponibilizadas maiores verbas, num rácio que em alguns casos se pode fixar praticamente no dobro dos orçamentos atribuídos ao SIED. Embora tal facto não permita por si só retirar conclusões definitivas, este pode ser um indicador de como em Portugal as necessidades financeiras das Informações de Segurança, delimitadas no âmbito territorial interno, sejam de maior importância que as da produção de Informações Estratégicas, de âmbito externo. Por outro lado, a transferência de verbas que se verifica com o aparecimento do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP e suas Estruturas Comuns, que tem resultado desde 2009 numa rubrica de valor superior à de qualquer dos dois serviços, sugere o aumento da eficiência e agilidade financeira dos serviços, uma vez libertos das componentes absorvidas pela SG SIRP<sup>94</sup>. Aliás, o decréscimo dos valores orçados nas Informações verificado desde 2010 poderá ser em parte explicado por essas transformações, a par do contexto envolvente de contenção financeira que se tem feito sentir nos anos mais recentes.

Finalmente, importa compreender que em estreita relação com os montantes disponibilizados em sede orçamental, estão os recursos materiais que os serviços podem efectivamente dispor ou adquirir. Na área das Informações, o espectro de despesas pode ser vasto, e os meios utilizados diversos, conforme a componente do ciclo das Informações que estiver em causa. No caso português, os meios empregues estão compreensivelmente aquém do nível de sofisticação e investimento empregue pelas grandes potências, em particular as

---

<sup>92</sup> Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) e Pareceres do Conselho de Fiscalização do SIRP.

<sup>93</sup> Esta ideia é particularmente visível nos Pareceres do CF SIRP, veiculada sucessivamente nos documentos de 2009 a 2013.

<sup>94</sup> Embora esta seja uma assumpção possível, deve ser ressalvado que essa é uma situação que carece de comprovação científica e empírica e que não deve ser encarada como garantida.



dispendiosas plataformas de recolha e tratamento de dados, a dimensão dos seus interesses estratégicos, ou até mesmo um elevado número de funcionários. Embora o Orçamento de Estado permita conhecer as verbas atribuídas às Informações nacionais, deve ser recordado que a aplicação das mesmas é algo que está vedado ao conhecimento público em virtude do carácter particular que envolve o sector. Nesse sentido convergem, aliás, as condições especiais previstas nos vários documentos legais relativamente à gestão dos recursos financeiros por parte dos serviços<sup>95</sup>, pelo que há que deixar em aberto a natureza da sua utilização detalhada, ou até mesmo a utilização de outras fontes de receita.

No sentido perceber um pouco melhor a dimensão dos recursos concretos, o seguinte subcapítulo será dedicado à exploração dessa dimensão interior. Procurar-se-á delimitar, através de conceitos consolidados e fontes de acesso público, a natureza dos recursos técnicos, humanos e processuais empregues pelos serviços de Informações nacionais.

### **5.3 Exploração dos Recursos Técnicos**

Os blocos temáticos tratados até agora permitiram traçar empiricamente o retrato de algumas dimensões materiais dos serviços de Informações portuguesas, em concreto o seu universo legal, os quadros dirigentes, e os recursos financeiros. Nesta secção, que pretende igualmente situar-se no plano do mapeamento empírico, analisa o tópico dos recursos técnicos e materiais utilizados nas Informações nacionais, com referência aos conceitos abarcados no início deste trabalho e ao levantamento entretanto desenvolvido. Procurar-se-á, assim, por um lado, identificar o melhor possível as componentes do processo de *Intelligence* susceptíveis de ser aplicadas pelos serviços portugueses e, por outro, efectuar uma caracterização no plano dos recursos humanos, como sejam o perfil e o número de funcionários.

Importa contudo mencionar que de todas as dimensões abordadas, esta é aquela que se apresenta maior desafio do ponto de vista metodológico, consequência do seu elevado grau de opacidade e da quase total ausência de referências e fontes disponíveis. Como tal, o esforço empreendido nas próximas páginas corresponde em grande parte a um trabalho de delimitação do objecto temático em apreço, com recurso a fontes diversificadas, e alicerçando em inferências obtidas através do cruzamento dos dados empíricos extraídos nos capítulos anteriores. Efectivamente, a definição dos meios técnicos e dos processos utilizados pelos

---

<sup>95</sup> Essas disposições compreendem, como foi anteriormente abordado, a obrigação do sigilo, classificação de despesas e mecanismos especiais para a sua aprovação, dispensa de visto do Tribunal de Contas e a possibilidade de não publicitação de actos em Diário da República.

serviços de *Intelligence* é algo que não se apresenta claro e que oferece dificuldades taxonómicas. Como tal, o ponto de partida para este escrutínio pode situar-se nas principais categorias conceptuais atinentes à tipologia das fontes e aos meios de recolha de informação, conforme desenvolvidas anteriormente.

Mas se a tipologia de fontes e métodos de recolha prescrita pela literatura de referência oferece o espectro de meios em toda a sua extensão de possibilidades (FBI 2014; Herman 1996; Lowenthal 2009; Richelson 2009), a verdade é que as realidades particulares dos vários serviços são balizadas por um conjunto de limites que podem ser de ordem vária, consoante o caso. No contexto português, essas delimitações assentam sobretudo em dois planos principais: o plano *legal*, onde em grande parte se define negativamente as acções dos serviços, isto é, o que lhes está legalmente vedado; e o plano *financeiro*, condição incontornável no que concerne a alocação dos meios tecnológicos e humanos, naturalmente excluindo aqueles cujo dispêndio está para lá das possibilidades disponíveis. A área resultante desta intercepção de factores constitui, em abstracto, aquilo que é o universo possível de meios de *Intelligence* utilizados, situando-se assim como uma ulterior camada de interpretação a ter em conta neste capítulo.

Comece-se, pois, por tomar em consideração as categorias de *Intelligence* reconhecidas pelas referências conceptuais e relevantes para a exploração do caso português – HUMINT (*Human Intelligence*), SIGINT (*Signals Intelligence*), OSINT (*Open-source Intelligence*) – a que se acrescentará o levantamento adicional de outros meios e recursos complementares. Deve porém ser ressalvado que, pelos motivos já afixados, a exploração dessas possibilidades é em grande parte um exercício especulativo e de colocação de hipóteses, não sendo possível gizar com inteira propriedade os respectivos conteúdos.

### *HUMINT*

A primeira categoria considerada na presente abordagem é a da *Human Intelligence*, isto é, *Intelligence* produzida através de pessoas (Herman 1996, 61). A base da HUMINT reside nos funcionários ou agentes dos serviços de Informações, que empreendem acções no sentido de pesquisar e obter dados relevantes para as finalidades que servem, algo que pode envolver acções de pesquisa de informação, vigilância, técnicas de espionagem, entre outras acções especializadas (Lowenthal 2009, 97–98; TCEIS 2001, 26). Adicionalmente, os agentes (ou oficiais) de Informações podem recorrer ao recrutamento de outros agentes e fontes humanas (Herman 1996, 63–65; Lowenthal 2009, 97), que, encontrando-se posicionadas em circunstâncias de interesse para os serviços, podem ser persuadidas a colaborar com os

mesmos. Os motivos que concorrem para a adesão das fontes recrutadas apresentam-se diversificados e dinâmicos, indo desde motivações ideológicas, éticas e morais, até outras orientações a tal avessas, de que são exemplo as razões financeiras e outros fins pessoais<sup>96</sup>. Por outro lado, os agentes (ou oficiais) de Informações podem fazer uso de identidades alternativas e manter uma história pessoal fabricada, projectada no sentido de melhor sustentar uma aparência fidedigna e legítima junto do meio em que se movam, de resto, útil e necessária em contextos de infiltração (Lowenthal 2009, 98). De todas as categorias de *Intelligence*, a HUMINT é considerada a mais económica do ponto de vista financeiro, estando virtualmente ao alcance de qualquer Estado (Herman 1996, 61; Lowenthal 2009, 100).

No caso português, a extensão deste aparato deve ser considerada numa perspectiva mais restrita porquanto as imposições legais – e consequentemente, técnicas – são manifestas e se encontram por demais presentes naquilo que os serviços dão a conhecer à generalidade do público. Embora os serviços nacionais – especialmente o SIS - mencionem genericamente a obtenção de informação através de HUMINT (SIED 2014; SIS 2014a) entre as acções que desempenham, reconhecendo-a assim como uma prática real, sucede todavia que essas são linhas de acção que se encontram condicionadas pelos preceitos legais vigentes, em concreto o escrupuloso respeito pelos direitos, liberdades e garantias consignados nas Leis da República, o enquadramento legal vertido na LQ SIRP, e ainda pelos princípios procedimentais da responsabilidade, integridade e proporcionalidade. Quer isto dizer que procedimentos infractores destas disposições, aliás geralmente associadas a práticas de *Intelligence* mais agressivas (Lowenthal 2009, 99; TCEIS 2001, 25–26), estão à partida vedados aos serviços portugueses, inferindo-se que no plano da HUMINT lhes sobrem linhas de acção não atentatórias, como a possibilidade da vigilância e pesquisa humana não invasivas, o recrutamento de fontes, ou canais de informação privilegiada como os serviços congéneres, canais diplomáticos e outras relações institucionais (Diogo 2012, 65–66; Graça 2004, 433; Vegar 2007, 253–255).

Nesse domínio, a realização das denominadas “acções encobertas” coloca-se porventura entre as ferramentas mais especializadas na produção de Informações, encaradas como regulares e imprescindíveis face à natureza particular de ameaças cuja natureza seja também ela encoberta, como é o caso da espionagem ou do terrorismo (Carvalho 2009b, 5–6; R. C. Pereira 2004, 518–521; Vegar 2007, 254–256). O caso português aparentemente não se

---

<sup>96</sup> Este documento chega mesmo a mencionar o aliciamento sexual, o ressentimento pessoal e a chantagem enquanto veículos motivacionais.

posiciona como excepção a esse facto (Vegar 2007, 255–256), ainda que os contornos desse tipo de procedimentos não estejam, naturalmente, disponíveis ao conhecimento público.

Na verdade, o desempenho de acções encobertas por parte dos serviços de Informações portuguesas não se encontra inteiramente previsto e demarcado na legislação (R. C. Pereira 2004, 2005), sendo que raramente é assumido, ou até mesmo mencionado, como uma prerrogativa operacional dos mesmos, tanto na informação institucional como na literatura do tema. As únicas alusões a actividades desta natureza situam-se em alguns contributos bibliográficos (Diogo 2012; Vegar 2007) e na comunicação social, esta última por vezes dando conta de alegadas actividades de espionagem de natureza intrusiva e clandestina (“As Secretas Estão a Violar a Lei?” 2014; Guimarães 2014; Lima 2015; Marcelino e Lima 2014), pese embora sem demonstração factual das mesmas. Por este motivo, impõe-se portanto alguma prudência relativamente à utilização destas fontes na leitura, análise e inferência de conclusões.

### *SIGINT*

A segunda categoria em apreço é a das Informações produzidas a partir de comunicações, sinais e emissões electrónicas de qualquer tipo, sobre as quais são aplicados processos de interceptação, captação e monitorização. Trata-se, portanto, da modalidade de *Intelligence* que à partida se apresenta mais incompatível com o contexto português, uma vez que diz respeito a procedimentos intrusivos explicitamente vedados aos serviços – as comumente denominadas *escutas*, que podem incidir sobre comunicações telefónicas, fax, tráfego de internet, entre outras<sup>97</sup>.

Como pôde ser observado no capítulo conceptual, o universo da SIGINT é tecnicamente vasto e pode abarcar vários graus de extensão e complexidade, tanto ao nível do objecto como ao nível do processo e do produto. Observando as restrições presentes na realidade de *Intelligence* nacional, em particular as de natureza financeira e legal, rapidamente se verifica que o espectro de possibilidades disponíveis aos serviços portugueses é necessariamente limitado, se não totalmente inexistente (Carvalho 2007b, 2). Em primeiro lugar, porque as grandes plataformas de recolha e tratamento de dados do tipo SIGINT – apanágio das grandes potências e onde se pode incluir a utilização de aparatos dispendiosos como satélites, antenas de recolha ou centros de processamento e análise (Todd and Bloch 2003, 51) – encontram-se fora do alcance nacional do ponto de vista orçamental. Em segundo,

---

<sup>97</sup> Art. 18º da LSI de 1987, seguido do Art. 27º da LSI de 2008.

porque as restantes possibilidades de interceptação de comunicações, ainda que de capacidades mais modestas, se encontram também elas vedadas aos serviços por motivos legais, facto que, aliás, é recorrentemente lembrado nas várias fontes disponíveis, tanto académicas como institucionais (Carvalho 2007, 2009; J. A. T. Pereira 2002; R. C. Pereira 2004; Reis e da Silva 2007; SIS 2014).

Porém, importa assinalar que em SIGINT nem sempre são utilizadas técnicas activamente intrusivas, pelo que podem existir algumas zonas de difícil delimitação material dos preceitos legais que vedam a interceptação de comunicações aos serviços portugueses. Processos de aquisição passiva de dados que não compreendam uma acção intrusiva, ou que não limitem os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, situam-se talvez numa zona cinzenta de possibilidades que, para um melhor apuramento de legitimidade, teriam que ser escrutinadas com um sólido conhecimento técnico e legal. Exemplos como a medição dos sinais sob a forma de análise de tráfego (*traffic analysis*) ou a captura de sinais que se encontrem inteiramente abertos podem porventura situar-se nessa zona de ambiguidade (Lowenthal 2009, 91–92; TCEIS 2001, 30–33), e devem, portanto, ser classificados com maior propriedade.

Justifica-se assim reflectir acerca da capacidade de interceptação de comunicações, mais concretamente, se tal estratégia seria positiva para as Informações nacionais, no quadro do Estado de Direito democrático presente em que se inscreve o SIRP. Considerando a premissa de que no mundo da *Intelligence* aproximadamente 90% das informações podem ser obtidas por via aberta e que as restantes 10% têm de ser obtidas por via intrusiva (Dias 2012, 117), incluindo a interceptação de comunicações, resta saber até que ponto é que as Informações nacionais não se estão a privar de um meio de actuação útil e imprescindível para as finalidades que prosseguem. Sobre isso, a doutrina apresenta-se dividida entre os especialistas<sup>98</sup>: por um lado, considera-se que o primado dos direitos, liberdades e garantias deve prevalecer sobre essa valência, e que se os serviços de Informações dispuserem de meios humanos de qualidade, meios técnicos sofisticados e elementos externos suficientes, é possível prescindir da interceptação de comunicações (Simões 2002, 187); por outro, é frequentemente afirmado que passados vários anos desde a estruturação do SIRP, as escutas são algo que pode ser inserido nas capacidades dos serviços de Informações, recordando que Portugal é uma excepção entre

---

<sup>98</sup> Para além das referências já mencionadas, a obra “Os Serviços Secretos em Portugal” de Pedro Simões contém uma secção de entrevistas onde este assunto é abordado. Nessas páginas é possível constatar os pareceres de várias pessoas ligadas a diversos sectores, com destaque para as Informações, política e *media*, onde várias posições são tomadas em relação à questão da interceptação de comunicações.

os seus países aliados nesta matéria, e que estas podem ser empregues sob uma adequada cobertura judicial (R. C. Pereira 2004, 419). A resolução deste debate apresenta-se ainda hoje inacabada.

Em todo o caso, o facto de os serviços de Informações portugueses não disporem deste tipo de prerrogativas não impede que, à sua volta, serviços análogos ou outras entidades hostis não estejam a empreender esse tipo de actividades. Prova disso é, aliás, a publicação oficial dos documentos SEGNAC<sup>99</sup>, que prevê justamente a segurança protectiva do objecto público face a ameaças desta natureza. Se os serviços portugueses operam neste domínio em desvantagem face a entidades terceiras, é uma questão que supera o âmbito deste ensaio.

### *OSINT*

A terceira e última categoria de *Intelligence* diz respeito à informação abertamente disponível – *Open Source Intelligence* (OSINT) na denominação anglófona – e que pode ser recolhida para a produção qualificada de Informações. Como foi afluído no capítulo conceptual, a OSINT compreende um vasto escopo de fontes, onde se incluem as várias plataformas de comunicação social, documentos oficiais e informação pública, publicações académicas e produção científica, e ainda o universo dos conteúdos livremente disponíveis na internet (Lowenthal 2009, 103). Este abundante universo de fontes pode dizer respeito a inúmeras temáticas, constituindo assim uma base de pesquisa útil e imediatamente disponível para os serviços de Informações (Lowenthal 2009, 107; Norton 2011, 66). A OSINT tem também a virtude de reduzir a necessidade de recorrer a outras disciplinas de *Intelligence*, ao limitar a utilização das fontes encobertas àquilo que não pôde ser verificado por via aberta (Steele 2009, 129).

A OSINT é uma das modalidades praticadas pelos serviços de Informações portugueses (Diogo 2012, 65; SIS 1998, 53, 2014a), o que não é tão susceptível de controvérsia quanto outros métodos e está em conformidade com a moldura legal vigente. Na perspectiva da *Intelligence*, os dados disponíveis em fontes abertas apresentam-se geralmente dispersos e desconexos, sendo necessário um cuidadoso trabalho de recolha, síntese e análise para que os mesmos possam ser transformados em produtos úteis (Norton 2011, 65). A informação recolhida é pesquisada através de métodos especializados e criteriosos, e coligida de acordo com processos direccionados para a extracção de Informações qualificadas, trabalho que é ulteriormente desempenhado pela Análise (Norton 2011, 65). Observando os documentos

---

<sup>99</sup> SEGNAC 1 a 4.

oficiais disponíveis, em particular os dados apresentados pelos Pareceres do Conselho de Fiscalização do SIRP e pelo RASI, os temas e conteúdos expostos apresentam-se consentâneos com a utilização prospectiva de OSINT na produção de Informações.

A utilização da OSINT por parte das Informações portuguesas é por vezes também associada à ideia de que os serviços não dispõem de meios de actuação completos, não obstante esta ser uma disciplina central na realidade actual da *Intelligence* (Diogo 2012, 11; “Reforma Nas Secretas Em Análise - Entrevista Ao Comandante Pedro Serradas Duarte” 2012). Porém, a disciplina é reconhecida na literatura de referência como de importância incontornável no trabalho dos serviços (Gibson 2013; Lowenthal 2009, 103–107; Norton 2011; Steele 2009), no que a sua utilização ao nível nacional pode ser reconhecida como uma mais-valia positiva, ao invés de um indício de insuficiência.

### *Análise*

Para além da recolha e tratamento de informação aqui explanados, há a acrescentar a fase ulterior da *análise*, componente qualificadora do trabalho de *Intelligence*, e que transforma informação em Informações. A análise é por isso mesmo parte integrante do trabalho desempenhado pelos serviços portugueses, e encontra-se reconhecida tanto ao nível institucional (SIED 2014; SIRP; SIS 1998, 2014) como legal<sup>100</sup>. Embora as técnicas empregues quer pelo SIS quer pelo SIED não sejam alvo de divulgação, e, por esse motivo, se encontrem indisponíveis ao conhecimento público, as suas principais noções encontram-se desenvolvidas em alguma da bibliografia de referência sobre o tema, como já ilustrado. Assim, por entre as técnicas de análise que poderão à partida ser utilizadas pelos serviços portugueses, podem-se incluir técnicas de *diagnóstico* e *verificação*, que visam a compilação e síntese dos elementos analisados, e as técnicas do tipo *criativo*, que operam em torno de modelos, cenários e perspectivas, que exploram possibilidades de interesse sobre o objecto em estudo (Dias 2012, 138–140).

Após este processo, pretende-se que o *output* produzido seja adequado, oportuno e preciso relativamente ao tema, e de grande utilidade para o consumidor final (P. Cardoso 2004, 150). Sobre esse aspecto as Informações produzidas pelos serviços portugueses demonstram

---

<sup>100</sup> Na versão mais recente, a análise encontra-se em “Meios de Actuação”, nos Arts.º 9.º e 12.º da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

ser alvo de elogio e reconhecimento por parte das entidades tutelares e outras<sup>101</sup>, resultado para o qual o bom trabalho de análise terá tido um contributo substancial (Diogo 2012, 65–66).

### *Outros Recursos*

Para além dos processos de recolha e tratamento de Informações, existem outros elementos importantes para a caracterização dos serviços nacionais ao nível dos seus meios e recursos, e que não dizem tanto respeito às categorias académicas de *Intelligence*. Desde logo merecem destaque os *centros de dados* do SIS e do SIED, estruturas desde sempre consagradas na legislação específica ao SIRP, às quais compete o processamento e conservação em arquivo magnético ou outro os dados e informação recolhidos e tratados<sup>102</sup>. Os centros de dados dos dois serviços encontram-se isolados um do outro, sendo que os critérios e as normas técnicas do seu funcionamento são determinados em sede do Conselho Superior de Informações<sup>103</sup>, cuja regulamentação não se encontra disponível no domínio público. Deve também ser recordado que, a par das Informações produzidas domesticamente, o SIS e o SIED contam também com a colaboração dos serviços congéneres de países amigos, dos quais recebem grandes quantidades de informação (Diogo 2012, 65–66)<sup>104</sup>.

Uma outra importante valência é a do acesso facilitado dos serviços a bases de dados do Estado (Diogo 2012, 84), uma capacidade que se encontra aliás prevista na legislação relativa ao SIRP sob a forma de *meios de actuação*, e que na versão mais recente é descrita como o *direito de acesso a todas as áreas públicas, ainda que de acesso condicionado, e privadas de acesso público, consideradas essenciais à prossecução das suas competências*<sup>105</sup>. Adicionalmente, o SIS, o SIED e o Secretário-Geral do SIRP beneficiam do dever de colaboração por parte dos serviços do Estado e respectivos funcionários, na prossecução dos seus deveres, com ênfase especial para as forças e serviços de segurança face ao SIS e as Forças Armadas face ao SIED<sup>106</sup>. Este dever é ainda extensível a entidades privadas que desenvolvam

---

<sup>101</sup> Estas apreciações apresentam-se reportadas, por exemplo, nos Pareceres mais recentes do Conselho de Fiscalização do SIRP.

<sup>102</sup> Art. 41º da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

<sup>103</sup> Art. 24º da LQ SIRP (2014).

<sup>104</sup> Também neste aspecto, que será analisado no capítulo seguinte, os Pareces do Conselho de Fiscalização do SIRP dão conta do fluxo de informação presente entre os serviços nacionais e estrangeiros.

<sup>105</sup> Art. 10º, ponto 1, da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro. Em teoria, o acesso a bases de dados relativas a informação fiscal, registo criminal, registo de viaturas, entre outras, é de grande utilidade para qualquer serviço de Informações (Todd and Bloch 2003, 35). Porém, não é possível no âmbito deste trabalho determinar com acuidade a natureza dessa relação, uma vez que se reveste de contornos legais e operacionais especializados.

<sup>106</sup> Art. 10º, pontos 3 e 4, da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.



actividade relevante no contexto de relação contratual com o Estado Português no âmbito das Informações<sup>107</sup>.

O SIS, o SIED e as restantes estruturas adscritas ao SIRP dispõem ainda de facilidades burocráticas ao nível da sua gestão financeira, que detendo o poder de classificar as suas despesas podem beneficiar da dispensa de fiscalização prévia do Tribunal de Contas e demais formalidades<sup>108</sup>. Nesse sentido, beneficiam igualmente da possibilidade de solicitar, nos termos da Lei, isenção de tributos taxas e emolumentos na aquisição de viaturas, equipamentos de segurança, telecomunicações, electrónica, laboratório, armamento e munições<sup>109</sup>.

Uma outra faculdade dos serviços de Informações é a de poderem criar identidades alternativas para os seus funcionários, o que inclui a emissão de documentos legais de identidade fictícia<sup>110</sup> e, segundo alguns registos, a codificação de diplomas, registos criminais, entre outros elementos biográficos (Diogo 2012, 85). O mesmo é aliás extensível aos meios materiais e equipamentos dos serviços, de que é exemplo a utilização de matrículas alternativas em viaturas<sup>111</sup>.

Por último, há a considerar a possibilidade dos funcionários e agentes do SIED, do SIS e do departamento comum de segurança poderem ter direito ao uso e porte de arma. Embora a aquisição de armamento e munições por parte dos serviços esteja prevista legalmente, a verdade é que os contornos específicos e a regulamentação dessa possibilidade são definidos por Despacho conjunto da tutela e do Secretário-Geral do SIRP<sup>112</sup>, presumivelmente classificado, não sendo possível determinar com clareza as duas especificidades.

### *Recursos Humanos*

O plano dos recursos humanos também se revela de grande interesse para a caracterização proposta neste capítulo, onde podem ser incluídos elementos como o número e perfil dos funcionários dos serviços, os atributos que lhes são desejáveis, e ainda o respectivo processo de recrutamento. Uma vez mais, a disponibilidade de fontes sólidas e críveis para a exploração do tópico revela-se escassa, sendo que as referências oficiais se localizam nos

---

<sup>107</sup> Art. 9º, ponto 2, da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

<sup>108</sup> Arts. 25º, 32º e 40º da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

<sup>109</sup> Art. 25º, 32º e 40º da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

<sup>110</sup> Art. 12º, ponto 1, da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

<sup>111</sup> Art. 12º, ponto 2, da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

<sup>112</sup> Art. 59º da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

documentos legais que regem as Informações nacionais, mais concretamente a respectiva Lei Orgânica<sup>113</sup>.

O perfil de um funcionário de *Intelligence* pode variar de acordo com a função que desempenha na organização. Segundo Daniel Sanches (Simões 2002, 180–181), magistrado e antigo Director-Geral do SIS, existe uma diferença entre o perfil de um analista, de um operacional e de um técnico de bastidores. Se o primeiro é um “intelectual superior”, com grande formação pessoal e dotado de conhecimentos sólidos em áreas abrangentes, já o operacional deve ser uma pessoa dinâmica e extremamente adaptável, com a capacidade de, qual actor, assumir e desempenhar papéis extrovertidos e sociáveis. Quanto à terceira figura, de que Daniel Sanches dá como exemplo o agente de vigilâncias, aponta-se um perfil essencialmente técnico, trabalhando com discrição (Simões 2002, 180–181). Embora estes atributos não sejam explicitamente mencionados nas referências oficiais, a Lei relativa à Orgânica do Secretário-Geral do SIRP, SIS e SIED<sup>114</sup> aponta vários outros pontos de interesse para a caracterização do perfil pretendido pelas Informações nacionais, alguns sob a denominação de *requisitos especiais*. Neles se incluem a nacionalidade portuguesa, uma idade compreendida entre os 21 e os 40 anos, habilitações como ensino obrigatório ou licenciatura relevante (de acordo com o nível do posto), domínio de línguas estrangeiras, uma reconhecida idoneidade cívica (critério fortemente reforçado com a LQ SIRP de 2014) e ainda uma elevada competência profissional e experiência válida para o exercício das funções<sup>115</sup>.

Outra componente importante no âmbito dos recursos humanos é o processo de recrutamento. Segundo a Lei Orgânica encontra-se previsto um processo de formação, avaliação e estágio dos novos funcionários<sup>116</sup>, que são submetidos a acções de formação, especialização, actualização e aperfeiçoamento consideradas adequadas ao exercício das funções nos serviços<sup>117</sup>. Segundo algumas referências literárias, a formação é constante e cobre dezenas de áreas, através da qual os agentes aprendem técnicas como as de vigilância e pesquisa, sendo inclusivamente organizadas aulas de teatro com professores que ensinam os agentes a representar (Diogo 2012, 84). A formação no estrangeiro é por vezes referida como parte integrante desse processo, no qual os agentes portugueses são enviados para cursos ministrados por serviços congéneres em países amigos (Diogo 2012, 84).

---

<sup>113</sup> Lei n.º 50/2014, de 13 de Agosto.

<sup>114</sup> Lei n.º 50/2014, de 13 de Agosto.

<sup>115</sup> Art. 62º da Lei n.º 50/2014, de 13 de Agosto.

<sup>116</sup> Art. 63º, 64º e 65º da Lei n.º 50/2014, de 13 de Agosto.

<sup>117</sup> Art. 64º, ponto 1, da Lei n.º 50/2014, de 13 de Agosto.

Segundo José Manuel Diogo, autor que em 2012 elaborou um pequeno volume sobre o SIS, o número actual de funcionários do SIS é de aproximadamente 600 funcionários, tendo o SIED cerca de 300 (Diogo 2012, 86–87). Estes valores, contudo, carecem de confirmação científica por parte do autor e não são sustentados por quaisquer referências, pelo que devem ser tomados a título indicativo.

### *Primeiras conclusões*

O presente capítulo teve por finalidade a exploração os meios e recursos à disposição dos serviços de Informações portugueses. Nesse sentido, procedeu-se primeiramente à exploração das possibilidades técnicas de recolha e análise de dados, recorrendo para isso às categorias e noções fornecidas pelo quadro conceptual de referência. Posteriormente, esta abordagem foi complementada com a averiguação de outros recursos de interesse e ainda com a introdução do plano dos recursos humanos, alargando a caracterização a outros domínios relevantes. Esse exercício permite que sejam retiradas algumas ilações, nomeadamente com referência ao que pôde ser determinado nos capítulos anteriores.

Em primeiro lugar, é de assinalar que o perfil geral dos serviços portugueses parece corresponder, na perspectiva dos seus meios de actuação, à dimensão menos volumosa que eventualmente se espera da *Intelligence* de um país pequeno, democrático e sem pretensões fortemente securitárias como seria o caso das grandes potências ou de regimes autoritários (Bruneau and Dombroski 2006; DCAF 2006, 6; Gill 1994, 60–82). Com efeito, as referências mencionadas neste subcapítulo indicam que o trabalho efectuado pelos serviços portugueses assenta maioritariamente nas fontes humanas (HUMINT), nas fontes abertas e disponíveis à generalidade do público (OSINT) e no subsequente trabalho de análise, categorias essas que para além de serem parte integrante do chamado “ciclo das Informações”, são também referenciadas como estando ao alcance de qualquer serviço de *Intelligence*. Mais ainda, o orçamento disponibilizado a cada um dos serviços individualmente e ao SIRP no seu todo sugere igualmente que a amplitude das práticas e das acções desenvolvidas não possa pautar-se por um dispêndio que, por força de um aparato de maior dimensão, fugisse a esta gama mais económica de produzir Informações.

Por outro lado, merece igualmente destaque a questão das restrições colocadas à interceptação de comunicações (COMINT), prática que se inscreve na categoria da *Intelligence*

de sinais (SIGINT). Sendo por vários autores considerada uma componente de grande importância nas capacidades de qualquer serviço de Informações, verifica-se que no caso português essa é uma valência que é mantida vedada ao âmbito do SIRP, porquanto em Portugal as disposições legais vigentes só abrem espaço a esse tipo de práticas em casos de investigação criminal, algo que está expressamente excluído das competências dos serviços. Como tal, justifica-se questionar até que ponto os serviços portugueses não se encontram privados de um meio de actuação essencial para a prossecução das suas finalidades, do qual as organizações congéneres de países aliados e democráticos beneficiam. Neste domínio o debate afigura-se essencialmente normativo, uma vez que as teses em confronto se localizam nos racionais dos direitos, liberdades e garantias, ao invés do escrutínio técnico das intercepções em si, cuja utilidade não parece ser colocada em causa. Em todo o caso, a capacidade de interceptar comunicações é recorrentemente reclamada por parte de vários autores relacionados com o sector, alguns dos quais ex-dirigentes dos serviços, que numa perspectiva académica sugerem inclusivamente a introdução de mecanismos de compromisso capazes de acomodar essa possibilidade, com as devidas modificações no plano jurídico (J. A. T. Pereira 2002, 164; R. C. Pereira 2004, 518–521). Pode igualmente ser recordado que os serviços portugueses contam com a colaboração de serviços congéneres estrangeiros, dos quais podem eventualmente receber informação complementar.

Mas independentemente dos meios de pesquisa e obtenção de informação, a componente a jusante sobre a qual também recai relevância, é a análise. Segundo o que é possível notar, esta é uma parte do trabalho de *Intelligence* que as várias referências assinalam como sendo desempenhada com elevados graus de competência pelos serviços portugueses. Efectivamente, vários documentos oficiais referentes ao SIRP, e também alguma da literatura relativa ao tema, dão conta de que o trabalho de análise dos serviços de Informações portugueses granjeia os melhores elogios, fruto porventura do elevado grau de preparação dos seus quadros, e que de certa forma concorre para a compensação de eventuais insuficiências que as limitações de dimensão, meios de actuação e dotações financeiras possam causar. Relacionados com as partes de pesquisa e análise encontram-se, aliás, os centros de dados, onde os serviços procedem ao processamento e conservação dos dados e informações recolhidos no âmbito da sua actividade. A sua provisão legal desde 1984, revestida de trâmites processuais específicos, atesta que da parte do legislador foi reconhecida uma importância elevada à capacidade de os serviços disporem de um domínio privativo para o manuseamento especializado de dados.

No plano do relacionamento com as restantes instituições do Estado, as facilidades e permissões que os serviços beneficiam, constitui-se também uma vantagem adicional. Por um lado, as faculdades conferidas ao nível da classificação de despesas, documentos e despachos, da dispensa de publicitação e justificação de vários dos seus actos administrativos, e da isenção de tributos e demais fiscalidades, vêm delinear aos serviços um quadro facilitador para o desempenho das suas funções, a que se acresce a possibilidade da codificação de identidades alternativas para os funcionários, agentes, meios materiais e equipamentos dos serviços de Informações, que se processa através de protocolos com as entidades competentes. A actividade dos serviços de Informações, já por si secreta, é desta forma complementada por níveis de classificação adicional, que diminui a visibilidade pública do seu funcionamento burocrático e administrativo. Por outro lado, o direito de acesso às restantes áreas do Estado<sup>118</sup> permite a obtenção de dados em áreas mais alargadas, embora na perspectiva desta investigação não seja possível determinar a extensão desse acesso.

Finalmente, também o plano dos recursos suscita alguns comentários adicionais. Segundo os dados apresentados, o perfil dos funcionários dos serviços de Informações privilegia, independentemente da categoria ocupada, um conjunto de características imprescindíveis, e cujo peso é realçado, designadamente, o elevado nível de preparação profissional e académica, o conhecimento alargado de áreas de estudo diversas, o domínio de línguas estrangeiras, e ainda, embora não menos importante, um elevado nível de ética e idoneidade.

O facto de todos estes elementos se encontrarem legalmente previstos, demonstra que o Estado reconhece vários dos requisitos específicos das Informações, porquanto se constata a existência de um intento direccionado nesse sentido.

Assinaladas estas reflexões, o seguinte capítulo irá centrar-se nas actividades desenvolvidas pelos serviços de Informações. Através da exploração das várias fontes disponíveis, na sua maioria oficiais, procurar-se-á dar conta daquilo que têm sido os temas das principais missões desempenhadas no âmbito do SIRP.

#### **5.4 O Quadro Operacional e Missões**

A análise do produto operacional constitui-se como uma importante etapa para a caracterização dos serviços de Informações, uma vez que é através da mesma que torna

---

<sup>118</sup> Que de acordo com a Lei deve ser devidamente justificado.

possível recensear a natureza das actividades que estes desenvolvem, assim como o grau de profundidade e sucesso daí resultante.

No intuito de desenvolver esse escrutínio, optou-se por uma linha de levantamento empírico baseada em informação oficial de acesso público, complementada com outros elementos e referências relativas ao tema, nomeadamente na bibliografia revista. Os documentos escolhidos para esse efeito consistem nas várias edições do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), consagrado na Lei de Segurança Interna<sup>119</sup> e apresentado pelo Governo à Assembleia da República, e ainda nos Pareceres do Conselho de Fiscalização do SIRP<sup>120</sup>, emitido anualmente e exclusivamente respeitante a questões relacionadas com a actividade dos serviços<sup>121</sup>.

A análise proposta também implica a compreensão de um conjunto de distinções essenciais relativamente aos conteúdos apresentados, designadamente as transformações provocadas no panorama de segurança com o 11 de Setembro de 2001, a distância cronológica que separa a activação efectiva a dois serviços do SIRP, o SIS e o SIED, e ainda a própria disponibilidade das fontes em análise, que apresentam quantidade e profundidade em graus diferenciados ao longo dos vários anos.

Começando a análise pelos primeiros anos do SIRP, os primeiros documentos apontam à partida para a não concretização plena do organograma previsto na LQ SIRP de 1984, assim como os efeitos da criação de raiz do serviço verdadeiramente instaurado nesse contexto, o SIS. Indica-se nesse sentido o tempo em que o serviço não desempenhou as actividades consignadas por lei em virtude de estar em regime de instalação<sup>122</sup>, assim como é assinalada a sobreposição de funções entre SIED e o SIM no campo do terrorismo e espionagem, estes últimos não materialmente concretizados<sup>123</sup>. Com poucos mais conteúdos relativamente ao quotidiano das Informações nacionais nesse período, é somente a partir do início da década de 1990 que os

---

<sup>119</sup> Art. 7º, ponto 3, LSI (1987).

<sup>120</sup> Recorde-se que este órgão assumia, até 2004, a designação de Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.

<sup>121</sup> No caso do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), a secção analisada foi a especificamente referente à actividade de Informações. De notar ainda que a extensão e profundidade de ambos os documentos apresenta enormes variações ao longo dos anos, sendo os mais antigos os de menor qualidade.

<sup>122</sup> Segundo o Parecer do CFSIRP para 1986/1987 a duração desse período terá sido de cerca de um ano.

<sup>123</sup> Pareceres de 1986/1987 e RASI 1988/1989.

dados disponíveis começam a revelar em contornos mais claros a natureza das actividades desenvolvidas<sup>124</sup>.

Na primeira metade dos anos 90, as orientações do SIS são dirigidas por um conjunto de fenómenos de segurança que ocorrem tanto do plano interno como externo. Começa desde logo por merecer destaque o caso das FP-25, organização terrorista nacional que se manteve activa grande parte da década de 1980, que é por esta altura tida como estando em franco processo de pacificação e com um grau de ameaça vigiado mas já decrescendo<sup>125</sup>. Por outro lado, ainda no domínio do terrorismo, são acompanhados os principais desenvolvimentos no plano internacional, em particular as actividades de organizações como a ETA, o IRA, e outras organizações oriundas do Magrebe e Médio Oriente. Sobre essa realidade considera-se que o risco de decorrerem acções terroristas em Portugal é diminuto, sendo o trabalho do SIS essencialmente preventivo e direccionado para o controlo da utilização do território nacional como local de trânsito ou base de apoio por parte dessas organizações<sup>126</sup>. A ligação aos principais acontecimentos internacionais revela-se de grande importância no enquadramento das missões desenvolvidas, com menção especial para a Guerra do Golfo, as incertezas vividas em Angola e Moçambique, e ainda a reconfiguração política e geoestratégica provocada com o fim da URSS e a abertura da Europa de Leste<sup>127</sup>.

Uma outra prioridade importante para o SIS durante este período foi a contraespionagem. O serviço regista por esta altura uma intensa actividade operacional por parte de serviços de Informações estrangeiros, alguns deles considerados hostis. Oriundos da Ásia, África, Médio Oriente e do Leste Europeu<sup>128</sup>, os seus principais interesses passam pelo aliciamento de fontes privilegiadas no sentido da captura de informações de natureza política, económica e tecnológica, pela tentativa de contorno a embargos comerciais e ainda, em alguns casos, pela perseguição e intimidação de dissidentes exilados. Considera-se que essa linha de acção, beneficiada pelo fim da Guerra Fria e pelo abrandamento da polarização política mundial, utiliza a liberalização dos canais de comunicação bilateral, designadamente culturais e

---

<sup>124</sup> Os primeiros dados surgem associadas ao ano de 1990 (Parecer de 1990), onde é pela primeira vez mencionado o desempenho por parte do SIS de actividades relacionadas com o seu objecto, isto é, Informações de segurança interna, que não são contudo especificadas.

<sup>125</sup> RASI de 1991 a 1996.

<sup>126</sup> A detecção de esconderijos da organização terrorista galega Galícia-Ceive veio alertar para a possibilidade de Portugal ter utilizado como base de apoio para organizações deste tipo (RASI de 1991).

<sup>127</sup> RASI de 1991 a 1993.

<sup>128</sup> As estruturas de recolha externa que sobraram do desmantelamento do KGB continuaram a manter a sua actividade, utilizando para isso os contactos comerciais e as *joint-ventures* como cobertura para as suas acções.

comerciais, para expandir o grau de operações e prospecção<sup>129</sup>. O trabalho desenvolvido pelo SIS terá consistido no acompanhamento e prevenção destas actividades, na aprendizagem dos seus métodos, e na disseminação pelas entidades relevantes.

No campo da segurança interna, fenómenos como a criminalidade urbana, o tráfico de estupefacientes e os extremismos ideológicos e raciais são o principal tema em destaque. O SIS é referenciado como tendo estado atento às dinâmicas de marginalidade surgidas nos grandes centros populacionais a partir de meados da década, algumas delas com forte conotação étnica, e com incidência particular em Lisboa e Porto, situação a que está associado um ambiente de insegurança susceptível de constituir uma ameaça ao Estado de Direito. Sobre o tráfico de estupefacientes, é notado um acelerado crescimento desta actividade, manifesto não apenas pela intensificação de material transaccionado<sup>130</sup> como também pelo aparecimento de outros fenómenos associados ao seu comércio e consumo<sup>131</sup>. A degradação sentida nesse domínio revela-se conectada aos fenómenos de extremismo racial, sendo assinalado o aparecimento das primeiras correntes de extremismo ideológico-racial na malha social urbana, mormente sob a forma de grupos *skinhead* de extrema-direita. De resto, constata-se igualmente o aparecimento de fenómenos religiosos não tradicionais, como seja o caso de organizações de que são exemplo, entre outras, a IURD, potencialmente geradoras de mobilização e de radicalização, e que se movem através de métodos de financiamento susceptíveis de configurar coerção<sup>132</sup>.

No âmbito do crime transnacional, são acompanhadas as organizações dedicadas ao tráfico de estupefacientes, sendo igualmente identificado o fenómeno da imigração ilegal através do surgimento de redes dedicadas. Registam-se também indícios de crime económico sob a forma de branqueamento de capitais em sectores como o financeiro e o imobiliário, e ainda algumas tentativas de prospecção e proliferação de materiais maliciosos do tipo NBQ<sup>133</sup>.

Este quadro de ameaças manteve-se relativamente imutável até ao final da década de 1990, tendo o SIS permanecido atento à evolução deste tipo de fenómenos, apurando os seus principais desenvolvimentos<sup>134</sup>. No campo do terrorismo os casos internacionais continuaram a requerer o acompanhamento das Informações nacionais, na medida em que os atentados

---

<sup>129</sup> Especial menção é feita relativamente à Bulgária, Cuba e Polónia, cuja actividade assenta numa estratégia de recolha através dos sectores cultural e económico.

<sup>130</sup> A relação é feita através do volume de apreensões, que cresce em altíssimas percentagens a partir do final da década de 1990 até ao início da de 2000. Especial atenção a esse fenómeno é dada no RASI de 1997, sendo depois acompanhado nos relatórios subsequentes.

<sup>131</sup> O RASI de 1995 chega mesmo a referir-se especificamente aos chamados *arrumadores*, identificado essa actividade como uma ramificação do tráfico de estupefacientes.

<sup>132</sup> RASI de 1995.

<sup>133</sup> RASI de 1995. A sigla NBQ denomina os materiais de natureza nuclear, biológica e química.

<sup>134</sup> RASI de 1995, 1996, 1997 e 2000.



perpetrados não apenas envolviam aparatosos contornos, mas também por também ter sido registada a morte de cidadãos de nacionalidade portuguesa<sup>135</sup>. No domínio da criminalidade é notado o aparecimento de máfias estrangeiras<sup>136</sup> em território nacional e ainda o avolumar dos fenómenos de marginalidade urbana relacionados com o tráfico de estupefacientes. Detecta-se também por essa altura a presença de redes transnacionais dedicadas a várias actividades ilícitas, tais como o tráfico de armas e a imigração ilegal em larga escala, situação indiciadora de que Portugal poderia estar a ser usado como local de trânsito preponderante para essas finalidades, ou até mesmo como destino final<sup>137</sup>. Por fim, refira-se a atenção prestada ao crime económico, mais propriamente sob a forma de branqueamento de capitais obtidos através de actividades, susceptíveis de estar relacionadas com ameaças à segurança interna<sup>138</sup>. Uma última nota tem ainda de ser dirigida às alterações produzidas pela LQ SIRP de 1995, que recupera o serviço de Informações Estratégicas de Defesa previsto em 1984, a partir de então dotado de uma vertente militar e sob a forma do SIEDM. Tendo arrancado em regime de instalação pouco tempo depois de instaurada a nova orgânica do Sistema, o SIEDM é porém envolvido num agitado caso mediático que o força a reiniciar a sua estruturação. Será somente após a viragem para os anos 2000 que este serviço retoma a operabilidade normal (R. M. Pinto 2004, 486), e que os resultados das suas actividades começam a constar nas fontes em análise.

Com efeito, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 vieram modificar grandemente o objecto das actividades desenvolvidas pelo SIRP. Configurando, naturalmente, um incremento substancial na intensidade do terrorismo internacional, os serviços de Informações portugueses viram o seu quadro de prioridades modificado a fim de corresponder às novas necessidades de segurança<sup>139</sup>. Iniciaram assim uma maior cooperação com os serviços congéneres dos países democráticos aliados, tanto de âmbito bilateral como multilateral, com quem foram estabelecidas pontes de contacto permanente<sup>140</sup>. O SIS integra por essa altura o Gabinete Coordenador de Segurança (GAT) e a Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT) no sentido de promover uma sua melhor integração na condução dos trabalhos da competência desses órgãos.

Os atentados de Madrid em 2004 e o assassinato do cineasta Theo Van Gogh contribuíram para incrementar o sentimento de ameaça terrorista vivido internacionalmente, e

---

<sup>135</sup> O RASI de 1996 dá conta de uma série de acções terroristas que envolveram, designadamente, sequestro de aviões, utilização de engenhos explosivos, ou invasão de instalações diplomáticas.

<sup>136</sup> Refere-se especificamente as oriundas da China, Leste Europeu e África.

<sup>137</sup> RASI de 1997.

<sup>138</sup> RASI de 2000.

<sup>139</sup> RASI de 2001 em diante.

<sup>140</sup> RASI de 2001 a 2004.

concorreram para a clarificação da tipologia de ameaça em causa, corporizada no fundamentalismo islâmico<sup>141</sup>. Durante esse período chega mesmo a registar-se o trânsito por Portugal de indivíduos associados a estruturas terroristas de inspiração islâmica, dedicados à prospecção de fundos e falsificação de documentos, entre outros (Diogo 2012)<sup>142</sup>. É porém referido que, no que concerne o território nacional, não são revelados indícios de ameaça terrorista directa. Considera-se aliás que o elevado grau de assimilação dos valores culturais portugueses por parte da comunidade islâmica nacional permite considerar que não existe um nexo entre ambas as realidades<sup>143</sup>, naturalmente sem prejuízo para com os esforços de vigilância prosseguidos. No campo da proliferação de materiais maliciosos, são por esta altura detectadas tentativas de aquisição em Portugal de bens considerados de *dual use*, isto é, susceptíveis de utilização tanto para fins civis como militares. Mencione-se também a entrada do SIS no PSI – *Proliferation Security Initiative* – que reuniu organizações congéneres de vários países aliados<sup>144</sup>.

Um acontecimento que mereceu em Portugal importante dedicação por parte dos serviços de Informações foi o campeonato de futebol EURO 2004, evento complexo que exigiu um elevado grau de coordenação e preparação (Fernando 2007; Fonseca 2004; Mesquita 2004). O SIS desenvolveu um programa de segurança que permitiu assegurar, de forma integrada, a representação do serviço junto das entidades responsáveis pelo planeamento de segurança do evento, a manutenção de linhas de cooperação nacional e internacional e a difusão de avaliações de ameaça, estas últimas radicadas no fenómeno da violência desportiva sob a forma de hooliganismo, violência urbana e claques violentas<sup>145</sup>. Apesar destas exigências, os serviços de Informações nacionais também dedicaram atenção ao plano da segurança interna tradicional. Já sob o novo arranjo orgânico instituído pela LQ SIRP de 2004, fenómenos como a actividade de espionagem hostil, o extremismo racial e ideológico, o tráfico de droga e o crime transnacional mereceram acompanhamento, tendo inclusivamente em alguns casos revelado recrudescimento<sup>146</sup>.

No campo da contraespionagem, os relatórios disponíveis dão conta que as dinâmicas de segurança imprimidas durante esse período, onde no plano internacional se incluem intervenções militares de grande escala no Afeganistão e a 2ª Guerra do Golfo, reflectiram-se

---

<sup>141</sup> RASI de 2004.

<sup>142</sup> Esta informação é explicitamente confirmada por José Manuel Diogo na obra citada, embora careça de referências bibliográficas ou outro tipo de confirmação científica.

<sup>143</sup> RASI de 2003.

<sup>144</sup> RASI de 2003.

<sup>145</sup> RASI de 2003 e 2004.

<sup>146</sup> RASI de 2001 a 2004.

também numa maior actividade em território nacional por parte dos serviços de Informações de nações aliadas, como também por parte de outros considerados hostis<sup>147</sup>.

O último intervalo do período de tempo em análise, compreendido entre a segunda metade da década de 2000 até ao ano presente, é caracterizado por uma substancial melhoria no desempenho dos serviços de Informações e na sua capacidade produtiva, fruto do arranjo orgânico mais favorável à coordenação e também do grau de maturidade atingida passados vinte anos do estabelecimento do SIRP<sup>148</sup>. A atestar essa melhoria está o aumento de intercâmbio de informações com serviços e entidades congéneres, o aumento da produção interna de relatórios, e ainda a crescente requisição dos serviços nacionais em acções de formação específica da área<sup>149</sup>.

Sobre o trabalho desenvolvido durante este intervalo de tempo mais recente, o terrorismo continuou a manter uma posição de topo nas preocupações das Informações nacionais, sendo que apesar da improbabilidade de ocorrências directas no território nacional continua-se a manter vigilância apertada sobre o fenómeno, uma vez que Portugal é percebido como plataforma logística e de trânsito por parte de várias organizações<sup>150</sup>. Prova disso terá sido por exemplo, em 2009, a descoberta de uma casa utilizada pela ETA na vila de Óbidos para o armazenamento de material explosivo (Barroso 2010; Marcelino 2010)<sup>151</sup>. Assim, os serviços empreenderam um trabalho de acompanhamento e identificação de indivíduos suspeitos de pertencerem a grupos extremistas, assim como às redes que os possam apoiar financeira e logisticamente, trabalho levado a cabo em cooperação com entidades nacionais com serviços congéneres de outros países, assim como com a PJ e o SEF a nível nacional<sup>152</sup>. Refira-se igualmente que nos anos mais recentes foram detectados os primeiros indícios de radicalização e adesão a extremismo de matriz islâmica, nos quais a internet tem assumido um papel preponderante.

---

<sup>147</sup> RASI de 2001 a 2004.

<sup>148</sup> Segundo as estatísticas apresentadas pelo Parecer do CFSIRP de 2009, a produção de relatórios aumentou 54%. Aumentou também o número de ordens de pesquisa, interpretado como indício de crescente operacionalidade.

<sup>149</sup> O RASI de 2012 dá conta que nesse ano o SIS ministrou 17 acções de formação, e participou, através de alguns dos seus funcionários, em 57 formações externas.

<sup>150</sup> RASI de 2008 a 2013.

<sup>151</sup> Não obstante esta consideração, José Manuel Diogo (Diogo 2012) afirma que em 2008, na sequência da detenção de fundamentalistas em Espanha, foram descobertos planos de ataques terroristas a vários países, entre os quais Portugal.

<sup>152</sup> Parecer do CFSIRP de 2009.

| Produção Global do Serviço (SAÍDAS)     |      |      |                    |
|---|------|------|--------------------|
| Documento                               | 2010 | 2011 | Variação 2010/2011 |
| Relatório de Informações (RINF)         | 226  | 253  | +27 (+11,94%)      |
| Relatório de Notícia (RNOT)             | 424  | 466  | +42 (+9,9%)        |
| Relatório Especial de Informações (REI) | 34   | 38   | +4 (+11,76%)       |

Fig. 17 - Evolução da produção de documentos do SIS para os anos de 2010 e 2011<sup>153</sup>.

|            | JAN  | FEV  | MAR | ABR   | MAI  | JUN  | JUL | AGO   | SET   | OUT  | NOV   | DEZ   | Total |
|------------|------|------|-----|-------|------|------|-----|-------|-------|------|-------|-------|-------|
| 2008       | 127  | 135  | 121 | 154   | 112  | 123  | 145 | 116   | 129   | 129  | 130   | 101   | 1522  |
| 2009       | 148  | 155  | 158 | 156   | 176  | 161  | 156 | 117   | 142   | 147  | 159   | 152   | 1827  |
| 2010       | 197  | 180  | 185 | 192   | 178  | 180  | 195 | 138   | 219   | 248  | 240   | 172   | 2324  |
| Variação % | 33,1 | 16,1 | 17  | 23,07 | 1,13 | 11,8 | 25  | 17,94 | 54,22 | 68,7 | 50,94 | 13,15 | 27,2  |

Fig. 18 - Evolução da produção de documentos do SIED entre 2008 e 2010<sup>154</sup>

No plano das Informações externas, o principal trabalho neste domínio tem sido desenvolvido pelo SIED. Recorrendo a uma estratégia de detecção e alerta precoce de ameaças e riscos, o serviço procede à caracterização dos fenómenos e à identificação das principais linhas de tendência, visando a criação de mecanismos de informações que possibilitem auxiliar o decisor político no processo de tomada de decisão, inclusivamente no que concerne à adopção de políticas de segurança interna. Trata-se assim de um trabalho essencialmente prospectivo direccionado para as zonas de interesse estratégico para Portugal, designadamente o Magrebe, os PALOP, o Médio Oriente, entre outras, auscultando as principais dinâmicas relevantes para o quadro das Informações estratégicas e de defesa<sup>155</sup>. Houve um enfoque

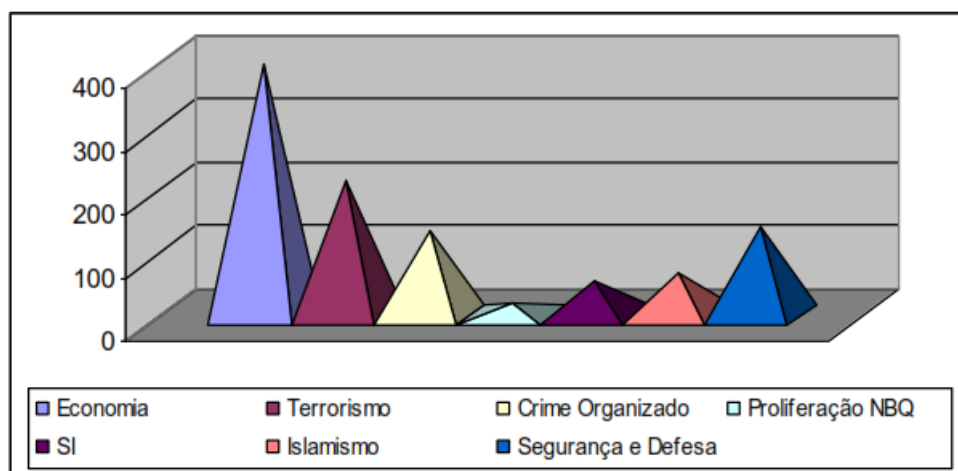
<sup>153</sup> Tabela retirada do Parecer do CFSIRP de 2011.

<sup>154</sup> Tabela retirada do Parecer do CFSIRP de 2010.

<sup>155</sup> Os relatórios elaborados pelo SIED repartem-se, genericamente, em dois grupos: relatórios centrados em zonas geográficas específicas e relatórios de temática supra-regional. Os primeiros centram-se em regiões de interesse estratégico para Portugal, nomeadamente as que podem afectar a economia nacional e a sua segurança, ou as que constituem teatros de operações onde existem contingentes militares, integrados em forças multinacionais. Os relatórios de cariz supra-regional (ou de apreciação e monitorização globais) centraram-se em temas sensíveis como a economia e os recursos naturais, incluindo a questão energética, o terrorismo nas suas várias vertentes, a criminalidade organizada transnacional, política internacional, a actividade de serviços de Informações estrangeiros e a proliferação de armas NBQ (Nuclear, Biológica e Química). Já relativamente ao SIS, o tipo de

particular relativamente às zonas de conflito declarado, como os países onde se desenvolveu a chamada “Primavera Árabe”, sobretudo nos Estados situados na orla sul do Mediterrâneo, onde Portugal possui interesses económicos ou dependência energética.

As principais áreas temáticas do trabalho desenvolvido pelo SIED são a economia<sup>156</sup>, com destaque para a energia e recursos naturais, o terrorismo, o crime organizado e ainda a segurança e defesa nacional, caso esse de que são exemplo os esforços empreendidos no acompanhamento da presença de contingentes militares portugueses em zonas de conflito externas<sup>157</sup>.



*Fig. 19 - Gráfico com a produção temática do SIED para o ano de 2010, em número de documentos<sup>158</sup>. Os rácios apresentados são elucidativos da distribuição de prioridades do serviço<sup>159</sup>.*

O campo da contraespionagem também revelou ser de grande importância na actividade das Informações nacionais durante este último período. Efectuou-se o acompanhamento da actividade dos serviços de Informações estrangeiros que mais se manifestam em Portugal, e uma avaliação integrada das respectivas conclusões, disseminadas pelas restantes forças de segurança. A actividade de espionagem dirigida a Portugal, encarada como hostil, tem demonstrado nos anos mais recentes ser movida por objectivos algo

documentos produzidos demonstram pelos dados disponíveis estar divididos nas seguintes categorias: Relatório de Informações (RINF), Relatório de Notícias (RNOT), Relatório Especial de Informações (REI), Memorandos, Informações, Documentos avulsos, Ordens de Pesquisa e Ofícios.

<sup>156</sup> Neste âmbito foram examinadas questões relacionadas com a recessão económica e financeira mundial, bem como as respeitantes aos problemas ambientais, nomeadamente o mercado energético e do carbono. Foram tidas em conta também as transferências de tecnologia, aspectos de cariz industrial, entre outras.

<sup>157</sup> Pareceres do CFSIRP de 2007 a 2013.

<sup>158</sup> Imagem retirada do Parecer do CFSIRP de 2010.

<sup>159</sup> Gráfico retirado do Parecer do CFSIRP de 2010.

diferentes<sup>160</sup>, assentes na prospecção de tecnologia e informações sensíveis do âmbito económico, militar e político<sup>161</sup>, inclusivamente através de métodos informáticos susceptíveis de configurar cibercrime e ciberterrorismo<sup>162</sup>. Por outro lado, acontecimentos como a Cimeira da NATO de 2010<sup>163</sup> ou a visita do Papa Bento XVI a Portugal configuraram situações que suscitaram o acompanhamento e avaliação próxima de situações de ameaça, que se consubstanciou na criação de um amplo dispositivo de avaliação e monitorização dos elementos identificados, suspeitos e relacionados<sup>164</sup>.

No plano da segurança interna, o trabalho desempenhado pelos serviços demonstra nos últimos anos uma adaptação à natureza das ameaças mais recentes, das quais se evidenciam os movimentos relacionados com violência urbana e insurreição organizada, potencialmente movidos por objectivos ideológicos subversivos. Os focos identificados com esse fenómeno foram sobretudo os movimentos anarco-libertários e anti-capitalistas, que apresentaram um maior grau de actividade e dinamismo, assim como os grupos de extrema-direita, associados a correntes neonazis e *skinhead*, e ainda a movimentos políticos minoritários dotados de projecção mediática<sup>165</sup>.

A título de finalização, as missões aqui apresentadas suscitam ainda um conjunto de comentários adicionais. O primeiro diz respeito às restrições orçamentais sentidas nos últimos anos, situação por demais referenciada nos documentos oficiais analisados para a constituição deste capítulo. Com efeito, as limitações financeiras impostas aos serviços de Informações, manifestas entre outras coisas na carência de recursos humanos e de resto partilhadas transversalmente com toda a estrutura pública nacional, têm colocado fortes restrições que obrigaram a rigorosas medidas de gestão para não pôr em crise a operacionalidade exigida. Porém, não obstante essa adversidade, os documentos disponíveis apontam para que apesar de algumas variações na produtividade os serviços têm logrado cumprir com as suas funções

---

<sup>160</sup> O RASI de 2009 dá conta que algumas dessas actividades tiveram mesmo repercussão internacional, com a detecção e neutralização de um elemento estrangeiro que, com a cobertura de cidadão nacional, procedeu ao recrutamento e instrumentalização de um alto funcionário de país aliado.

<sup>161</sup> O SIS mantém desde 2009 o Programa de Segurança Económica (PSE), que tem como objectivo sensibilizar e apoiar entidades detentoras de valor e conhecimento económico sensível, disponibilizando um conjunto de medidas preventivas de sensibilização, de alerta e de apoio à tomada de decisão das organizações, dispondo de uma equipa preparada para o apoio permanente forma permanente. O PSE dispõe de uma página *online*, e pode ser consultada em <http://www.pse.com.pt/>.

<sup>162</sup> Pareceres do CFSIRP de 2010 e 2011.

<sup>163</sup> Ao longo dessa cimeira foi visível um incremento da actividade operacional desses SI hostis, tendo, igualmente, sido possível verificar, fruto da cooperação internacional, a existência de indícios fortes de que o nosso território poderá estar novamente a ser utilizado pelos seus operacionais no desenvolvimento de actividades encobertas.

<sup>164</sup> Parecer do CFSIRP de 2010.

<sup>165</sup> RASI 2010.

essenciais, não se verificando uma quebra acentuada do número de relatórios<sup>166</sup>. Ademais, é recorrentemente afirmado que os serviços têm ano após ano cumprido com as orientações do Conselho Superior de Informações, assim como a qualidade do produto final da sua actividade tem sido reconhecida pelos seus destinatários<sup>167</sup>.

As actividades desenvolvidas no quadro do SIRP desde 1984, conforme explanadas ao longo destas linhas, podem ser sintetizadas através da esquematização das suas principais áreas temáticas em face dos intervalos cronológicos definidos nas sucessivas LQ SIRP. A seguinte tabela exprime esse esforço de simplificação, e reúne uma súmula daquilo que se pode identificar como sendo o produto operacional dos serviços de Informações nacionais de acordo com as fontes citadas.

|           |      | Principais Tópicos   | Apreciação Global  |
|-----------|------|--|--|
| 1984-1995 | SIS  | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Terrorismo: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Processo de pacificação das FP-25;</li> <li>○ Terrorismo Internacional perpetrado por organizações como o IRA, RTA, e Galícia Gleive, assim como dos grupos radicados no Médio Oriente;</li> <li>○ Prevenção da utilização do território nacional como local de trânsito e apoio ao terrorismo;</li> </ul> </li> <li>– Contraespionagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Acompanhamento da actividade hostil oriunda de África, Ásia, Médio Oriente e Leste;</li> <li>○ O fim do bloco soviético modificou o perfil da actividade de Informações dos respectivos países;</li> <li>○ A actividade hostil desenvolvida em território nacional tem como finalidade a captura de informações de natureza política e tecnológica, assim como a perseguição de dissidentes;</li> </ul> </li> <li>– Segurança interna: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Criminalidade urbana organizada e tráfico de estupefacientes;</li> <li>○ Extremismos ideológicos e raciais;</li> <li>○ Crime transnacional relacionado com narcotráfico, imigração ilegal, crime económico, tráfico de armas e proliferação de materiais maliciosos;</li> <li>○ Aparecimento das primeiras máfias estrangeiras;</li> </ul> </li> </ul> | <p>Implementação e início de actividades.</p> <p>Estruturas do serviço começam a ganhar volume. Serviço começa a ganhar experiência.</p> |
|           | SIED | Não activado.  | Não aplicável.   |

<sup>166</sup> Pareceres do CFSIRP de 2009 a 2013.

<sup>167</sup> Esta é uma afirmação transversal a todos os documentos que foram analisados, com uma ênfase mais declaradamente reconhecedora nos últimos anos.

|           |       |  |   |
|-----------|-------|--|---|
| 1995-2004 | SIS   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Terrorismo: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Acontecimentos do 11 de Setembro modificam o objecto das Informações nacionais;</li> <li>o Terrorismo Internacional, com enfoque especial para o terrorismo de matriz islâmica;</li> <li>o Portugal utilizado como local de trânsito de terroristas islâmicos;</li> </ul> </li> <li>- Contraespionagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Aumento de actividade em território nacional de serviços de Informações hostis e de nações aliadas;</li> <li>o A actividade hostil está relacionada com os sectores económico, político, militar e tecnológico.</li> </ul> </li> <li>- Segurança interna: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Criminalidade organizada e fenómenos de marginalidade urbana;</li> <li>o Extremismos ideológicos e raciais;</li> <li>o Crime transnacional relacionado com narcotráfico, imigração ilegal, crime económico, tráfico de armas e proliferação de materiais maliciosos;</li> </ul> </li> <li>- Acontecimentos de relevo: <ul style="list-style-type: none"> <li>o EURO 2004;</li> </ul> </li> <li>- Cooperação com os serviços congéneres a nível internacional;</li> </ul>   | <p>Consolidação.</p> <p>Serviço integra-se nas estruturas do Estado e participa activamente nas mesmas. Aumento significativo da cooperação internacional.</p>  |
|           | SIEDM | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento de zonas geográficas específicas e zonas supra-regionais relevantes para as prioridades estratégicas nacionais: PALOP, Magrebe, Médio Oriente;</li> <li>- Temas relacionados com as atribuições do SIEDM, relevantes para os interesses estratégicos nacionais: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Política, economia, tecnologia, recursos nacionais, energia e ambiente;</li> <li>o Terrorismo internacional, designadamente o de inspiração islâmica;</li> <li>o Criminalidade organizada transnacional, redes de financiamento do terrorismo e pirataria;</li> <li>o Proliferação de materiais maliciosos, designadamente NBQ (Nuclear, Biológica e Química);</li> <li>o Contingentes portugueses no estrangeiro;</li> </ul> </li> <li>- Cooperação com os serviços congéneres a nível internacional;</li> </ul>   | <p>Implementação e início de actividades.</p> <p>O SIEDM é afectado pelas consequências do caso mediático em que é envolvido em 1999.</p>   |
| 2004-2014 | SIS   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Terrorismo: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Utilização do território nacional como local de trânsito e plataforma de apoio por parte de organizações terroristas;</li> <li>o Início dos fenómenos de radicalização em território nacional, em particular de matriz islâmica;</li> <li>o Intensificação das ciberameaças.</li> <li>o O SIS integra vários grupos de trabalho dedicados ao terrorismo;</li> </ul> </li> <li>- Contraespionagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Aumento de actividade em território nacional de serviços de Informações hostis e de nações aliadas;</li> <li>o Objecto da actividade hostil é direccionada para os sectores económico, tecnológico político e militar, e ganha crescente agressividade;</li> <li>o O SIS cria o Programa de Segurança Económica (PSE);</li> </ul> </li> <li>- Segurança interna: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Criminalidade organizada e fenómenos de marginalidade urbana;</li> <li>o Recrudescimento de movimentos extremistas organizados, de matriz racial e ideológica;</li> <li>o Proliferação de materiais maliciosos, designadamente NBQ (Nuclear, Biológica e Química);</li> <li>o Crime transnacional relacionado com narcotráfico, imigração ilegal, crime económico, tráfico de armas;</li> </ul> </li> <li>- Acontecimentos de relevo: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Cimeira da NATO (2010);</li> <li>o Visita do Papa Bento XVI (2010);</li> </ul> </li> <li>- Cooperação com os serviços congéneres a nível internacional;</li> </ul> | <p>Serviço consolidado e com experiência na área.</p> <p>Está bem integrado no aparelho do Estado e desempenha activamente as missões consignadas. Apresenta bons níveis de operacionalidade e a qualidade do seu trabalho é reconhecida nacional e internacionalmente.</p> <p>Restrições orçamentais dos anos mais recentes vêm contudo afectar a produção de Informações.</p> |



|      |   |   |
|------|---|---|
| SIED | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento de zonas geográficas específicas e zonas supra-regionais relevantes para as prioridades estratégicas nacionais: PALOP, Magrebe, Médio Oriente;</li> <li>- Temas relacionados com as atribuições do SIEDM, relevantes para os interesses estratégicos nacionais:               <ul style="list-style-type: none"> <li>o Política, economia, tecnologia, recursos nacionais, energia e ambiente;</li> <li>o Terrorismo internacional, designadamente o de inspiração islâmica;</li> <li>o Criminalidade organizada transnacional, redes de financiamento do terrorismo e pirataria;</li> <li>o Proliferação de materiais maliciosos, designadamente NBQ (Nuclear, Biológica e Química);</li> <li>o Contingentes portugueses no estrangeiro;</li> </ul> </li> <li>- Cooperação com os serviços congéneres a nível internacional;</li> <li>- Acompanhamento dos contingentes militares portugueses presentes em missões internacionais no estrangeiro;</li> </ul> | <p>Serviço integrado e consolidado nas estruturas do Estado, que desempenha activamente as missões consignadas.</p> <p>Apresenta bons níveis de operacionalidade e a qualidade do seu trabalho é reconhecida nacional e internacionalmente.</p> <p>Restrições orçamentais dos anos mais recentes vêm afectar a produção de Informações.</p> |
|      |   |   |

Fig. 20 – Tabela com os principais tópicos operacionais do SIS e do SIED ao longo dos anos, e respectivo estágio evolutivo.

### *Primeiras conclusões*

Através da análise efectuada ao longo do presente capítulo, foi possível elaborar um retrato geral daquilo que tem sido o produto operacional do âmbito do SIRP. Recorreu-se, nesse sentido, à utilização de dois importantes documentos oficiais relacionados com o sector – o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) e os Pareceres do Conselho de Fiscalização do SIRP – o que permitiu o levantamento, em certa medida detalhado, dos principais tópicos, desafios e acontecimentos que têm movido as Informações nacionais ao longo das últimas três décadas, e ainda a avaliação dos seus decorrentes resultados operacionais. Considerando que os mesmos estão inerentemente investidos de credibilidade institucional, torna-se igualmente possível reportar os conteúdos descritos a um grau de solidez metodológica que se impõe como essencial perante a opacidade natural do tema<sup>168</sup>. Percorrido o produto operacional de acordo com os mesmos, justificam-se algumas reflexões sobre os conteúdos em apreço.

<sup>168</sup> Embora este tivesse sido um esforço susceptível de se confrontar com a natural opacidade do meio, e ainda com as evidentes limitações legais à obtenção de informação mais detalhada sobre o seu quotidiano, a verdade é que os documentos em apreço possibilitaram em grande parte uma perspectiva rica e substanciada sobre os principais contornos das Informações nacionais.

Desde logo, é possível verificar a evolução temática atravessada pelas Informações nacionais ao longo do tempo, em relação com as grandes tendências de segurança vividas nos últimos trinta anos: uma inicial, orientada pelo contexto da Guerra Fria e com as preocupações de segurança domésticas; a do pós Guerra Fria, que abarca toda a década de 1990 e tem patente o aparecimento de novas e mais difusas ameaças de segurança interna e externa; e a mais recente, que tem início com o 11 de Setembro de 2001 e se encontra grandemente vinculada ao fenómeno do terrorismo internacional de matriz islâmica, a par de outras preocupações de foro interno. As Informações nacionais cumprem a sua quota-parte em face do enquadramento internacional a que pertencem, porventura actuando como um pequeno posto no interior de uma rede de dimensão maior. Verifica-se que a actividade dos serviços de Informações nacionais correspondeu a essa evolução, embora sempre com uma orientação ajustada às características do contexto nacional, como ficou patente no caso doméstico do combate às FP25 ou do acompanhamento em território nacional de organizações terroristas como a ETA ou da Al-Qaeda e grupos associados.

No que concerne aos principais tópicos de actividade dos serviços, a análise efectuada permitiu detectar um conjunto de assuntos sobre os quais estes se dedicam maioritariamente. No caso do SIS, a actividade de Informações de segurança apresenta-se centrada na contraespionagem, na prevenção e acompanhamento do terrorismo (em particular o de matriz islâmica), na criminalidade organizada nacional e internacional de vários tipos, assim como em outras ameaças à segurança interna, como são o caso da marginalidade urbana, do extremismo político-ideológico ou do cibercrime. Já no caso do SIED, os documentos analisados revelam uma actividade de *Intelligence* virada para o plano internacional, assente no acompanhamento de questões de relevância estratégica e política para as prioridades nacionais em áreas geopolíticas seleccionadas. Dessa orientação é exemplo o trabalho prosseguido em torno de assuntos relacionados com Economia, política, crime organizado, segurança e defesa, terrorismo e islamismo, complementado com um trabalho adicional em áreas como a proliferação e a contraespionagem. Esta distinção temática entre os dois serviços confirma aliás a diferença de perfil que estruturalmente existe entre ambos: por um lado, o SIS em posse das Informações de segurança interna e com um papel tendencialmente preventivo; e por outro o SIED com as Informações estratégicas e de defesa, de perfil essencialmente prospectivo.

Refira-se, por fim, os efeitos da trajectória concretização institucional do SIRP, em particular o desfasamento temporal entre o SIS e o SIED, e ainda a sucessão de reformas legais do Sistema. Os serviços foram ganhando relevo institucional no Estado português ao longo dos

anos, conquistando a sua maioridade operacional a partir da década de 1990. O trabalho desempenhado foi melhorando à medida que a experiência e a consolidação institucional se acumulou, sendo que a sua qualidade é hoje nacional e internacionalmente reconhecida, em particular pelas tutelas, não obstante os efeitos causados pelas restrições orçamentais que se têm feito sentir nos anos mais recentes.

O capítulo seguinte irá empreender um exercício crítico sobre a generalidade das dimensões empíricas exploradas nos capítulos anteriores, e, invocando para isso a base conceptual inicialmente adiantada, procurar-se-á efectuar uma análise crítica alargada aos serviços de Informações da República Portuguesa.

## 6. ANÁLISE CRÍTICA

O objectivo primordial da presente dissertação é o de retratar a *Intelligence* nacional no presente período democrático, e assim responder à pergunta de partida inicialmente proposta: *quais as estruturas, missões, e recursos dos serviços de Informações portuguesas?* Efectuou-se para isso um alinhamento temático composto, por um lado, pelo enquadramento conceptual, histórico e institucional, e, por outro, pela exploração de um conjunto de dimensões consideradas axiais para a sua compreensão. Esse exercício foi também reforçado com uma alargada componente de levantamento e exploração empírica, que possibilitou a introdução de novos dados e o preenchimento de vazios temáticos face ao que se encontra disponível no panorama bibliográfico actual. Do ponto de vista metodológico, o esforço empreendido permitiu efectuar a aproximação entre três domínios interligados – conceptual, histórico-legal e empírico – proporcionando-se agora um recorte mais preciso e aprofundado sobre os elementos que estruturam este tema. O vasto conjunto de referências dispersas foi portanto reunido, encontrando-se agregado num objecto de estudo unificado.

O presente capítulo tem por objectivo proceder à sistematização final dos conteúdos que foram explorados nos capítulos anteriores, proporcionando deste modo o encontro entre os conceitos, a história e os dados empíricos. Por outras palavras, pretende-se ao longo das próximas páginas retomar as questões analisadas em detalhe nos capítulos anteriores, e produzir assim uma reflexão crítica com vista a oferecer uma abordagem cruzada das várias dimensões que foram estudadas, e proporcionar uma leitura coerente, integrada e caracterizadora sobre os serviços de Informações portuguesas.

### 6.1 Aspectos Conceptuais

A primeira parte da dissertação consistiu na resenha dos principais aspectos conceptuais atinentes à área da *Intelligence*. Tendo sido disposta uma base conceptual útil para a compreensão do universo das Informações, é possível rever agora os pontos relevantes para o enquadramento do caso específico português.

Em primeiro lugar, a *Intelligence* define-se enquanto exercício qualificado de pesquisa e tratamento de informação, essencial para a tomada de decisão política em áreas como a diplomacia, economia, segurança e defesa. Nesse sentido, os Estados modernos dotam-se de estruturas especializadas para o exercício dessa actividade, que se constituem como órgãos

especializados na pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação de informações úteis para a acção optimizada (P. Cardoso 2004). São, por esse motivo, organizações de carácter imprescindível, que pela sua particularidade e especialização se encontram geralmente revestidas pelo sigilo e discrição (Bispo 2004, 81).

O segundo passo visou compreender como os serviços de Informações actuam na prossecução das suas finalidades. Sobre isso, o quadro conceptual de referência fornece igualmente um conjunto abrangente de conceitos e categorias, que expressam a natureza das fontes de informação, a variedade de linhas de acção disponíveis, e ainda as propriedades técnicas implicadas nos respectivos processos. Constatase que a tipologia vigente – que denomina as *disciplinas de Intelligence* (*INT's*) – compreende a produção de Informações através de várias modalidades, onde se incluem as fontes humanas (*HUMINT*), comunicações, sinais e emissões electrónicas (*SIGINT*), observação gráfica (*GEOINT*) e ainda as denominadas fontes abertas, disponíveis ao público (*OSINT*). É igualmente neste plano que se inclui o emprego dos meios invasivos, isto é, a penetração encoberta da capa de segredo do alvo sem o seu consentimento (Bispo 2004, 81), na qual se podem incluir vários tipos de acções encobertas e de espionagem (TCEIS 2001, 25–26). Posterior aos processos de recolha e tratamento de informação, encontra-se a fase da análise, componente-base de todo o trabalho de *Intelligence* (Romana 2004, 264–265). Enquanto processo de avaliação e interpretação de conteúdos, a análise é responsável por conferir sentido ao volume de informação recolhida pelos processos de pesquisa e tratamento (Bispo 2004, 78), e dessa forma produzir informações sintetizadas e adequadas face às necessidades do consumidor final (P. Cardoso 2004, 150; Lowenthal 2009, 87–88). O trabalho de análise é diverso e complexo, e a sua taxinomia divide-se em função das técnicas empregues, da finalidade do *output* e também da natureza do objecto analisado (Dias 2012, 136). Por fim, ao trajecto efectuado entre a obtenção da informação, o seu processamento e análise, e a sua entrega ao consumidor final, cabe a designação teórica de *ciclo das Informações* (Lowenthal 2009, 65–67).

Não obstante a identificação destas fases, as Informações produzidas por um serviço de *Intelligence* podem também variar em função da sua natureza e finalidade, existindo assim dois tipos principais de Informações: de *segurança* e *estratégicas* (Romana 2008, 99–100). As Informações de segurança apresentam um quadro conceptual dirigido à identificação e contextualização de ameaças ao Estado e à sociedade, com um forte pendor preventivo, e radicam-se primordialmente no domínio territorial e legal interno. Já as Informações estratégicas são orientadas por prioridades consideradas sensíveis para os interesses políticos, económicos,

diplomáticos, culturais e militares do Estado (Romana 2008, 99–100), e inscrevem-se num esforço proactivo e prolongado no tempo, que é geográfica e geopoliticamente abrangente. Esta dicotomia entre as Informações estratégicas e de segurança está, aliás, de acordo com a divisão clássica entre Informações internas e externas, a qual resulta frequentemente na formação de serviços especializados em cada uma das vertentes. Analogamente, o modelo orgânico dessas organizações pode ser diverso, havendo vários tipos de soluções institucionais implantadas nos vários países (Carvalho 2007a, 202–219).

O arranjo institucional dos serviços e a atribuição das suas capacidades, se encarado em abstracto, é vasto e encontra-se aberto a qualquer combinação entre as possibilidades técnicas anteriormente enunciadas. No entanto, a arquitectura escolhida para um aparelho de Informações, assim como a sua dotação de meios, recursos e prerrogativas é algo que nos Estados de Direito democráticos é definido superiormente pelos responsáveis políticos, em função das suas valorizações, prioridades e possibilidades. Ou seja, o tipo de serviços implementados, o volume e natureza dos seus recursos, ou a sua inscrição legal e institucional é codificado em função de um compromisso multidimensional, que se pretende virtuoso em função das prioridades vigentes. Em estreita relação com este raciocínio encontra-se, aliás, o conceito de *cultura de Informações*, que através de um conjunto de dimensões principais – dimensão *estratégica*, *política*, *organizacional* e *societária* – define a forma particular com que os serviços se integram na macroestrutura envolvente e como participam conjuntamente na mesma (Phythian 2013).

Todos estes elementos conceptuais foram alinhados com vista a fornecer fundamentos úteis para a compreensão do universo das Informações e, a partir daí, melhor interpretar e avaliar o caso concreto dos serviços de Informações portugueses.

## **6.2 Percurso Histórico – Legal**

A história das Informações portuguesas desde Abril de 1974 até ao momento presente foi complexa e por vezes atribulada. Nela se contaram vários momentos de avanço e recuo, tendo a implementação do SIRP sido iniciada em 1984, através de sucessivas reformas e alterações estruturais que resultaram num perfil evolutivo que, à distância de trinta anos, se aparenta lento e heterogéneo. A observação desse percurso permite que se retirem algumas reflexões.

Desde logo, delimitaram-se quatro períodos distintos no desenvolvimento desse trajecto (1974-1984, 1984-1995, 1995-2004, e 2004-presente), cada um deles correspondendo a diferentes enquadramentos legais, estágios evolutivos e a arranjos institucionais face à tutela.

Na fase inicial, o hiato de dez anos percorrido entre a mudança de regime – e a extinção da PIDE/DGS – e a fundação de um aparelho de *Intelligence* regular e devidamente inscrito na nova ordem democrática, caracteriza-se pela enorme resistência que as forças políticas e sociais demonstraram face à reintegração destas funções no aparelho do Estado, não obstante os laboriosos esforços dos seus principais apologistas, de que é figura exemplar Pedro Cardoso. É possível afirmar que a experiência da polícia política junto da sociedade portuguesa originou um “trauma” político e histórico face à existência de serviços de Informações, e induziu um registo de hostilidade e indiferença no regime vigente, com fortes implicações ao nível legal e institucional (Gouveia 2007, 176; Vegar 2007, 264–265). A década compreendida entre 1974 e 1984 está, portanto, sob este aspecto, marcada pela ausência de Informações na estrutura do Estado (Gouveia 2007, 177).

O aparelho de Informações acaba por ser instituído em 1984 sob a forma do SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa – numa altura em que a insegurança provocada por acções terroristas de várias organizações se fazia sentir na sociedade portuguesa. Ao longo das décadas seguintes, o SIRP sofreu um total de três alterações orgânicas de fundo, fruto das sucessivas edições da Lei Quadro. A primeira fase, que compreendia três serviços de Informações distintos, fica à partida marcada pelo arranque individual do SIS, em 1986, em contraponto com a não-activação do SIED e do SIM, após se ter compreendido a inoperância do modelo de instalação simultânea que estava em causa, aliás seguido apenas pelas grandes potências (Monteiro 2004, 465). O intervalo seguinte tem início com a LQ SIRP de 1995, que elimina o SIM, adiciona ao SIED uma componente militar (sob a forma do SIEDM), e procede ao rearranjo orgânico dos dois serviços face aos fluxos de dependência tutelar, remetendo-os para a dependência dos respectivos Ministérios. O SIEDM tem finalmente o seu arranque a partir de 1997, ainda que sob as pressões negativas resultantes das perturbações mediáticas que atravessa por essa altura (R. M. Pinto 2004, 486). O terceiro período contemplado tem início em 2004, quando uma nova LQ SIRP vem reconfigurar, uma vez mais, a orgânica do Sistema de Informações. Para além da exclusão das Informações militares do SIRP (o SIEDM retoma a sua denominação original de SIED), os serviços de Informações são removidos da dependência tutelar delegada e passam a estar adscritos a uma entidade única – o Secretário-Geral do SIRP – por sua vez depende exclusivamente do Primeiro-Ministro.

Trata-se, pois, de um modelo de fusão pelo topo, com ganhos substanciais ao nível da eficiência e coordenação, reflectindo porventura o entendimento de que a actividade da *Intelligence* deveria ser encarada com mais determinação após os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 (Gouveia 2007, 168–169; J. A. T. Pereira 2002). A solução implementada foi entretanto reforçada com a introdução das denominadas Estruturas Comuns e de uma orgânica transversal aos serviços <sup>169</sup>, assim como pelo acréscimo dos mecanismos de fiscalização interna <sup>170</sup>.

O itinerário efectuado pelo SIRP ao longo destes períodos é portanto caracterizado por um ritmo de consolidação irregular na orla do Estado. O facto de o Sistema ter experimentado três modelos orgânicos distintos ao longo dos últimos trinta anos, associado à forma como a implementação dos seus serviços se processou descompassadamente, vem evidenciar a tese de que as Informações se encontram na periferia das prioridades políticas (P. Cardoso 2004; Gouveia 2007; R. C. Pereira 2004; Vegar 2007). Em todo o caso, o modelo conseguido a partir de 2004, aparenta ter adquirido um bom grau de estabilidade, assim como a solução implementada parece corresponder, do ponto de vista qualitativo, a uma orgânica mais funcional, dinâmica e interligada.

O percurso histórico das Informações em Portugal encontra-se, porém, interligado com os desenvolvimentos sentidos ao nível dos documentos reguladores, o mesmo é dizer, com o plano da evolução legal. A esfera das Informações inscreve-se no plano legal português em dois níveis distintos, um primeiro ao nível das Leis gerais do Estado, e um segundo ao nível da legislação específica. Com efeito, é nas Leis fundamentais do Estado português que se encontram as primeiras referências à área das Informações, em particular na Constituição da República (CRP) e na Lei de Segurança Interna (LSI). O seu objecto primordial é descrito como sendo a segurança colectiva do Estado e da nação, e a existência do SIRP, enquanto aparelho especializado, é justificado pelas necessidades preventivas sobre os actos ou ameaças que, pela sua natureza, possam pôr em causa o Estado de Direito democrático. Nesse sentido, a legislação concede um contexto especializado para as Informações, concedendo-lhes em exclusivo essa função e munindo-as do segredo de Estado, no que lhes reconhece a necessidade de provisões específicas e confirma a sua ligação essencial para com os racionais da democracia e segurança (R. C. Pereira 2013).

---

<sup>169</sup> Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.

<sup>170</sup> Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de Agosto.



As disposições específicas das Informações são portanto realizadas a um nível ulterior, materializado pelas Leis Quadro do SIRP e pelas Leis Orgânicas dos respectivos serviços, que definem aspectos da orgânica interna, princípios gerais de actuação, fiscalização, entre outros. Nesse plano, desde logo visível, encontra-se o encadeamento sucessivo das suas várias edições, situação que está na origem do percurso institucionalmente atribulado do SIRP. Verifica-se, inclusivamente, que grande parte das alterações introduzidas em cada um desses diplomas se firma quer na orgânica do Sistema, quer nos princípios gerais, raramente enveredando ao nível de outros aspectos estruturantes como os meios de actuação. Daí a Lei Quadro do SIRP ser frequentemente encarada como insuficiente face às necessidades operativas dos serviços de Informações, estando redigida com um intento marcado pela prudência face às suas potencialidades, radicando-se na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (Negrão 2013; P. M. Pinto 2013).

As linhas gerais vertidas aquando da concepção do modelo de Informações situaram-se, pois, em prioridades de outra natureza. Desde logo, na criação de vários serviços com o presumível propósito de evitar a concentração de poderes (R. C. Pereira 2004, 515–516), mantendo-os incomunicáveis em alguns domínios<sup>171</sup> e na dependência de fluxos tutelares separados, situação que veio a ser contornada apenas em 2004, através da introdução da figura do Secretário-Geral do SIRP (Carvalho 2007a; Gouveia 2007, 178–179). Por outro lado, instituíram-se dois mecanismos de fiscalização exclusiva com vista ao escrutínio das actividades desenvolvidas pelos serviços, ocupados por magistrado ou outros especialistas em Direito, cujos poderes vão sendo continuamente ampliados nas sucessivas actualizações legais (R. C. Pereira 2004; Reis e da Silva 2007). Finalmente, ao nível da atribuição de meios, a legislação das Informações revela-se restritiva, indicando sobretudo aquilo que os serviços de Informações não podem fazer, ao invés de definir positivamente as suas capacidades nesse domínio (Negrão 2013; R. C. Pereira 2013; P. M. Pinto 2013).

A leitura geral destas tendências permite, assim, afirmar que as opções fundamentais do legislador têm sido orientadas pelo carácter restritivo da actividade das Informações, no qual o interesse de manter os serviços circunscritos a uma zona bem delimitada onde não ocorram excessos, é manifestamente mais presente do que o intento de lhes conferir meios e prerrogativas com clareza. Este debate, que se mantém actualmente, está particularmente patente na questão da interceptação de comunicações e outros meios invasivos, que, volvidos quarenta anos da mudança de regime em Portugal, permanecem holisticamente vedados à

---

<sup>171</sup> Refira-se, nomeadamente, o caso dos Centros de Dados.

*Intelligence* nacional, em consequência daquilo que vários autores identificam como sendo o complexo histórico da PIDE/DGS (Negrão 2013; R. C. Pereira 2013). Não obstante a reflexão da questão académica e política nos últimos anos, e ainda algumas evoluções substanciais ao nível da coordenação e orgânica, este registo tem, no seu essencial, sido mantido até aos dias de hoje.

Apesar de todas estas questões, é igualmente forçoso reconhecer que em face do percurso de três décadas atravessado pelo SIRP, o momento presente é indubitavelmente aquele que demonstra uma maior maturação do ponto de vista legal, e o mesmo é dizer, histórico e institucional. A orgânica de coordenação pelo topo, a fusão de departamentos redundantes, o capital de experiência e consolidação de ambos os serviços, obriga a concluir que esta seja já uma fase de maioridade nas Informações nacionais, independentemente de várias vertentes requererem ainda algumas melhorias.

De resto, deve também ser indicado que o domínio da legislação é um dos indicadores mais relevantes para a compreensão da própria cultura de Informações em Portugal, porquanto é esse o veículo através do qual o poder político faz, dentro dos limites definidos pela Constituição, verter a sua concepção de *Intelligence*, em ligação directa com as sensibilidades sociais, culturais e históricas da nação. Identifica-se pois, sob este ponto de vista, a predominância dos vectores social, político e organizacional proposta pelos modelos conceptuais atinentes a esse modelo interpretativo.

### **6.3 Chefias, Recursos Financeiros, Meios Técnicos e Missões Desempenhadas**

Após exploradas as componentes conceptual e histórico-legal, procedeu-se ao levantamento detalhado de dimensões estruturantes dos serviços de Informações, a saber, os quadros dirigentes, os recursos financeiros, os meios técnicos e, finalmente, o produto operacional. Visou-se assim reunir outros elementos igualmente relevantes para a caracterização dos serviços de Informações nacionais, pela via de levantamento empírico para cada um desses domínios, recorrendo para isso a informação publicamente disponível e à bibliografia de referência. Os resultados obtidos através desse esforço que foram expostos nos capítulos anteriores, podem ser sistematizados no seguinte conjunto de conclusões.

Sobre a primeira dimensão, o levantamento sociodemográfico efectuado permitiu traçar o perfil-tipo dos titulares dos vários cargos que habitam a esfera do SIRP. Foi efectuada

uma divisão entre quatro grupos principais – Serviços, Fiscalização, Conselho Superior de Informações (CSI) e Tutela – no que, tendo sido analisados isoladamente, se positivaram as tendências, características e particularidades de cada tipo de cargo, com ênfase especial às chefias dos serviços de Informações.

Começando pois por este grupo, os dados recolhidos apontam para um perfil relativamente bem definido. Os titulares dos cargos de topo dos serviços tratam-se, na sua maioria, de indivíduos formados na área do Direito, com idade compreendida entre os 40 e os 50 anos, sendo todos eles oriundos do sector profissional do Estado. Do ponto de vista ocupacional, a profissão exercida varia de acordo com o serviço, sendo maioritariamente a de magistrado ou jurista no caso do SIS, e de diplomata e militar no caso do SIED. Em ambos os serviços se verifica, todavia, que a maioria dos titulares dessas posições não é oriunda da própria carreira de Informações, sendo que, em média, o tempo de permanência no cargo se situa nos dois anos e meio<sup>172</sup>.

A dissemelhança ao nível profissional registada entre os dois serviços, sugere preferências distintas aquando do momento da nomeação, uma vez que, como observado no capítulo legal, a escolha para o cargo é definida superiormente. No caso do SIS, é possível colocar a hipótese de que a escolha de pessoal ligado à área da justiça poderá estar associada à função interna e legalista do serviço, onde a natureza das suas missões porventura implica uma coordenação de topo devidamente sensibilizada nesse domínio. Já no caso do SIED, a maioria das chefias assenta em pessoal da carreira diplomática e militar, o que atendendo à natureza externa e prospectiva do serviço, sugere a necessidade de um equilíbrio entre mundividência, mobilidade em espaço exterior, e operacionalidade (Romana 2014). Em todo o caso, além destas preferências, pode ser identificado um possível fenómeno corporativista, porquanto as três instituições principais contempladas – militar, diplomática e magistratura – se revezam ciclicamente nas mesmas posições, facto a que igualmente não será estranha a dinâmica dos ciclos políticos, está aliás em relação parcial com os tempos de permanência no cargo (Romana 2014).

Da análise dos restantes cargos contidos no organograma do SIRP, foi também possível evidenciar algumas tendências. No caso da fiscalização, os seus membros apresentaram um perfil altamente especializado, com formação maioritariamente em direito, e com uma alocação profissional dividida entre os sectores da justiça, política e militar. Já as

---

<sup>172</sup> Referimo-nos, portanto, aos casos em que o tempo de permanência no cargo ou ultrapassa largamente esse valor, ou em que é manifestamente mais curto.

tutelas, por seu turno, revelam uma natureza oposta à da especialização, constando-se uma dispersão generalizada nos seus indicadores, com especial ênfase para outras áreas profissionais e de formação, assim como para a forte penetração do sector privado. Por fim, o Conselho Superior de Informações, enquanto órgão consultivo em que as várias esferas se combinam, detém características intermédias em vários níveis como consequência natural dessa fusão. No geral, o perfil detectado para cada um dos tipos de cargos é elucidativo da natureza do posto que ocupam, e constitui também um indicador importante para a compreensão da forma como está constituída a relação entre serviços de Informações, órgãos de fiscalização e tutela política. Efectivamente, os cargos dessas entidades são um elemento importante para a caracterização macrológica do SIRP, porquanto revelam o pendor pretendido para cada um dos seus órgãos constituintes e indiciam as preferências políticas no que concerne ao controlo das Informações.

A segunda dimensão empírica explorada foi a dos recursos financeiros. Como explicado, a obtenção dos dados processou-se a partir dos Orçamentos de Estado (OE) de cada ano, em cujos documentos se inscrevem as verbas consignadas aos órgãos do SIRP. Tendo sido recolhidos e tabelados todos os valores publicados desde a data de surgimento da primeira rubrica (1987), foram de seguida efectuadas uma série de operações matemáticas a fim de conferir uma interpretação financeiramente ajustada e actualizada, a fim de proporcionar uma avaliação ponderada e integral da evolução orçamental dos serviços ao longo dos últimos trinta anos.

A observação dos resultados e da sua representação gráfica permitiu verificar o comportamento dinâmico do orçamento atribuído às Informações, cujo percurso se segmentou em três intervalos distintos (1986-1997, 1998-2008, e 2009-presente), cada um com a sua particularidade evolutiva. O primeiro é balizado pela existência em exclusivo do SIS, o segundo pelo aparecimento em paralelo do SIEDM e o terceiro tem início após reestruturação da orgânica do SIRP na sequência da criação do Gabinete do Secretário-Geral e Estruturas Comuns. A análise detalhada de cada uma dessas três fases permitiu apontar algumas relações face ao ambiente político, securitário e histórico envolvente. Em alguns casos, chegou-se mesmo a identificar algumas tendências de aparente contraciclo em relação à ordem previsível, tendo suscitado os devidos reparos.

De facto, as primeiras duas décadas são caracterizadas por um constante incremento na alocação orçamental das Informações, acelerada aliás pela criação do SIEDM, em 1997. Este ritmo de crescimento abarca, do ponto de vista cronológico, os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 e suas consequências posteriores, período no qual as Informações internas

vêm o seu orçamento reforçado em quase 50% face à marca de 2000<sup>173</sup>. A dotação orçamental do SIRP atinge o seu pico máximo em 2008, na sequência da adição da rubrica do Gabinete do Secretário-Geral e Estruturas Comuns<sup>174</sup>, momento após o qual se registou uma contracção continuada dos montantes, fenómeno a que não são estranhos os ganhos de eficiência produzidos pela Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro, assim como o esforço de contenção orçamental vigente<sup>175</sup>. Actualmente, os montantes orçados ao SIRP estão em níveis iguais aos do ano de 2006, com cerca de 25 milhões de Euros. Porém, os valores orçamentais em absoluto, quando comparados com a percentagem que representam na Execução Orçamental (EO), vêm demonstrar algumas tendências divergentes. Efectivamente, o crescimento da percentagem de EO que exprime as Informações, é marcadamente acentuado apenas entre 1987 e 2000, tendo sido verificado o seu declínio generalizado desde então, ainda que, como se viu, os valores absolutos tenham crescido durante vários anos. Actualmente, as verbas consignadas ao SIRP representam cerca de 0.02% da EO do Estado, uma cifra que se tem mantido estável desde 2010.

No geral, cabe aqui assinalar que os valores hoje atribuídos às Informações são inequivocamente superiores aos que se registaram nas primeiras duas décadas do SIRP. No interior dessa esfera, o serviço que historicamente tem recebido maiores montantes é o SIS, numa proporção quase duas vezes superior ao SIED, indiciando uma maior preocupação estatal com o plano das Informações internas de segurança, em detrimento das externas. Essa superioridade é ultrapassada apenas desde 2011, pelo Gabinete do Secretário-Geral.

Considerando que as capacidades financeiras dos serviços de Informações estão em relação próxima com a dimensão dos recursos técnicos que os mesmos podem dispor ou adquirir, o conhecimento dos montantes atribuídos revela-se essencial para a delimitação dos meios de actuação que lhes estão disponíveis. Para o caso português, as verbas auferidas encontram-se numa escala que reduz os serviços nacionais a um aparato cuja dimensão necessariamente não poderá estar ao nível das plataformas dispendiosos que são empregues pelas grandes potências mundiais, restringindo as suas possibilidades de actuação a um conjunto limitado de categorias.

A terceira dimensão estudada foi a dos recursos e processos técnicos utilizados pelos serviços de Informações, através do cruzamento de vários planos de conteúdos, que resultaram

---

<sup>173</sup> Valor resultante da diferença orçamental registada entre 2000 e 2003.

<sup>174</sup> Recorde-se que o valor atingido nesse ano foi de aproximadamente 30 milhões de Euros.

<sup>175</sup> Os efeitos alegadamente causados pelos cortes orçamentais nas Informações estão referenciados no capítulo dos Recursos Financeiros, onde se dão conta de algumas notícias sobre o assunto.

na identificação e recorte mais aprofundado das principais componentes de trabalho dos serviços, e ainda no recenseamento de outros recursos complementares.

Do ponto de vista dos meios de actuação, verificou-se que as principais disciplinas de *Intelligence* empregues pelos serviços portugueses na pesquisa e tratamento de informação são a HUMINT e a OSINT, que designam, respectivamente, as Informações produzidas a partir de fontes humanas e as fontes abertas disponíveis à generalidade do público. De fora fica a capacidade de interceptar comunicações (COMINT), uma vez que os serviços estão excluídos do enquadramento legal que legitima a utilização desse tipo de meios. O confronto entre as modalidades técnicas envolvidas nesses processos e a zona de restrições definida pelas normas legais vigentes não deixou dúvidas relativamente a esse respeito, porquanto o substrato resultante da interceptação do plano legal português com o universo especializado da técnica SIGINT se apresenta inteiramente vedado, sobrando apenas algumas possibilidades difusas que teriam que ser analisadas mais aprofundadamente.

Considerando que a característica qualificadora de um serviço de Informações é porventura a sua capacidade de ir mais além na pesquisa de Informações, isto é, a sua natureza excepcional de serviço especializado ao dispor do poder Estatal, e que Portugal é excepção neste domínio face aos seus aliados democráticos (Carvalho 2009b; J. A. T. Pereira 2002, 163–164; R. C. Pereira 2004, 518–519; Duarte 2012; Vegar 2007, 148–149), o debate existente entre a restrição e a concessão dessa capacidade está na origem de uma clivagem entre os principais especialistas. No fundo, trata-se de perguntar se os serviços de Informações portugueses se encontram desnecessariamente à margem de um precioso instrumento para a prossecução das suas finalidades. Impõe-se, assim, a reflexão sobre se a dotação de vertentes do tipo invasivo – onde se inclui a interceptação de comunicações – não é um elemento diferenciador importante, capaz de aproximar os serviços de uma posição superlativa, própria da sua natureza (Diogo 2012, 11, 16; Vegar 2007, 254–255). A resolução deste diferendo não está ainda concluída no seio da sociedade e das instituições políticas, mantendo-se os serviços sem a possibilidade de efectuar as chamadas *escutas*, trinta anos após a fundação do SIRP.

Independentemente das modalidades empregues na pesquisa de informação, a componente da análise surge ulteriormente enquanto uma etapa desempenhada com excelência por parte dos serviços portugueses, o que para além de sugerir um nível elevado de profissionalismo dos seus quadros, vem pesar positivamente sobre as eventuais insuficiências que as restrições aos meios de actuação possam colocar. Sobre isso, deve igualmente ser referido que não é possível aferir com certeza qual o peso de cada componente no “ciclo de

informações” nacional, pois a falta de dados e as limitações colocadas a uma investigação de carácter científico não autorizam a que se proceda à especulação sobre esse domínio. Em todo o caso, são algumas as referências que apontam para que o trabalho de recolha, mais particularmente a pesquisa no terreno através de agentes, seja relativamente pequeno, e que o grosso do esforço seja exercido na parte da análise.

O segundo grupo de recursos começa por alguns recursos complementares, também eles de relevo no âmbito do SIRP. Nele se incluem os importantes centros de dados do SIS e do SIED, e ainda outras valências como o acesso privilegiado a bases de dados do Estado e as atribuições burocráticas especiais de que gozam. Verificou-se que os serviços de Informações beneficiam de disposições especiais direccionadas para a agilização e simplificação na sua relação com o Estado, manifestos sobretudo nas facilidades de classificação de despachos e despesas, estas últimas na possibilidade adicional de serem isentas de fiscalidade. Este enquadramento, embora expresso de forma simples e em linguagem jurídica nos documentos legais que o originam, reveste-se de grande relevância pois reflecte a importância que o Estado e, conseqüentemente, o decisor político, atribuem às Informações, ao ponto de lhes conceder uma posição especial e privilegiada no interior da sua própria superestrutura.

Foi também observada a dimensão dos recursos humanos, com referência ao número e perfil de funcionários, e processo de recrutamento e selecção. Constatou-se o carácter especializado do funcionário de serviço de Informações, e a variação de atributos pretendidos em função da natureza do cargo. Merece ainda destaque a preocupação tida com a dimensão cívica, e ainda o carácter essencial da elevada competência profissional e formativa. Depreende-se, pois, que a qualidade dos recursos humanos é uma característica primaz no funcionamento dos serviços de Informações, situação que é aliás indiciada em alguns dos relatórios oficiais que dão conta da boa prestação dos seus funcionários.

A última dimensão empírica considerada foi a do produto operacional dos serviços, cujo retrato se elaborou a partir de informação publicamente disponível, em particular os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RAS) e os Pareceres do Conselho de Fiscalização do SIRP (CF SIRP). Da sua leitura determinou-se a natureza das actividades desempenhadas ao longo dos anos, foi possível localizá-las no tempo e ainda capturar alguma avaliação qualitativa constante nesses documentos. Desse esforço de levantamento e síntese podem agora ser retiradas algumas ilações adicionais, com referência final às dimensões que foram entretanto escrutinadas.

Uma das primeiras tendências detectadas neste domínio situou-se na variação dos tópicos acompanhados pelas Informações nacionais ao longo do tempo, justificada quer pela dinâmica cronológica dos serviços, quer pelos sucessivos contextos históricos, tanto no plano nacional como internacional. Se inicialmente o cenário era marcado pelos fenómenos de terrorismo doméstico e pela bipolaridade da Guerra Fria, nos anos 90 assiste-se a uma dispersão das prioridades de segurança interna na direcção do crime transnacional, contraespionagem, marginalidade urbana e outras ameaças difusas. Mais tarde, a partir do virar do milénio, é acrescentado o problema específico do terrorismo internacional de matriz islâmica, ao mesmo tempo que entram em jogo as Informações estratégicas na sequência da plena instalação do SIED/M. É igualmente de destacar que, não obstante o trabalho desenvolvido estar dirigido às características do contexto doméstico, isto é, as prioridades estratégicas e de segurança nacionais, os serviços de Informações portugueses actuaram igualmente enquanto parte integrante de um alinhamento internacional mais amplo, nomeadamente ao nível dos países aliados ocidentais, tomando parte nos esforços conjuntos empreendidos no plano da segurança internacional. Na apreciação geral desse percurso é possível concluir que a maioria operacional foi atingida a partir dos anos 90, e que no dealbar da década de 2000 ambos os serviços se encontram consolidados e a trabalhar bem. Cumprem com elevada competência as funções consignadas, ao mesmo tempo que estão à altura de desafios acontecimentos mediáticos de relevo em território nacional, e a sua eficiência tende a ser nacional e internacionalmente reconhecida. Disso mesmo é exemplo a sua participação em órgãos de coordenação nacional e internacional, ou a criação do Programa de Segurança Económica, este último inscrito nos domínios da contraespionagem e segurança económica (Folgado 2013; SIS 2014b).

Estes elementos, que foram recortados e sistematizados em capítulo próprio, comprovam que o trabalho desenvolvido pelos serviços de Informações está de acordo com as missões consignadas por Lei, confirmando a especialização temática que a cada um compete: por um lado o SIS com as Informações de segurança internas, de carácter preventivo; por outro o SIED/M com as Informações estratégicas externas, de carácter prospectivo. A natureza dos cargos dirigentes detectados para ambos os serviços, assente na dicotomia entre magistratura e diplomacia, associada a quadros militares, surge aqui igualmente correlacionada, uma vez que esses sectores profissionais dispõem de vocações análogas.

Será portanto no quadro deste panorama operacional, que os serviços de Informações portugueses aplicam os seus recursos e meios, conforme previstos pelos conceitos de referência



e escrutinados no respectivo capítulo. Os resultados verificados são fruto da utilização combinada da *Intelligence* de fontes humanas (HUMINT), fontes publicamente disponíveis (OSINT) e fontes de serviços congéneres, sobre a qual se aplica um competente trabalho de análise. De fora fica necessariamente a interceptação de comunicações uma vez que, como já referido, esta é uma capacidade expressamente vedada às Informações nacionais.

Em suma, a análise aos relatórios oficiais considerados em face das restantes variáveis, permite concluir que os serviços portugueses executam bem as suas funções apesar das adversidades de ordem legal, financeira, política e até social que enfrentaram ao longo de diferentes períodos. O seu bom desempenho pode assim ser explicado pelos padrões elevados ao nível dos recursos humanos e recrutamento, onde a qualidade dos seus agentes e funcionários, o processo formativo e a componente ética desempenham um papel essencial na gestão profissional dos recursos disponíveis, concorrendo para a consolidação e reforço da sua identidade, incrementado a formação da cultura de Informações nacional.

Apesar de a legislação ser frequentemente considerada insuficiente e restritiva, dos efeitos reconhecidamente negativos da contracção financeira dos anos recentes, e considerando ainda dos meios e recursos de dimensão mais modesta face aos das grandes potências aliadas, os serviços de Informações portugueses têm logrado instalar-se na orla do Estado enquanto instrumento privilegiado ao dispor da tomada de decisão política, encontrando-se actualmente num estágio de maioridade e consolidação que em muito ultrapassa o ónus da impopularidade enfrentada nas décadas anteriores. É, pois, legítimo concluir que, aos trinta anos da fundação do SIRP, os serviços portugueses se afirmam enquanto entidades de *Intelligence* proficientes, de elevada qualidade e que partilham do sentido de serviço público próprio da natureza das suas funções (R. C. Pereira 2013).

#### **6.4 Uma cultura de Informações nacional?**

Todas as dimensões tratadas até agora – conceptual, histórica, legal e de caracterização empírica – confluem para o delineamento de uma *cultura de Informações* nacional, ou seja, a forma particular com que, em Portugal, o contexto político, estratégico, social e organizacional interage com a comunidade de Informações, influenciando não só a forma como os serviços se identificam, mas também como o meio exterior encara a comunidade das Informações (Romana 2008, 101, Phythian 2013;).

Do ponto de vista político, o regime que vigora nos dias de hoje em Portugal é o de um Estado de Direito democrático, sustentado no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais, e na separação e interdependência de poderes<sup>176</sup>. Estes princípios encontram-se também vertidos no sistema de Informações vigente e, à semelhança do que é prescrito pelas boas práticas internacionais (Born and Wills 2012; DCAF 2011), verifica-se a sua transparente inscrição legal na estrutura do Estado, com uma clara limitação de poderes, e ainda a sujeição a mecanismos idóneos de fiscalização e controlo para garantir a não ocorrência de excessos. Porém, o facto de a democracia actual ter igualmente herdado um conjunto de afectações negativas do regime ditatorial anterior, em particular a persistente associação entre a área das Informações e o papel repressivo desempenhado pela PIDE-DGS, tem estado na origem da indiferença e até mesmo da hostilidade nas valorizações da classe política face ao sector (Vegar 2007, 135–137)<sup>177</sup>. E como se pôde verificar, essa conjuntura é também responsável pelo arranque tardio do SIRP e do seu cauteloso e restritivo enquadramento legal.

Em consonância com o vector político, encontra-se o plano social, no qual a aceitação das Informações pela sociedade civil também enfrenta grandes obstáculos. Efectivamente, a legitimidade, necessidade e utilidade da produção de Informações tem sido alvo de alguma incompreensão pela generalidade da opinião pública, imbuída do trauma persecutório da antiga polícia política, sendo as Informações encaradas com desconfiança e impopularidade (Diogo 2012, 1, 2012, 66; R. C. Pereira 1998, 5; Vegar 2007, 1998), designadamente pela comunicação social, que frequentemente transmite uma imagem negativa dos mesmos e sob a errónea designação de “secretas” (Romana 2014; Simões 2002).

Mas independentemente dos constrangimentos sociais, legais e políticos, a verdade é que existe uma necessidade de produção de Informações à qual os serviços portugueses têm que atender, identificável com o vector geoestratégico na cultura de Informações. Isto é, as prioridades nacionais que, embora não atinjam a dimensão das grandes potências, devem corresponder, nas Informações internas, às exigências de *Intelligence* do contexto doméstico, e, nas externas, às necessidades prospectivas em zonas de interesse estratégico para Portugal. Esta agenda assume particular importância, uma vez que no contexto internacional contemporâneo, os serviços de Informações são a primeira linha de defesa e segurança dos países, em particular nos de menor dimensão e menos dotados de recursos, onde os referidos serviços desempenham

---

<sup>176</sup> Art. 2º da CRP.

<sup>177</sup> Vegar cita o General Pedro Cardoso relativamente a esta afirmação, de uma entrevista realizada em 1994.

um papel essencial no apoio à tomada de decisão (P. Cardoso 2004, 154–155; Carvalho 2009b, 11).

Finalmente, na perspectiva organizacional, a especificidade portuguesa encontra-se influenciada por factores de ordem externa e interna aos serviços. Por um lado, a lenta consolidação do SIRP, as sucessivas modificações orgânicas, o desfasamento temporal entre a consolidação dos dois serviços e o distanciamento para com os centros de poder político e a sociedade, actuaram ao longo do tempo como obstáculos à precipitação corporativa, dificultando a solidificação institucional e porventura a própria capitalização de experiência. Por outro lado, a maioridade alcançada nos últimos anos e o bom desempenho das funções recorrentemente veiculado pelas fontes oficiais, vêm concorrer no sentido oposto, sugerindo uma elevada capacidade de produção de Informações com os recursos disponíveis e apesar dos demais obstáculos, com sentido de missão, sugerindo um espírito sectorial actualmente fortalecido.

Em suma, o sistema intermodal aqui verificado permite avançar o argumento de que em Portugal a cultura de Informações se apresenta fortemente retraída, estando nitidamente influenciada pela memória da PIDE/DGS, cujo legado histórico parece ter penetrado profundamente a sociedade e a esfera política, sendo responsável pela projecção de constrangimentos nos domínios legal, operacional e estatutário. De tal forma este fenómeno se conservou até aos anos mais recentes, que alguns autores chegam mesmo a afirmar a inexistência de uma verdadeira cultura de Informações democrática em Portugal, porquanto a maioria dos indicadores padecem de resistências de fundo face à existência de um aparelho de *Intelligence* nacional (Vegar 2007, 135–137)<sup>178</sup>. Em contrapartida, a evolução positiva registada na sequência das alterações introduzidas pela Lei Quadro de 2004, tem permitido a estabilização orgânica do SIRP, contribuindo para o fortalecimento organizacional interno dos serviços, entretanto inscritos na estrutura do Estado com pleno direito e reconhecimento. Dito de outro modo, tudo aponta para que na cultura de Informações nacional, o pilar que sustenta a vigência das Informações sejam os próprios serviços em si, que ao longo de praticamente três décadas têm logrado subsistir, crescer e fortalecer-se num contexto marcado por constantes antagonismos. Pode pois ser afirmado, como nota final, que aos quarenta anos do regime democrático, e uma vez atravessados várias vicissitudes, os serviços de Informações têm agora possibilidades de singrar a sua justa concretização.

---

<sup>178</sup> Esta afirmação é citada por José Vegar em entrevista o General Pedro Cardoso em 1994.

## 7. CONCLUSÃO

O objectivo da presente dissertação foi o de proceder ao estudo dos serviços de Informações portuguesas a partir de uma perspectiva externa, assim como o de apresentar os seus vários planos estruturantes para tentar edificar uma visão coerente e sistematizada sobre os mesmos. Como se adiantou, esse processo envolveu a recolha de vários elementos dispersos, a invocação do quadro conceptual de referência, o mapeamento do trajecto histórico e legal percorrido e ainda a exploração de dimensões empíricas para melhor consubstanciar a sua caracterização. Concluída a tarefa, os elementos reunidos permitem, por fim, dar resposta à pergunta inicialmente formulada - quais as estruturas, missões, e recursos dos serviços de Informações portuguesas?

A vasta análise empreendida resulta em nove conclusões gerais que constituem o essencial do esforço de investigação e reflexão realizado.

1. O Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) nasceu em 1984, fruto de um contexto de insegurança específico que criou condições para o desenvolvimento de um aparelho de *Intelligence*, à altura considerado essencial e urgente. Esta estrutura surgiu com a finalidade de produzir as Informações necessárias à preservação da segurança interna e externa, bem como à preservação da independência e interesses nacionais e à unidade e integridade do Estado.
2. O modelo orgânico seguido assenta na divisão temática de competências, e compreende, no seu essencial, dois serviços de Informações: por um lado o SIS, encarregue das Informações de segurança, de carácter interno; e por outro o SIED, alocado às Informações estratégicas, de carácter externo.
3. Os quadros dirigentes de cada uma destas organizações são ocupados por profissionais relacionados com as respectivas áreas de incidência temática, verificando-se a predominância de magistrados e juristas no SIS e de diplomatas e militares no SIED. O SIRP assume a sua forma actual desde 2004, altura em se procedeu a uma intervenção unificadora sobre os fluxos tutelares vigentes, tendo sido criada a figura do Secretário-geral do SIRP, encarregue de dirigir e coordenar superiormente ambos os serviços.
4. Do ponto de vista legal, os serviços têm a sua finalidade reconhecida ao nível das Leis essenciais do Estado, em particular a Constituição da República Portuguesa (CRP) e a Lei de Segurança Interna (LSI), onde a segurança colectiva da nação e dos cidadãos assume um lugar primacial nas obrigações do Estado. A concretização deste princípio é

vertida sobre as Informações na forma de legislação específica, através das Leis Quadro do SIRP (LQ SIRP) e das Leis Orgânicas dos serviços. Este segundo conjunto de diplomas, encarregue de estabelecer as bases gerais do Sistema e respectivos serviços, é pautado por um registo de sucessivas alterações orgânicas ao longo do tempo, sendo produzidos três arranjos orgânicos distintos para o Sistema em apenas três décadas, com consequências ao nível da concretização efectiva do projecto preconizado.

5. Deve também ser notada a ênfase atribuída à componente da fiscalização, manifesta na criação de dois órgãos especializados para o efeito, um de nível parlamentar (Conselho de Fiscalização do SIRP) e outro radicado na Procuradoria-geral da República (Comissão de Fiscalização de Dados). Por outro lado, a matéria contida na legislação mostra-se reconhecidamente presente no que concerne a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, sendo, porém, e em simultâneo, prudente na positivação clara dos meios e prerrogativas de actuação.
6. No domínio técnico, os dados disponíveis apontam para que os tipos de *Intelligence* praticados pelos serviços portugueses na prossecução das suas finalidades se centram na utilização de fontes humanas (HUMINT), onde se incluem agentes no terreno, e também nas denominadas fontes abertas (OSINT), disponíveis publicamente à generalidade dos cidadãos. Sobre estas modalidades, os serviços efectuem um aprofundado trabalho de análise, cuja qualidade é nacional e internacionalmente reconhecida. Por outro lado, a interceptação de comunicações (COMINT e SIGINT) confirma-se como um meio de actuação que lhes está inteiramente vedado, naquilo que é frequentemente indicado como sendo uma excepção face aos serviços congéneres dos países democráticos aliados e uma limitação nas capacidades dos serviços no que toca a acompanhar da melhor forma as matérias que são da sua responsabilidade. Decorridos quarenta anos do 25 de Abril de 1974, é razoável perguntar se não terá chegado o momento de dotar os serviços portugueses da interceptação de comunicações e, dessa forma, fornecer-lhes um importante instrumento para a manutenção do imprescindível ascendente metodológico no combate das ameaças.
7. Do ponto de vista financeiro, o SIRP na sua globalidade não representa um peso substancial nas despesas governamentais, cifrando-se o seu orçamento no intervalo compreendido entre os 20 e os 25 milhões de Euros desde há vários anos. Em termos percentuais, estes são valores actualmente situados nos 0,02% da Execução Orçamental efectiva, confirmando assim que as Informações constituem uma fracção muito

pequena nas prioridades financeiras do Estado. Deve igualmente ser assinalado que, dos dois serviços integrantes do SIRP, aquele que tradicionalmente recebe mais fundos é o SIS, o que sugere a possibilidade de as necessidades de Informações internas serem de maior importância que as externas. Entre os outros recursos dos serviços encontram-se os centros de dados e as facilidades de ordem contabilística e burocrática na interacção com o Estado, que podem ser reconhecidas como normais tendo em conta as necessidades específicas que um dispositivo de *Intelligence* requer.

8. No que respeita as missões desempenhadas, os relatórios oficiais disponíveis indicam um quadro operativo de profissionalismo, dedicação e proficiência. Com efeito, os documentos analisados apontam que, após uma fase de aprendizagem e capitalização de experiência, os serviços portugueses ascenderam a um nível qualitativo bastante apreciável, logrando desde há vários anos desempenhar as missões consignadas com reconhecida aptidão, fruto da elevada qualidade dos seus quadros e do exigente processo de recrutamento, formação e qualificação. Este grau de desempenho encontra-se, aliás, patente em alguns acontecimentos de relevo que tomaram lugar em território nacional, e a avaliação positiva da *Intelligence* portuguesa é reiterada pelos receptores do seu trabalho, quer ao nível nacional, quer internacional.
9. Finalmente, deve ser também referido que os serviços portugueses habitam um contexto envolvente marcado por uma cultura de Informações que ainda se apresenta pouco desenvolvida. Os estigmas herdados do regime ditatorial anterior e que tão persistentemente se mantiveram ao longo das últimas décadas, parecem não ter sido ainda totalmente ultrapassados, verificando-se que, tanto na sociedade civil como na classe política, persiste alguma indiferença, resistência e por vezes até alguma hostilidade em relação ao sector das Informações. Deve contudo ser ressalvado que, em virtude das evoluções orgânicas sentidas na última década, e ao contrário do que foi padrão durante muitos anos, o SIRP atingiu actualmente um estágio de estabilidade e consolidação apreciável, que em muito contribui para a sua funcionalidade e percepção institucional positiva.

Em face do que foi exposto, é possível afirmar que volvidos quarenta anos desde o início do actual regime democrático, Portugal dispõe actualmente de um aparelho de *Intelligence* funcional e instituído no seio da organização do Estado. O paulatino processo de autonomização e institucionalização resultou numa estrutura concreta. Mesmo apesar das limitações de ordem legal, financeira e técnica, os serviços portugueses desempenham o seu papel com os recursos que lhes são disponibilizados, confirmando o seu papel essencial na

salvaguarda da segurança do Estado e da sociedade e, analogamente, também na assistência da tomada de decisão política. Com efeito, a *Intelligence* é fundamental no mecanismo de todos os Estados, e Portugal não será certamente excepção a esta regra.

Para um melhor conhecimento deste tema, análises futuras deverão incidir sobre as zonas que se apresentam de mais difícil acesso, como é o caso dos meios técnicos e das missões desempenhadas. Adicionalmente, seria interessante, dentro daquilo que é possível gizar nos estudos sobre Informações, proceder a um estudo comparativo em relação aos serviços de outros países, tanto ao nível geral como em tópicos particularizados, o que permitiria detectar as diferenças e as continuidades existentes entre o caso português e a realidade de outros serviços congéneres.

No mundo globalizado actual, as ameaças são abrangentes, sofisticadas e cada vez mais complexas. Os serviços de Informações devem surgir como primeira linha de defesa, dotando-se dos meios que em contexto democrático se revelem adequados e proporcionais. A sua acção especializada deve permitir atravessar as barreiras do que é superficial, e fornecer ao decisor político uma posição qualificada, essencial para o adequado desempenho das suas funções. Recordando as palavras de Pedro Cardoso na sua obra basilar, *a qualidade da acção política de um país depende em larga medida do rigor dos conhecimentos em que se baseia e uma parte muito significativa desse conhecimento é obtida através dos serviços de Informações de que o país disponha*<sup>179</sup>. Ao cabo de quatro décadas de democracia no nosso país, resta saber se nos anos vindouros o Sistema de Informações da República Portuguesa poderá manter o percurso de ascensão que tem prosseguido, e finalmente singrar-se junto do Estado, da sociedade e dos cidadãos, como uma instituição nobre, reconhecida e legitimada.

---

<sup>179</sup> Afirmação constante na página 149 da obra *Informações em Portugal*.





## 8. BIBLIOGRAFIA

- Aldrich, Richard J. 2011. "Global Intelligence Co-Operation versus Accountability: New Faceys to an Old Problem." In *Intelligence and International Security: New Perspectives and Agendas*, New York: Routledge, 22–56.
- Alexander, Martin S., ed. 1998. *Knowing Your Friends: Intelligence Inside Alliances and Coalitions from 1914 to the Cold War*. New York: Routledge.
- Almeida, P.T., A.C. Pinto, e N. Bermeo. 2012. *Quem Governa a Europa Do Sul? O Recrutamento Ministerial, 1850-2000*. 2nd ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Andregg, Michael. 2009. "Intelligence Ethics: Laying a Foundation for the Second Oldest Profession." In *Handbook of Intelligence Studies*, New York: Routledge, 52–66.
- Andrew, Christopher. 1984. *The Missing Dimension: Governments and Intelligence Communities in the Twentieth Century*. Champaign: University of Illinois Press.
- . 1985. *Her Majesty's Secret Service – The Making of the British Intelligence Community*. London: Penguin Books.
- . 1995. *For the President's Eyes Only: Secret Intelligence and the American Presidency from Washington to Bush*. New York: HarperCollins Publishers.
- Andrew, Christopher, Richard J. Aldrich, e Wesley Wark, eds. 2009. *Secret Intelligence: A Reader*. 1st ed. New York: Routledge.
- Andrew, Christopher, e Oleg Gordievsky. 1990. *KGB: The Inside Story of Its Foreign Operations from Lenin to Gorbachev*. London: Hodder & Stoughton.
- . 1991. *Comrade Kryuchkov's Instructions: Top Secret Files on KGB Foreign Operations, 1975-1985*. Stanford University Press.
- Andrew, Christopher, e Vasili Mitrokhin. 1999. *The Sword and The Shield: The Mitrokhin Archive*. New York: Basic Books.
- . 2005. *Mitrokhin Archive II, The: The KGB and the World*. London: Allen Lane.
- Arcos, Rubén. 2013. "Systems of Intelligence: Spain." In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 235–242.
- "As Secretas Estão a Violar a Lei?" 4/6/2014. *Notícias Antena 1*.
- Barron, John. 1974. *KGB: The Secret Works of Soviet Secret Agents*. London: Corgi Books.
- . 1984. *KGB Today: The Secret Hand*. London: Hodder & Stoughton.
- Barroso, Carlos. 2010. "Vivenda de Óbidos É 'Claramente Uma Base' Da ETA, Diz Presidente Do OSCOT." *Público*. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/vivenda-de-obidos-e-claramente-uma-base-da-eta-diz-presidente-do-oscot-1421504>. [Consultado a 10/9/2014]

- Becket, Henry S. A. 1986. *The Dictionary of Espionage*. New York: Stein & Day.
- Beebe, Sarah Miller, e Randolph H. Pherson. 2012. *Cases in Intelligence Analysis - Structures Analytic Techniques in Action*. Thousand Oaks, CA: CQ Press.
- Berkowitz, Bruce D., e Allan E. Goodman. 2002. *Best Truth: Intelligence in the Information Age*. Yale University Press.
- Betts, Richard K. 1978. "Analysis, War and Decision: Why Intelligence in the Information Age." *World Politics* 31(1).
- Bispo, António de Jesus. 2004. "A Função de Informar." In *Informações E Segurança*, Lisboa: Prefácio, 77–104.
- Born, Hans, e Thorsten Wetzling. 2009. "Intelligence Accountability: Challenges for Parliaments and Intelligence Services." In *Handbook of Intelligence Studies*, New York: Routledge, 315–328.
- Born, Hans, e Aidan Wills, eds. 2012. *Overseeing Intelligence Services - A Toolkit*. Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF).
- Bruce, James, e Roger George. 2008. *Analyzing Intelligence: Origins, Obstacles, and Innovations*. Washington D.C.: Georgetown University Press.
- Bruneau, Thomas C. 2004. "Controlling Intelligence in New Democracies." In *Strategic Intelligence: Windows Into a Secret World*, Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 444–453.
- Bruneau, Thomas C., e Kenneth R. Dombroski. 2006. "Reforming Intelligence: The Challenge of Control in New Democracies." In *Who Guards the Guardians and How: Democratic Civil-Military Relations*, Austin: University of Texas Press, 145–77. [http://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/41971/CCMR\\_Bruneau\\_Reforming\\_Intelligence\\_2005-05-08.pdf?sequence=1](http://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/41971/CCMR_Bruneau_Reforming_Intelligence_2005-05-08.pdf?sequence=1). [Consultado a 20/5/2014]
- Carapeto, Francisco. 2010a. "Os Limites das Informações Estratégicas." Dissertação de Mestrado. Universidade Autónoma de Lisboa.
- . 2010b. "Os Mecanismos de Controlo Dos Serviços de Informações Em Democracia." *Boletim do IESM* (8): 223–262.
- Cardoso, Pedro. 1980. *As Informações Em Portugal*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- . 2004. *As Informações Em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva e Instituto da Defesa Nacional.
- Cardoso, Vizela. 2007. "As Informações Em Portugal (Resenha Histórica)." In *Estudos de Direito E Segurança*, Coimbra: Almedina, 483–508.
- Carlisle, Rodney P. 2004. *Encyclopedia of Intelligence and Counterintelligence*. Armonk NY: M.E. Sharpe, Inc.
- Carvalho, Jorge Silva. 2006. "Segurança Nacional E Informações." *Segurança & Defesa* (1): 89–101.

- . 2007a. “Modelos de Sistemas de Informações: Cooperação Entre Sistemas de Informações (Apontamentos Para Apoio).” In *Estudos de Direito E Segurança*, Coimbra: Almedina, 193–242.
- . 2007b. “Os Limites À Produção de Informações No Estado de Direito Democrático.” *Segurança & Defesa* (2): 102–107.
- . 2009a. “A Global Security Vision: The Portuguese Intelligence Perspective.” *IPRIS Occasional Paper*.
- . 2009b. “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas.” In Faculdade de Letras de Lisboa.
- CIA, Central Intelligence Agency. 2013. “Intelligence Cycle.” <https://www.cia.gov/library/publications/additional-publications/the-work-of-a-nation/work-of-the-cia.html>. [Consultado a 4/3/2014]
- Clemente, Dave. 2013. “Cybersecurity.” In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 256–263.
- Collier, Basil. 1982. *Hidden Weapons: Allied Secret or Undercover Services in World War II*. London: Hamish Hamilton.
- Daun, Anna. 2013. “Systems of Intelligence: Germany.” In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 218–226.
- Davies, Peter. 2013. “Economic Intelligence.” In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 105–113.
- Davies, Philip H. J. 2004. *MI6 and the Machinery of Spying*. London: Frank Cass.
- DCAF, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. 2006. *Intelligence Services*. Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF).
- . 2011. *Compilation of Good Practices for Intelligence Agencies and Their Oversight*. Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF).
- Della Porta, D., and M. Keating. 2008. *Approaches and Methodologies in the Social Sciences. A Pluralist Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dias, Anselmo. 2012. “Informações Estratégicas: As Suas Implicações Na Política Externa Do Estado.” *Estratégia XXI*: 85–166.
- Diogo, José Manuel. 2012. *SIS*. Lisboa: Levoir.
- Dover, Robert, Michael S. Goodman, e Hillebrand, eds. 2013. *Routledge Companion to Intelligence Studies*. New York: Routledge.
- Dulles, Allen. 1963. *The Craft of Intelligence*. New York: Harper & Row.
- Eckstein, Harry. 1975. “Case Study and Theory in Political Science.” In *Handbook of Political Science*.

- Farago, Ladislav. 1954. *The Anatomy of Espionage and Intelligence*. New York: Funk & Wagnalls.
- FBI, Federal Bureau of Investigation. 2014. "Intelligence Collection Disciplines." *FBI*. <http://www.fbi.gov/about-us/intelligence/disciplines>. [Consultado a 28/3/2014]
- Felix, Christopher. 1963. *The Spy and His Masters: A Short Course In The Secret War*. London: Secker & Warburg.
- Fernando, Francisco Marques, ed. 2007. "Portugal - Plataforma Logística Do Terrorismo." *Cidadania & Defesa* (26): 14–17.
- Ferreira, Arménio Marques. 2007. "O Sistema de Informações Da República Portuguesa." In *Estudos de Direito E Segurança*, Coimbra: Almedina, 67–94.
- Fingar, Thomas. 2011. *Reducing Uncertainty: Intelligence Analysis and National Security*. Stanford: Stanford University Press.
- . 2012. "A Guide to All-Source Analysis." *The Intelligencer - Journal of US Intelligence Studies* 19(1).
- Folgado, Pedro Naves. 2013. "Sistema de Informações Económicas: contributo para um modelo." ISCSP - UTL.
- Fonseca, João Pedro. 2004. "Grupo Planeou Atentado No Porto." *Diário de Notícias*. [http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content\\_id=589353](http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=589353). [Consultado a 13/9/2014]
- Freire, André. 2001. *Recrutamento Parlamentar - Os Deputados Portugueses Da Constituinte À VIII Legislatura*. Lisboa: STAPE.
- Garcia, Francisco Proença. 2008. "A Transformação Da Intelligence." *Segurança & Defesa* (6): 102–8.
- Gibson, Stevyn D. 2013. "Open Source Intelligence." In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 123–132.
- Gill, Peter. 1994. *Policing Politics: Security Intelligence and the Liberal Democratic State*. New York: Frank Cass.
- . 2003. "Democratic and Parliamentary Accountability of Intelligence Services After September 11th." *DCAF Working Papers*.
- . 2013. "Organised Crime." In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 313–320.
- Gill, Peter, Stephen Marrin, e Mark Phythian, eds. 2009. *Intelligence Theory: Key Questions and Debates*. New York: Routledge.
- Godfrey Jr., E. Drexel. 2004. "Ethics and Intelligence." In *Strategic Intelligence: Windows Into a Secret World*, Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 397–406.
- Gouveia, Jorge Bacelar. 2007. "Os Serviços de Informações de Portugal: Organização E Fiscalização." In *Estudos de Direito E Segurança*, Coimbra: Almedina, 171–192.

- Gouveia, Jorge Bacelar, and Rui Carlos Pereira, eds. 2007. *Estudos de Direito E Segurança*. Coimbra: Almedina.
- , eds. 2012. *2 Estudos de Direito E Segurança*. Coimbra: Almedina.
- Graça, Pedro Borges. 2004. “Metodologia de Análise Nas Informações Estratégicas.” In *Informações E Segurança*, Lisboa: Prefácio, 429–438.
- Guedes, Nuno. 2009. “Quem Lidera Os Governos Europeus? A Carreira Dos Primeiros-Ministros (1946-2006).” *Análise Social* XLIV(191): 265–288.
- Guimarães, Maria João. 2014. “Vodafone Denuncia Vigilância Directa E Permanente de Conversas Por Alguns Governos.” *Público*.  
<http://www.publico.pt/mundo/noticia/vodafone-denuncia-vigilancia-directa-e-permanente-de-conversas-por-alguns-governos-1639008>. [Consultado a 4/6/2014]
- Hamrah, Satgin S. 2013. “The Role of Culture in Intelligence Reform.” *Journal of Strategic Security* 6(5): 160–171.
- Hastedt, Glenn. 1991. “Towards the Comparative Study of Intelligence.” *Journal of Conflict Studies* 11(3): 55–72.
- . 2010a. *Spies, Wiretaps, and Secret Operations - An Encyclopedia of American Espionage*. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO.
- . 2010b. “The Politics of Intelligence Accountability.” In *The Oxford Handbook of National Security Intelligence*, New York: Oxford University Press, 719–734.
- Herman, Michael. 1996. *Intelligence Power in Peace and War*. 15th ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2001. *Intelligence Services in the Information Age*. London: Frank Cass.
- . 2009. “Ethics and Intelligence after September 2001.” In *Secret Intelligence: A Reader*, New York: Routledge, 382–394.
- Hillebrand, Claudia. 2013. “Intelligence Oversight and Accountability.” In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 305–312.
- Jensen III, Carl J., David H. McElreath, and Melissa Graves. 2012. *Introduction to Intelligence Studies*. Oxford: CRC Press.
- Johnson, Loch K. 1989. *America's Secret Power: The CIA in a Democratic Society*. New York: Oxford University Press.
- Johnson, Loch K., ed. 2009. *Handbook of Intelligence Studies*. New York: Routledge.
- , ed. 2010. *The Oxford Handbook of National Security Intelligence*. New York: Oxford University Press.
- . 2013. “The Development of Intelligence Studies.” In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 1–22.

- Johnson, Loch K., e James J. Wirtz, eds. 2004. *Strategic Intelligence: Windows into a Secret World*. Los Angeles: Roxbury Publishing Co.
- Jones, R.V. 1978. *Most Secret War: British Scientific Intelligence 1939-1945*. London: Hamish Hamilton.
- Katz, Barry M. 1989. *Foreign Intelligence: Research and Analysis in the Office of Strategic Services 1942-1945*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Kemp, Percy. 2004. "The Fall and Rise of France's Spymasters." In *Strategic Intelligence: Windows Into a Secret World*, Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 438–443.
- Kent, Sherman. 1949. *Strategic Intelligence or American World Policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Khan, David. 1967. *The Codebreakers: The Story of Secret Writing*. New York: Scribner.
- . 1978. *Hitler's Spies: German Military Intelligence in World War Two*. New York: Macmillan.
- Kotani, Ken. 2013. "Systems of Intelligence: Japan." In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 201–208.
- Leigh, Ian. 2009. "The Accountability of Security and Intelligence Agencies." In *Handbook of Intelligence Studies*, New York: Routledge, 67–81.
- Lerner, K. Lee, e Lerner, eds. 2003. *Encyclopedia of Espionage, Intelligence and Security*. Farmington Hills: Gale.
- Lethier, Pierre. 2013. "Systems of Intelligence: France." In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 171–181.
- Lijphart, Arend. 1971. "Comparative Politics and the Comparative Method." *American Political Science Review* (65): 682–693.
- Lima, Carlos Rodrigues. 2015. "Ex-Diretor Dos Espiões Assume Práticas Ilegais Nos Serviços Secretos." *Diário de Notícias*. [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=4413728](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4413728). [Consultado a 23/2/2015]
- Lourenço, Nuno Sá. 2014. "Secretas de Mãos Atadas Para Fazer Contra-Espionagem." *Público*. <http://www.publico.pt/politica/noticia/secretas-de-maos-atadas-para-fazer-contraespionagem-1619683>. [Consultado a 16/2/2014]
- Lowenthal, Mark. 2000. *Intelligence: From Secrets to Policy*. 1ª ed. Washington D.C.: CQ Press.
- . 2009. *Intelligence: From Secrets to Policy*. 4ª ed. Washington D.C.: CQ Press.
- . 2014. *Intelligence: From Secrets to Policy*. 6ª ed. Washington D.C.: CQ Press.
- Luong, Minh A. 2009. "The Challenges of Economic Intelligence." In *Handbook of Intelligence Studies*, New York: Routledge, 163–172.

- Manget, Frederic F. 2004. "Another System of Oversight: Intelligence and the Rise of Judicial Intervention." In *Strategic Intelligence: Windows Into a Secret World*, Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 407–413.
- Manget, Fred F. 2009. "Intelligence and the Rise of Judicial Intervention." In *Handbook of Intelligence Studies*, New York: Routledge, 329–342.
- Marcelino, Valentina. 2010. "Relatório Da Europol Confirma Bases Da ETA Em Portugal." *Diário de Notícias*.  
[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1555940&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1555940&page=-1).  
 [Consultado a 5/1/2015]
- . 2014. "Secretas Sem Dinheiro Para Espiar." *Diário de Notícias*.  
[http://www.dn.pt/inicio/tv/interior.aspx?content\\_id=4060309&seccao=Media](http://www.dn.pt/inicio/tv/interior.aspx?content_id=4060309&seccao=Media).  
 [Consultado a 2/9/2014]
- Marcelino, Valentina, e Carlos Rodrigues Lima. 2014. "Manual Do SIS Recomenda Aos Espiões Violação Da Lei." *Diário de Notícias* ed. 4/6/2014: 4–5.
- Marrin, Stephen. 2013. "Why Teach About Intelligence." *The Intelligencer - Journal of US Intelligence Studies* 20(1): 67–71.
- Matos, Hermínio. 2012. "Contraterrorismo: O Papel Da Intelligence Na Acção Preventiva E Ofensiva." In Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- May, Ernest R., ed. 1984. *Knowing On's Enemies: Intelligence Assessment Before The Two World Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- McDowell, Don. 2009. *Strategic Intelligence: A Handbook for Practitioners, Managers, and Users*. Maryland: Scarecrow Press, Inc.
- Melo, António J. Nunes. 2005. "Serviços de Inteligência. O Que São? Para Que Servem?" *Lanceiro* (22): 8–9.
- Mercado, Stephen. 2009. "A Venerable Source in a New Era: Sailint the Sea of OSINT in the Information Age." In *Secret Intelligence: A Reader*, New York: Routledge, 78–90.
- Mesquita, António Arnaldo. 2004. "SIS E PJ Detém No Porto 14 Cidadãos Árabes." *Público*.  
<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/sis-e-pj-detem-no-porto-14-cidadaos-arabes-1196323>. [Consultado a 13/1/2015]
- Monteiro, Ramiro Ladeiro. 2004. "Subsídios Para a História Recente Das Informações Em Portugal." In *Informações E Segurança*, Lisboa: Prefácio, 459–471.
- Moreira, Adriano, ed. 2004. *Informações E Segurança: Estudos de Homenagem Ao General Pedro Cardoso*. 1ª ed. Lisboa: Prefácio Edições.
- Negrão, Fernando. 2013. "Escrutínio Democrático E Institucional." Apresentação no Seminário Internacional - Informações e Transparência
- Nogueira, José Manuel Freire, and António Horta Fernandes. 2005. *Pensar a Segurança E Defesa*. Lisboa: Cosmos / Instituto de Defesa Nacional.

- Norton, R.A. 2011. "Guide to Open Source Intelligence." *The Intelligencer - Journal of US Intelligence Studies* 18(2): 65–67.
- Nunes, Filipe Ramos de Abreu. 2012. "Os Directores-Gerais: O Recrutamento Das Elites Administrativas No Portugal Democrático." ICS-UL.
- Omand, Sir David. 2009. "Ethic Guidelines in Using Secret Intelligence for Public Security." In *Secret Intelligence: A Reader*, New York: Routledge, 395–410.
- O'Toole, Goerge J.A. 1988. *The Encyclopedia of American Intelligence and Espionage: From the Revolutionary War to the Present*. New York: Facts on File.
- Palmer, Norman, and Thomas B. Allen. 1996. *Spy Book: The Encyclopedia of Espionage*. New York: Random House.
- Pereira, J. A. Teles. 2002. "O 11 de Setembro E O Debate Sobre O Modelo de Serviços de Informações Em Portugal." *Separata da Revista do Ministério Público* (89): 155–165.
- Pereira, Júlio. 2007. "Segurança Interna: O Mesmo Conceito, Novas Exigências." *Segurança & Defesa* (3): 97–102.
- . 2010a. "Entrevista Do Secretário-Geral Do SIRP À Revista Segurança E Defesa." <http://www.sirp.pt/noticias/detail/id/8/>. [Consultado a 21/4/2014]
- . 2010b. "É Vital Para O SIRP Um Acompanhamento Permanente Do Ambiente Estratégico Internacional." *Segurança & Defesa* (15): 82–90.
- . 2012a. "Cibersegurança - O Papel Do Sistema de Informações Da República Portuguesa." *Segurança & Defesa* (21): 38–44.
- . 2012b. "Informações Estratégicas E Segurança - O SIRP." Apresentação na Pós-Graduação em Estudos Estratégicos e de Segurança, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.
- Pereira, Rui Carlos. 1998. "A Produção de Informações de Segurança No Estado de Direito Democrático." *Separata da Revista de Ciência e Cultura* (série especial).
- . 2004. "Os Desafios Do Terrorismo: A Resposta Penal E O Sistema de Informações." In *Informações E Segurança*, Lisboa: Prefácio, 491–528.
- . 2005. "Informações E Investigação Criminal." *Política Internacional* (28): 14–28.
- . 2013. "Informações E Opinião Pública." Apresentação no Seminário Internacional - Informações e Transparência
- Phythian, Mark. 2013. "Cultures of National Intelligence." In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 33–41.
- Pinheiro, Paulo Vizeu. 2008. "Terrorismo, Intelligence E Diplomacia." *Segurança & Defesa* (8): 76–79.
- Pinto-Coelho, Henrique. 2009. "Uma Lista de Espionagem Nada Secreta." *Jornal "I" ed.* 2/9/2009: 24.



- Pinto, Paulo Mota. 2013. “Escrutínio Democrático E Institucional.” Apresentação no Seminário Internacional - Informações e Transparência
- Pinto, Renato Marques. 2001. “As Informações Na Idade Da Informação.” *Revista Militar* 53(4): 287–316.
- . 2004. “Os Militares E as Informações.” In *Informações E Segurança*, Lisboa: Prefácio, 471–490.
- Pollard, Neal A., e Lt. John P. Sullivan. 2013. “Counterterrorism and Intelligence.” In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 245–255.
- PORDATA. “Taxa de Inflação.”  
<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+Inflacao+%28Taxa+de+Variacao+++Indice+de+Precos+no+Consumidor%29-138>. [Consultado a 6/7/2014]
- Pringle, Robert W. 2004. “The Heritage and Future of the Russian Intelligence Community.” In *Strategic Intelligence: Windows Into a Secret World*, Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 432–37.
- Ransom, Harry Howe. 2004. “The Politization of Intelligence.” In *Strategic Intelligence: Windows Into a Secret World*, Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 171–183.
- “Reforma Nas Secretas Em Análise - Entrevista Ao Comandante Pedro Serradas Duarte.” 2012. <http://videos.sapo.pt/6TlJbzz3RnZEBhoVgZNs>. [Consultado a 12/4/2014]
- Reis, Sónia, e Manuel Botelho da Silva. 2007. “O Sistema de Informações Da República Portuguesa.” *Revista da Ordem dos Advogados* Ano 67 vol. III: 1251–1304.
- Richelson, Jeffrey T. 2009. “The Technical Collection of Intelligence.” In *Handbook of Intelligence Studies*, New York: Routledge, 105–117.
- Rodrigues, Joaquim Chito. 2002. “Os Instrumentos Para a Luta Anti-Terrorista; Avaliação Das Condições de Exercício Do Sistema de Informações Da República.” *Revista Militar* 54(4): 219–242.
- . 2003. “As Pequenas Potências E as Informações Estratégicas: O Problema Português.” *Revista Militar* (4): 283–299.
- Romana, Heitor Barras. 2004. “O Novo Framework Do Terrorismo Internacional de Matriz Islâmica: Desafios Ao Modelo de Análise Em Informações Estratégicas.” In *Informações E Segurança*, Lisboa: Prefácio, 257–270.
- . 2005. “Terrorismo E Intelligence: Um Novo Quadro Analítico.” *Janus Online*.  
[http://janusonline.pt/conjuntura/conj\\_2005\\_4\\_1\\_11\\_b.html](http://janusonline.pt/conjuntura/conj_2005_4_1_11_b.html). [Consultado a 20/1/2014]
- . 2008. “Informações: Uma Reflexão Teórica.” *Segurança & Defesa* (6): 98–101.
- . 2013. “Informações Estratégicas.” ISCSP - UTL.
- . 2014. “Entrevista ao Professor Doutor Heitor Barras Romana”, realizada a 2/3/2014.

- Schaurer, Florian, e Jan Störger. 2013. “The Evolution of Open Source Intelligence (OSINT).” *The Intelligencer - Journal of US Intelligence Studies* 19(3): 53–56.
- Scott, Len, e R. Gerald Hughes. 2011. “The Future of Intelligence: Seeking Perfection in an Imperfect World?” In *Intelligence and International Security: New Perspectives and Agendas*, New York: Routledge, 6–24.
- Scott, Len, R. Gerald Hughes, e Martin Alexander, eds. 2011. *Intelligence and International Security: New Perspectives and Agendas*. New York: Routledge.
- Serra, Paula. 1998. *DINFO: Histórias Secretas Do Serviço de Informações Militares*. Lisboa: Dom Quixote.
- Serra, Paula, e Paula Costa Simões. 1999. “Agentes Pouco Secretos.” *O Independente ed.* 28/5/1999: 2–3.
- Seth, Ronald. 1972. *Encyclopedia of Espionage*. London: New English Library.
- Shiraz, Zakia, e Richard J. Aldrich. 2013. “Globalisation and Borders.” In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge.
- SIED. 2014. “Forte Do Alto Do Duque.” <http://www.sied.pt/missaovv.html>. [Consultado a 15/2/2014]
- Simas, Nuno. 2010. “Crise Pode Levar a Cortes Drásticos Na Actividade Das ‘Secretas’ Em 2011.” *Público*. <http://www.publico.pt/destaque/jornal/crise-pode-levar-a-cortes-drasticos-na-actividade-das-secretas-em-2011-20381378>. [Consultado a 24/2/2014]
- . 2011. “‘Secreta’ Portuguesa Sem ‘Antenas’ No Magrebe.” *Público*. <http://www.publico.pt/politica/noticia/secreta-portuguesa-sem-antenas-no-magrebe-1481565>. [Consultado a 24/2/2014]
- Simões, Pedro. 2002. *Os Serviços Secretos Em Portugal - Os Serviços de Informação E a Comunicação Social*. Lisboa: Prefácio.
- SIRP. 2014. “Resenha Histórica.” *Resenha Histórica*. <http://www.sirp.pt/cms/view/id/20>. [Consultado a 22/5/2014]
- . “Serviços de Informações.” <http://www.sirp.pt/cms/view/id/16> [Consultado a 28/12/2014].
- SIS. 1998. *SIS - Serviço de Informações de Segurança*. Lisboa: SIS.
- . 2014a. “Como Trabalhamos.” <http://www.sis.pt/comotrabalhamos.html>. [Consultado a 30/11/2014]
- . 2014b. “Programa de Segurança Económica.” <http://www.pse.com.pt/>. [Consultado a 19/10/2014]
- . 2014c. “SIS - Cronologia.” <http://www.sis.pt/sirpcrono.html>. [Consultado a 3/4/2014]
- Steele, Robert David. 2009. “Open Source Intelligence.” In *Handbook of Intelligence Studies*, New York: Routledge, 129–147.

- Steiner, James E. 2014. *Homeland Security Intelligence*. London: CQ Press.
- Swenson, Russel G., e Lemozy, eds. 2009. *Democratization of Intelligence*. Washington D.C.: National Defense Intelligence College Press.
- TCEIS, Temporary Committee on the ECHELON Interception System -. 2001. *ECHELON Report*. European Parliament.  
[http://www.europarl.europa.eu/comparl/tempcom/echelon/pdf/rapport\\_echelon\\_en.pdf](http://www.europarl.europa.eu/comparl/tempcom/echelon/pdf/rapport_echelon_en.pdf)  
 . [Consultado a 10/9/2014]
- Todd, Paul, e Jonathan Bloch. 2003. *Global Intelligence - The World's Secret Services Today*. London: Zed Books.
- Treverton, G. F. 2003. *Reshaping National Intelligence for an Age of Information*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vegar, José. 2007. *Serviços Secretos Portugueses: História E Poder Da Espionagem Nacional*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Wark, Wesley. 2009. "Learning to Live With Intelligence." In New York: Routledge.
- Warner, Michael. 2009a. "Sources and Methods for the Study of Intelligence." In *Handbook of Intelligence Studies*, London: Routledge, 382.
- . 2009b. "Wanted: A Definition of 'Intelligence.'" In *Secret Intelligence: A Reader*, London: Routledge, 3–11.
- Wheeler, Douglas L. 2014. "The Literature of Intelligence: 'Another Kind of Need to Know.'" *The Intelligence - Journal of US Intelligence Studies*.
- Winterbotham, F.W. 1974. *The Ultra Secret*. London: Weindenfeld and Nicolson.
- Wirtz, James J. 2013. "Weapons of Mass Destruction." In *Routledge Companion to Intelligence Studies*, New York: Routledge, 274–282.

## **LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS UTILIZADOS**

- Constituição da República Portuguesa.
- Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro.
- Lei 4/95, de 21 de Fevereiro.
- Lei n.º 15/96, de 30 de Abril.
- Lei n.º 75-A/97, de 22 de Julho.
- Lei n.º 4/2004, de 6 de Novembro
- Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de Agosto.
- Decreto-Lei n.º 225/85, de 4 de Julho.
- Decreto-Lei n.º 245/95, de 14 de Setembro.
- Decreto-Lei n.º 254/95, de 30 de Setembro.
- Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro.
- Lei n.º 20/87, de 12 de Junho, Lei de Segurança Interna.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, Lei de Segurança Interna.
- Lei n.º 6/94, de 7 de Abril, Lei de Segredo de Estado.
- Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de Agosto, Regime do Segredo de Estado.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/88.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88, SEGNAC.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88, SEGNAC 1.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/89, SEGNAC 2.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/94, SEGNAC 3.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/90, SEGNAC 4.
- Pareceres do Conselho de Fiscalização do SIRP (períodos 1986-1992 e 2000-2013).
- Relatório Anual Segurança Interna – RASI (período 1991-2014).

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** – Taxinomia da análise.

**Figura 2** – Organograma segundo a primeira LQ SIRP, datada de 1984.

**Figura 3** – Organograma segundo a LQ SIRP de 1995.

**Figura 4** – Organograma segundo a segunda LQ SIRP, datada de 1995.

**Figura 5** – Esquema cronológico que ilustra a evolução dos serviços de Informações nacionais.

**Figura 6** – Tabela com a totalidade dos dados sociodemográficos obtidos.

**Figura 7** – Tabela de distribuição dos casos por grupos de idade e gráfico de dispersão dos mesmos em função do ano de tomada de posse.

**Figura 8** – Gráfico de dispersão do tempo de permanência no cargo dos Directores dos serviços de Informações, em meses.

**Figura 9** – Gráfico de barras horizontais que expressam a permanência dos cargos de Director dos serviços para o período entre 1986 e 2014.

**Figura 10** – Gráficos circulares que exprimem, face ao total da amostra, a área de formação (à esquerda) e a profissão exercida (à direita) dos titulares dos cargos de direcção dos serviços de Informações.

**Figura 11** – Síntese do perfil das chefias de Informações.

**Figura 12** – Tabela com as dotações orçamentais do SIS, SIED e estruturas do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP.

**Figura 13** – Representação gráfica da evolução das dotações orçamentais do SIS, SIED e estruturas do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP.

**Figura 14** – Representação gráfica da evolução das dotações orçamentais do SIS, SIED e estruturas do Gabinete do Secretário-Geral do SIRP, em valores ajustados à inflação.

**Figura 15** – Média dos orçamentos atribuídos a cada um dos órgãos, em Euros e com valores ajustados à inflação.

**Figura 16** – Evolução do orçamento total do SIRP face às percentagens relativas da Execução Orçamental.

**Figura 17** - Tabela que ilustra a evolução da produção de documentos do SIS para os anos de 2010 e 2011.

**Figura 18** - Tabela que ilustra a evolução da produção de documentos do SIED entre 2008 e 2010.

**Figura 19** - Gráfico com a produção temática do SIED para o ano de 2010, em número de documentos. Os rácios apresentados são elucidativos da distribuição de prioridades do serviço.

**Figura 20** – Tabela com os principais tópicos operacionais do SIS e do SIED ao longo dos anos, e respectivo estágio evolutivo.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – Tabela de comparação entre as várias Leis Quadro do SIRP

| ANO   | VARIÁVEL                           | Artigos modificados | DESCRIÇÃO  |
|---|------------------------------------|---------------------|--|
| <b>1984</b><br>(Lei nº30/84, de 5 de Setembro)    | <b>Var. 1 - Princípios Gerais</b>  | 1º a 6º             | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Aos serviços de informações incumbe assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna;</li> <li>– Não podem ser desenvolvidas actividades de pesquisa, processamento e difusão de informações que envolvam ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição e na lei (delimitação dos meios de actuação).</li> <li>– Os serviços de Informações não podem desenvolver ou praticar actividades da competência dos tribunais ou de órgãos policiais, tais como a instrução de processos ou a detenção de indivíduos (delimitação do âmbito de actuação);</li> <li>– O acesso a dados e informações por parte de outros organismos policiais e militares é feito apenas mediante devida autorização;</li> <li>– A prossecução de actividades idênticas às definidas no âmbito do SIRP por parte de outros serviços é proibida (princípio da exclusividade);</li> </ul> |
|   | <b>Var. 2 - Orgânica</b>           | 13º a 22º           | <ul style="list-style-type: none"> <li>– São criadas as seguintes estruturas:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações;</li> <li>• O Conselho Superior de Informações (CSI) e a Comissão Técnica;</li> <li>• Três serviços de Informações: SIS, SIED e SIM;</li> </ul> </li> <li>– É definida a composição do CSI;</li> <li>– São definidas as missões específicas e a dependência funcional dos serviços:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• O SIS está encarregue da produção de Informações internas e depende do Ministro da Administração Interna (MAI);</li> <li>• O SIED está encarregue da produção de Informações externas;</li> </ul> </li> </ul>   |
|   | <b>Var. 3 – Poderes e recursos</b> | 23º<br>24º          | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Os serviços de Informações podem dispor de centros de dados próprios;</li> <li>– Restantes recursos materiais não são especificados na Lei Quadro;</li> </ul>   |
|   | <b>Var. 4 - Fiscalizaçã o</b>      | 7º a 12º<br>26º     | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O controlo dos serviços de Informações é assegurado por uma Comissão de Fiscalização, que emite anualmente um parecer;</li> <li>– O Conselho de Fiscalização tem o direito de obter junto dos serviços de Informações esclarecimentos sobre a actividade que os mesmos desenvolvem;</li> <li>– O Conselho de Fiscalização é composto por três cidadãos de reconhecida idoneidade cívica, que são eleitos pela Assembleia da República por um período máximo de quatro anos;</li> <li>– A fiscalização dos centros de dados é assegurada por uma comissão composta por três magistrados do ministério público, nomeados pela Procuradoria-Geral da República, que asseguram a sua conformidade com os direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição e na lei;</li> </ul>  |
| <b>1995</b><br>(Lei n.º 4/95, de 21 de Fevereiro) | <b>Var. 1 - Generalidades</b>      | 3º<br>6º            | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Art. 3º: os serviços só podem desenvolver actividades de pesquisa e tratamento de informações que digam respeito às suas atribuições específicas;</li> <li>– Art. 6º: As Forças Armadas também podem desenvolver actividades de Informações necessárias ao desempenho das suas missões e atribuições;</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 2 - Orgânica</b>           | 13º<br>15º<br>19º   | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Art. 13º: é extinto o SIM e criado o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares;</li> <li>– Art. 19º: o SIEDM é o serviço de Informações encarregue da produção de informações que contribuam para a independência nacional, dos interesses nacionais, da segurança externa</li> </ul>   |



|   |                                    |           |  |
|---|------------------------------------|-----------|--|
|   |                                    | 20º       | do Estado Português, para o cumprimento das missões das Forças Armadas e para a segurança militar.<br>– Art. 15º, 19º e 20º: O SIS e o SIEDM dependem, respectivamente, do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, por delegação do Primeiro-Ministro  |
|   | <b>Var. 3 – Poderes e recursos</b> | 23º       | – Art. 23º: os centros de dados de ambos os serviços funcionam autonomamente, não podendo ser conectados.  |
|   | <b>Var. 4 Fiscalização</b>         | 8º<br>26º | – Art. 8º – Artigo inteiramente refeito. As competências e as atribuições do Conselho de Fiscalização são extensamente desenvolvidas, sendo definidos os termos da produção dos relatórios e pareceres e reforçada a articulação com o poder político e os órgãos parlamentares. São dispostas as condições materiais e financeiras do Conselho.<br>– Art. 26º – Artigo inteiramente refeito. É reforçada a enunciação de competências e estatutos da Comissão de Fiscalização dos centros de dados.   |
| <b>1996</b><br>(Lei nº 15/96, de 30 de Abril)               | <b>Var. 1 - Generalidades</b>      |           | Sem alterações substanciais a registar.  |
|   | <b>Var. 2 - Orgânica</b>           | 15º       | – Art. 15º – A nomeação do director de cada um dos serviços de Informações passa a ser antecedida por uma audição do indigitado em sede de comissão parlamentar;   |
|   | <b>Var. 3 – Poderes e recursos</b> |           | Sem alterações substanciais a registar.  |
|   | <b>Var. 4 Fiscalização</b>         | 8º        | – Art. 8º - Nova redacção do artigo, mais compacta. As competências do Conselho de Fiscalização são reforçadas através de uma articulação mais clara face aos serviços e à tutela política, contemplando-se também a sua participação em iniciativas legislativas relativas ao SIRP. O alargamento de competências estende-se também ao âmbito das Informações militares, junto das Forças Armadas.  |
| <b>1997</b><br>(Lei nº 75-A/97, de 22 de Julho)             | <b>Var. 1 - Generalidades</b>      |           | Sem alterações substanciais a registar.  |
|   | <b>Var. 2 - Orgânica</b>           |           | Sem alterações substanciais a registar.  |
|   | <b>Var. 3 – Poderes e recursos</b> | 7º        | – Art. 7º – Introdução do ponto 3, que agiliza o processo de eleição dos titulares do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.  |
|   | <b>Var. 4 Fiscalização</b>         |           | Sem alterações substanciais a registar.  |
| <b>2004</b><br>(Lei Orgânica n.º 4/2004, de 06 de Novembro) | <b>Var. 1 - Generalidades</b>      | 6º        | – Art. 6º - Supressão do ponto 2, relativo à produção de Informações por parte das Forças Armadas em paralelo com os serviços do SIRP;<br>– Art. 7º - Novo artigo introduzido, no qual a orgânica do SIRP passa a ser enunciada desde logo nos <i>Princípios Gerais</i> ;  |
|   | <b>Var. 2 - Orgânica</b>           | 13º a 22º | – O SIEDM perde a sua componente militar, e retoma a designação original de SIED;<br>– A Comissão Técnica e o respectivo Presidente são substituídos pelo cargo de Secretário-Geral do SIRP, que responde directamente ao Primeiro-Ministro. O Secretário-Geral dispõe de amplos poderes de condução e orientação superior dos serviços consagrados no SIRP;<br>– O SIS e o SIED deixam de depender do MAI e do MDN, passando a ser coordenados pelo Secretário-Geral do SIRP;<br>– A composição do Conselho Superior de Informações é revista de acordo com a nova constelação de cargos; |

|   |                                    |                               |  |
|---|------------------------------------|-------------------------------|--|
| 2014<br>(Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13/08) |                                    |                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Passa a estar prevista a criação de estruturas comuns junto da orgânica dos serviços de Informações, designadamente na área da gestão administrativa, financeira e patrimonial, colocadas na dependência directa do Secretário-Geral;</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 3 – Poderes e recursos</b> |                               | Sem alterações substanciais a registar.  |
|   | <b>Var. 4 Fiscalização</b>         | Artigo 7º a 10º<br>Artigo 26º | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O Conselho de Fiscalização dos serviços de Informações passa a denominar-se Conselho de Fiscalização do SIRP (CF SIRP);</li> <li>– O CF SIRP tem as suas relações institucionais e de fiscalização actualizadas à nova orgânica do Sistema e aos novos cargos;</li> <li>– A Comissão de Fiscalização de Dados é formalizada enquanto entidade capital na orgânica do SIRP, a par da CF SIRP;</li> </ul>   |
|   | <b>Var. 1 - Generalidades</b>      | 2º                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>– A par do disposto em versões anteriores, as finalidades do SIRP passam também a abranger os conceitos de <i>interesses nacionais</i> e <i>unidade e integridade do Estado</i>.</li> </ul>   |
|   | <b>Var. 2 - Orgânica</b>           | 15º<br>19º                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O processo de nomeação dos directores dos serviços de Informações é aprofundado, com ênfase reforçado no processo de audições prévias em sede de comissão parlamentar;</li> <li>– O Secretário-Geral do SIRP passa a estar na obrigação de manter e guardar sigilosamente o conjunto de registos de interesses elaborados pelos funcionários, agentes e dirigentes dos serviços de Informações, estruturas comuns e gabinete do Secretário-Geral;</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 3 – Poderes e recursos</b> |                               | Sem alterações substanciais a registar.  |
|   | <b>Var. 4 Fiscalização</b>         | 8º<br>9º<br>33º               | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Os membros do CF SIRP passam a ter de apresentar registos de interesses;</li> <li>– As competências e os meios do CF SIRP são reforçados, com uma maior penetração fiscalizadora nas actividades e informações dos serviços, designadamente no que concerne à idoneidade e profissionalismo dos funcionários, agentes e demais membros dos serviços, do gabinete do Secretário-Geral e das estruturas comuns<sup>180</sup>;</li> <li>– São reforçados os poderes da Comissão de Fiscalização de Dados, a quem é disponibilizada actuação mais ágil em caso de denúncia ou suspeita fundamentada da existência de irregularidades que sejam da sua competência;</li> </ul> |

<sup>180</sup> Todos os funcionários, agentes e demais funcionários dos serviços de Informações, gabinete do Secretário-Geral e estruturas comuns passam a estar no dever de declarar voluntariamente, durante o seu processo de recrutamento ou nomeação, todas as actividades susceptíveis de gerarem incompatibilidades, impedimentos ou conflitos de interesses com as exigências da actividade de Informações. Os mesmos ficam impedidos de desempenhar funções em organismos ou entidades do sector privado, por período até três anos após cessação de funções, em caso de manifesta incompatibilidade com as finalidades ou o funcionamento do SIRP ou com a segurança e interesses nacionais. São instaurados procedimentos de segurança e verificação dentro dos próprios serviços, que podem passar pela utilização do polígrafo.

## ANEXO 2 – Tabela de comparação entre as Leis Orgânicas do SIS

| ANO   | VARIÁVEL                           | Artigos                                      | DESCRIÇÃO   |
|---|------------------------------------|--|---|
| <b>1985</b><br><br>(DL n.º 225/85, de 4 de Julho) | <b>Var. 1 – Princípios Gerais</b>  | 1.º a 3.º<br>5.º a 9.º                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O SIS é o único organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido. O SIS depende directamente do Ministro da Administração Interna (MAI), tem sede em Lisboa e goza de autonomia administrativa e financeira;</li> <li>– O SIS opera dentro dos limites da Constituição e da Lei, não podendo ser desenvolvidas actividades de pesquisa, processamento e difusão de informações que envolvam ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias fixados.</li> <li>– Aos funcionários e agentes do SIS é vedado exercer poderes, praticar actos ou desenvolver actividades do âmbito ou da competência específica dos tribunais ou das entidades com funções policiais, designadamente a detenção de indivíduos ou a instrução de processos penais.</li> <li>– Compete ao SIS proceder à pesquisa e análise, ao processamento, à produção e à conservação de informações relacionadas com as missões que lhe estão consignados, accionando os meios de que tenha sido dotado de acordo com as orientações fixadas pelo Conselho Superior de Informações (CSI). Devem também elaborar os relatórios e estudos que forem superiormente solicitados, e informar as autoridades competentes de ilícitos detectados, nos termos da Lei.</li> <li>– A competência territorial do SIS coincide com o espaço sujeito aos poderes soberanos do Estado Português. Pode contudo actuar em regime de cooperação com outras entidades internacionais, conforme as orientações do CSI e mediante autorização do MAI;</li> <li>– Existe um dever de cooperação recíproco entre o SIS e outros organismos públicos, dentro dos limites e atributos específicos das respectivas entidades;</li> <li>– Toda a actividade do SIS é classificada, e está sujeita ao Segredo de Estado. Há a obrigação de sigilo;</li> </ul> |
|   | <b>Var. 2 - Orgânica</b>           | 14.º<br>21.º                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O SIS dispõe de dois órgãos, a direcção e o conselho administrativo, assim como de três serviços: os serviços operacionais, o serviço administrativo e de apoio geral e o serviço de informática:               <ul style="list-style-type: none"> <li>o Os serviços operacionais compreendem os seguintes ramos: Análise e intercâmbio de informações; Operações e pesquisa; Relações externas; Segurança;</li> <li>o O Serviço de Informática ocupa-se da análise, programação e operações de dados para o Centro de Dados;</li> <li>o O Serviço Administrativo e de Apoio Geral ocupa-se da administração, do pessoal, orçamento e contabilidade, logística e demais apoio;</li> </ul> </li> <li>– O SIS pode dispor de delegações locais, constituídas por elementos dos serviços operacionais e de apoio administrativo;</li> <li>– A organização interna, composição e competência dos serviços e respectivo pessoal são reguladas em específico por despacho classificado do MAI, sob proposta do director do SIS;</li> </ul>   |
|   | <b>Var. 3 – Poderes e recursos</b> | 19.º<br>20.º<br>22.º<br>53.º<br>57.º<br>58.º | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O SIS dispõe de uma dotação orçamental definida em sede de Lei de Orçamento de Estado. As despesas efectuadas pelo SIS podem ser normais, classificadas e especialmente classificadas, estando as duas últimas categorias dispensadas do visto do Tribunal de Contas no caso de a mesma se encontrar justificada por dois membros do conselho administrativo, um dos quais será o director.</li> <li>– Na importação de armamento, munições, viaturas, equipamentos de segurança, telecomunicações, electrónica e laboratório, o SIS poderá beneficiar de isenção de pagamento de direitos, sobretaxas e emolumentos, mediante autorização do Ministro das Finanças e do Plano. O SIS pode também ser autorizado, pelo MAI, a celebrar contratos de aquisição de bens e serviços com dispensa total ou parcial das formalidades previstas na lei geral, sempre que as razões de segurança ou similares o justificarem.</li> <li>– Os funcionários e agentes do SIS têm direito ao uso e porte de arma, dentro das condições que sejam aprovadas em sede de despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional (MDN) e MAI.</li> <li>– O SIS dispõe de um Centro de Dados ao qual processa e conserva em suporte magnético os</li> </ul>  |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|   |  |   | dados e informações respeitantes às atribuições institucionais do SIS.   |
|   | <b>Var. 4<br/>Fiscalização</b>             | 10º<br>16º                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O relatório anual de actividades do SIS é entregue ao Ministro da Administração Interna ou ao Primeiro-ministro, que o transmite ao Conselho de Fiscalização.</li> <li>– O director do SIS exerce, nos termos da lei, a fiscalização interna e poder disciplinar.</li> </ul>  |
| <b>1995</b><br>(DL n.º 245/95, de 14 de Setembro)   | <b>Var. 1 –<br/>Princípios<br/>Gerais</b>  | 1º<br>5º<br>6º                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O SIS passa a depender do Primeiro-ministro, através do MAI.</li> <li>– As actividades do SIS são desenvolvidas de acordo com as orientações ditas pelo Primeiro-ministro e pelo MAI, e não pelo CSI;</li> <li>– O SIS coopera internacionalmente de acordo com as directivas do MAI, sob orientação do Primeiro-Ministro, e ouvido o CSI;</li> </ul>   |
|   | <b>Var. 2 -<br/>Orgânica</b>               | 14º<br>17º<br>16º<br>21º                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O órgão de direcção do SIS é substituído pela figura do Director-geral.</li> <li>– As competências do Director-geral são simplificadas e fortalecidas;</li> <li>– A descrição dos serviços operacionais em sub-categorias (operações e pesquisa, relações externas, segurança e estudos e planeamento) é suprimida, e substituída pela possibilidade de serem criados, sem detalhar, até seis departamentos operacionais.</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 3 –<br/>Poderes e<br/>recursos</b> | 57º<br>58º                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Os artigos relativos à aquisição de bens e serviços, com respectivas disposições sobre isenção e dispensa de pagamento de taxas, são fundidos num único artigo.</li> <li>– É acrescentado um novo artigo, que determina que a execução dos diplomas do SIS é passível de dispensa de publicitação, quando razões de segurança ou similares o determinarem, e sob determinação de membros do Governo intervenientes.</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 4<br/>Fiscalização</b>             |   | Sem alterações substanciais.   |
| <b>2007</b><br>(Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro) | <b>Var. 1 –<br/>Princípios<br/>Gerais</b>  | 2º<br>3º<br>4º<br>5º<br>8º<br>12º<br>13º<br>33º | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O SIS inscreve-se na orgânica do SIRP, dependendo directamente do Primeiro-ministro, através do Secretário-Geral do SIRP;</li> <li>– O SIS é dirigido superiormente pelo Secretário-Geral do SIRP;</li> <li>– A dispensa de publicitação dos actos necessários à execução dos diplomas do SIRP, anteriormente colocados nas <i>Disposições Finais</i> das Leis Orgânicas do SIS, passa a ser enunciada no Capítulo dos <i>Princípios Gerais</i>;</li> <li>– As relações de cooperação entre o SIS e outras entidades são reforçadas, e redigidas de forma mais una e compacta.</li> <li>– As atribuições do SIS, designadamente as finalidades e missões do serviço, são sintetizadas na nova redacção da Lei, que mantendo os mesmos elementos transmite um escopo de princípios mais reforçado.</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 2 -<br/>Orgânica</b>               | 17º<br>18º<br>35º<br>37º                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O órgão de Director-geral é substituído pelo de <i>Director</i>.</li> <li>– Os serviços de recursos humanos, finanças e apoio geral, tecnologias de informação e o de segurança são retirados da orla particular do SIS, e transferidos para as Estruturas Comuns, adscritas ao Gabinete do Secretário-geral do SIRP, ficando assim partilhadas pelos serviços do Sistema.</li> </ul>   |
|   | <b>Var. 3 –<br/>Poderes e<br/>recursos</b> | 40º<br>12º<br>41º<br>59º                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Os artigos relativos à aquisição de bens e serviços, isenção e dispensa de pagamento de taxas, e dispensa de publicitação são fundidos num único artigo.</li> <li>– Aos funcionários e agentes do SIS a exercer funções em departamentos operacionais passa a ser possível codificar as respectivas identidades e categorias, e pode prever-se a emissão de documentos legais de identidade alternativa, mediante protocolo a celebrar entre o SG e as entidades públicas responsáveis. O mesmo se aplica a meios materiais e equipamentos, designadamente viaturas.</li> <li>– O centro de dados do SIS funciona sob orientação do Secretário-geral do SIRP, através do director desse serviço.</li> <li>– O direito ao uso e porte de arma, mediante regulação superior, deixa de ser explicitamente afirmado, sendo este ponto refeito através de uma nova redacção legal que afirma que o uso e porte de arma é regulado por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área da administração</li> </ul> |

|  |  |     |  |
|--|--|-----|--|
|  |  |     | interna e do Secretário-Geral.   |
|  | <b>Var. 4<br/>Fiscalização</b>             | 36º | Sem alterações substanciais.   |
| <b>2014</b><br>(Lei n.º 50/2014 de 13 de Agosto) | <b>Var. 1 –<br/>Princípios<br/>Gerais</b>  | 5º  | – As disposições relativas ao segredo de Estado foram transferidas para a LQ SIRP de 2014, situando-se assim a montante da Lei orgânica que serve o SIS. |
|  | <b>Var. 2 -<br/>Orgânica</b>               |     | Sem alterações substanciais.   |
|  | <b>Var. 3 –<br/>Poderes e<br/>recursos</b> |     | Sem alterações substanciais.   |
|  | <b>Var. 4<br/>Fiscalização</b>             |     | Sem alterações substanciais.   |

### ANEXO 3 – Tabela de comparação entre as Leis Orgânicas do SIEDM

| ANO  | VARIÁVEL                                   | Artigos | DESCRIÇÃO  |
|--|--|---------|--|
| 1995<br>(DL n.º 254/95, de 30 de Setembro) | <b>Var. 1 –<br/>Princípios<br/>Gerais</b>  | 1º      | – O SIEDM é o único organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais, da segurança externa do Estado Português, para o cumprimento das missões das Forças Armadas e para a segurança militar. O SIEDM depende directamente do Primeiro-Ministro através do Ministro da Defesa Nacional (MDN), tem sede em Lisboa e goza de autonomia administrativa e financeira;      |
|  |  | 2º      | – O SIEDM opera dentro dos limites da Constituição e da Lei, não podendo ser desenvolvidas actividades de pesquisa, processamento e difusão de informações que envolvam ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias fixados.   |
|  |  | 3º      | – Aos funcionários e agentes do SIEDM é vedado exercer poderes, praticar actos ou desenvolver actividades do âmbito ou da competência específica dos tribunais ou das entidades com funções policiais, designadamente a detenção de indivíduos ou a instrução de processos penais.   |
|  |  | 5º      | – Compete ao SIEDM proceder à pesquisa e análise, ao processamento, à produção e à conservação de informações relacionadas com as missões que lhe estão consignadas, accionando os meios de que tenha sido dotado de acordo com as orientações fixadas pelo Primeiro-ministro e o MDN. Devem também elaborar os relatórios e estudos que forem superiormente solicitados, e informar as autoridades competentes de ilícitos detectados, nos termos da Lei. |
|  |  | 6º      | – O SIEDM pode actuar em regime de cooperação com outras entidades internacionais, de acordo com as orientações do Conselho Superior de Informações (CSI) e mediante autorização do Primeiro-ministro;   |
|  |  | 7º      | – Existe um dever de cooperação para com o SIEDM por parte dos organismos da administração pública, justificadamente e dentro dos limites e atributos específicos das respectivas entidades. Existe um especial dever de cooperação recíproca entre o SIEDM e as Forças Armadas, de acordo com as instruções e directivas dimanadas pelo MDN, mediante orientação do Primeiro-ministro.  |
|  |  | 8º      | – Toda a actividade do SIEDM é classificada, e está sujeita ao Segredo de Estado. Há a obrigação de sigilo;  |
|  |  | 9º      | –  |
|  |  |         | Nota: Neste diploma não é definido âmbito territorial para o SIEDM.  |
|  | <b>Var. 2 -<br/>Orgânica</b>               | 14º     | – O SIEDM dispõe de dois órgãos, a direcção e o conselho administrativo.   |
|  |  | 15º     | – O SIEDM dispõe também de um centro de dados. Podem também ser criados, por despacho do Ministro da Defesa Nacional, até seis departamentos equiparados a direcção de serviços.   |
|  |  | 20º     | – O SIEDM é dirigido por um Director-geral, coadjuvado por dois directores-gerais-adjuntos;  |
|  | <b>Var. 3 –<br/>Poderes e<br/>recursos</b> |         | – A organização interna, a composição e a competência dos órgãos e dos serviços são regulados por despacho classificado do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do director-geral do SIEDM.   |
|  |  | 19º     | –  |
|  |  | 20º     | – O SIEDM dispõe de uma dotação orçamental definida em sede de Lei de Orçamento de Estado. As despesas efectuadas pelo SIEDM podem ser normais, classificadas e especialmente classificadas, estando as duas últimas categorias dispensadas do visto do Tribunal de Contas no caso de a mesma se encontrar justificada por dois membros do conselho administrativo, um dos quais será o director.  |
|  |  | 54º     | – Na importação de armamento, munições, viaturas, equipamentos de segurança, telecomunicações, electrónica e laboratório, o SIEDM poderá beneficiar de isenção de pagamento de direitos, sobretaxas e emolumentos, mediante autorização do Ministro das Finanças e do Plano. O SIEDM pode também ser autorizado, pelo MDN, a celebrar contratos de aquisição de bens e serviços com dispensa total ou parcial das formalidades                             |
|  |  | 58º     |  |
|  |  | 59º     |  |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
|   |  |  | <p>previstas na lei geral, sempre que as razões de segurança ou similares o justifiquem.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O direito ao uso e porte de arma por parte de funcionários e agentes do SIEDM é regulamentado por despacho conjunto do MDN e MAI;</li> <li>– O SIEDM dispõe de um Centro de Dados ao qual processa e conserva em suporte magnético os dados e informações respeitantes às suas atribuições institucionais.</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 4<br/>Fiscalização</b>             | 10°<br>16°                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O relatório anual de actividades do SIEDM é entregue ao Ministro da Defesa Nacional ou ao Primeiro-ministro, que o transmite ao Conselho de Fiscalização.</li> <li>– O director do SIS exerce, nos termos da lei, a fiscalização interna e poder disciplinar.</li> </ul>  |
| <b>2007</b><br><br>(Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro) | <b>Var. 1 –<br/>Princípios<br/>Gerais</b>  | 2°<br>3°<br>4°<br>9°<br>10°<br>11°<br>12°<br>26° | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Na sequência da Lei Quadro do SIRP de 2004, o SIED perde a sua componente militar e inscreve-se no novo organograma do SIRP, dependendo directamente do Primeiro-ministro, através da do Secretário-Geral do SIRP;</li> <li>– O SIED é o único organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português.</li> <li>– O SIED é dirigido superiormente pelo Secretário-Geral do SIRP;</li> <li>– A dispensa de publicitação dos actos necessários à execução dos diplomas do SIRP, anteriormente colocados nas <i>Disposições Finais</i> das Leis Orgânicas do SIED/M, passa a ser enunciadas no Capítulo dos <i>Princípios Gerais</i>;</li> <li>– As relações de cooperação entre o SIED e outras entidades são reforçadas, e redigidas de forma mais una e compacta.</li> <li>– As atribuições do SIED, designadamente as finalidades e missões do serviço, são sintetizadas na nova redacção da Lei, que mantendo os mesmos elementos transmite um escopo de princípios mais reforçado.</li> </ul> |
|   | <b>Var. 2 –<br/>Orgânica</b>               | 17°<br>18°<br>27°                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>– O órgão de Director-geral é substituído pelo de <i>Director</i>.</li> <li>– Os serviços de recursos humanos, finanças e apoio geral, tecnologias de informação e o de segurança são retirados da orla particular do SIED, e transferidos para as Estruturas Comuns, adscritas ao Gabinete do Secretário-geral do SIRP, ficando assim partilhadas pelos serviços do Sistema.</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 3 –<br/>Poderes e<br/>recursos</b> | 32°<br>12°<br>41°<br>59°                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Os artigos relativos à aquisição de bens e serviços, isenção e dispensa de pagamento de taxas, e dispensa de publicitação são fundidos num único artigo.</li> <li>– Aos funcionários e agentes do SIEDM a exercer funções em departamentos operacionais podem ser codificadas as respectivas identidades e categorias, e pode prever-se a emissão de documentos legais de identidade alternativa, mediante protocolo a celebrar entre o Secretário-geral e as entidades públicas responsáveis. O mesmo se aplica a meios materiais e equipamentos, designadamente viaturas.</li> <li>– O centro de dados do SIED funciona sob orientação do Secretário-geral do SIRP, através do director desse serviço.</li> <li>– A redacção legal relativa ao uso e porte de arma é actualizada de acordo com a nova orgânica do SIRP, em cuja regulamentação o MDN é substituído pela autoridade do Secretário-geral.</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 4 –<br/>Fiscalização</b>           | 28°  | Sem alterações substanciais  |
| <b>2014</b><br><br>(Lei n.º 50/2014 de 13 de Agosto)    | <b>Var. 1 –<br/>Princípios<br/>Gerais</b>  | 5°   | <ul style="list-style-type: none"> <li>– As disposições relativas ao segredo de Estado foram transferidas para a LQ SIRP de 2014, situando-se assim a montante da Lei orgânica que serve o SIED.</li> </ul>  |
|   | <b>Var. 2 –<br/>Orgânica</b>               |  | Sem alterações substanciais  |
|   | <b>Var. 3 –<br/>Poderes e<br/>recursos</b> |  | Sem alterações substanciais  |
|   | <b>Var. – 4<br/>Fiscalização</b>           |  | Sem alterações substanciais  |